

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 885
6 de Dezembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Milhares de pessoas encheram o cinema Império no comício da passada sexta-feira

Comício em Lisboa

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas discursaram num comício vibrantemente participado

Págs. 11, 12, 13 e 14/Semana



Representantes de compartos dos baldios e de pastores manifestaram-se em Lisboa contra os projectos governamentais

Manifestantes em Lisboa denunciaram: «É a 16.ª vez que nos querem roubar os baldios»

Os baldios são do povo!

Pág. 16/Semana



Carlos Carvalhas encerrou os trabalhos da Assembleia de Beja



O secretário-geral do PCP participou nos trabalhos da Assembleia de Évora



O camarada Albano Nunes, do Secretariado do CC encerrou os trabalhos da Assembleia da DORSA

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

No passado fim-de-semana realizaram-se Assembleias das Organizações Regionais do PCP de Santarém, Évora e Beja

Págs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6/Semana

No próximo reúnem as de Setúbal, Aveiro, Leiria e Faro

133 049 618\$10

Está quase! Vamos ao arranque final!

150
mil Contos
para o Terreno
da festa!
Junte com a Campanha

ORGANIZAÇÃO	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	
Regional de VILA REAL	75,29	[Bar chart showing 75.29%]														
» BRAGANÇA	45,10	[Bar chart showing 45.10%]														
» BRAGA	99,99	[Bar chart showing 99.99%]														
» VIANA DO CASTELO	62,96	[Bar chart showing 62.96%]														
» PORTO	51,53	[Bar chart showing 51.53%]														
» CASTELO BRANCO	50,26	[Bar chart showing 50.26%]														
» GUARDA	30,19	[Bar chart showing 30.19%]														
» COIMBRA	58,34	[Bar chart showing 58.34%]														
» AVEIRO	54,32	[Bar chart showing 54.32%]														
» VISEU	39,93	[Bar chart showing 39.93%]														
» SANTARÉM	31,47	[Bar chart showing 31.47%]														
» LEIRIA	28,44	[Bar chart showing 28.44%]														
» LISBOA	48,66	[Bar chart showing 48.66%]														
» SETÚBAL	23,58	[Bar chart showing 23.58%]														
» ÉVORA	47,38	[Bar chart showing 47.38%]														
» BEJA	23,16	[Bar chart showing 23.16%]														
» PORTALEGRE	22,29	[Bar chart showing 22.29%]														
» FARO	68,20	[Bar chart showing 68.20%]														
» AÇORES	11,83	[Bar chart showing 11.83%]														
» MADEIRA	30,83	[Bar chart showing 30.83%]														
JCP	60,12	[Bar chart showing 60.12%]														
EMIGRAÇÃO	81,52	[Bar chart showing 81.52%]														
CENTRAL E DIVERSOS	135,94	[Bar chart showing 135.94%]														

Total realizado até 4/12/90 - Esc. 133 049 618\$10

O papel insubstituível do

Na movimentada situação política portuguesa dos tempos actuais confluem factores de deterioração e simultaneamente outros de natureza oposta cujo desenvolvimento se impõe ao exame aprofundado, à reflexão e à acção multiforme das forças democráticas.

É um processo contraditório e agitado que pode contudo evoluir de modo favorável aos interesses do povo português e de Portugal se as forças sãs e mais aptas da sociedade portuguesa souberem operar a tempo e com acerto as necessárias mudanças políticas na direcção do país.

Questões relevantes de natureza vária e decisivos actos políticos decorrentes do funcionamento normal das instituições se colocam de imediato às forças democráticas.

Eleições presidenciais à porta com toda a sua carga institucional e política e um prelúdio prolongado, mas determinante e extraordinariamente activo desde já, de eleições legislativas a cerca de um ano de distância;

Tensões sociais abertas ou em potência de mistura com um mar de incertezas e distorções nos domínios da economia e finanças, da estrutura da sociedade, das condições de vida e de trabalho do povo laborioso que afectam camadas sociais das mais vastas da nossa população;

Perigosa instabilidade e insegurança no espaço externo em que nos inserimos - processo de integração europeia e controversos compromissos militares, novos horizontes de cooperação internacional;

É como tarefa política fundamental, exigências que se vão tornando inadiáveis de alterar o quadro do poder e o rumo da política nacional, desalojando a direita personificada no PSD e capitaneada por Cavaco das suas actuais posições dominantes no Executivo e no Legislativo e formalizando, para os substituir, uma alternativa credível das forças democráticas que dê a resposta patriótica e dinâmica às questões, realidades e desafios da hora actual.

A tais determinantes se vincula na actualidade todo o esforço organizativo e político do PCP, toda a sua acção nas áreas e nas frentes mais diversas.

Aos necrólogos que se entretêm a dissecar sobre o declínio e o fim irremediável do PCP os comunistas, arrostando corajosamente com as dificuldades, dão a resposta

necessária com toda a sua vitalidade política, o seu incomparável dinamismo, o seu espírito de iniciativa, a sua abertura às novas realidades, a inabalável confiança nas suas forças e no futuro.

Só um partido com tais atributos, solidamente enraizado nos trabalhadores e nas camadas mais amplas do seu povo poderia lançar-se a um profundo trabalho de reestruturação orgânica e simultaneamente embrenhar-se na batalha política e institucional, na defesa activa dos direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores, dos agricultores, da intelectualidade, das mulheres, da juventude, dos reformados e pensionistas, dos deficientes, da infância; na defesa do ambiente; na acção e na iniciativa parlamentares; na defesa e consolidação do Poder Local; na luta pela melhoria da prestação dos serviços de Saúde, da Habitação, do Ensino; na defesa intransigente da independência e da soberania nacionais e da Paz; na defesa das conquistas fundamentais de Abril rudemente atingidas pela ofensiva restauracionista da direita no poder.

E quando afirmamos que o PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível dos trabalhadores, do povo, da democracia portuguesa, isso não é simples retórica mas uma verdade comprovada pela prática e pela vida.

E quando contestamos as práticas defeituosas, as desigualdades e injustiças do poder não é a contestação pela contestação o que move os comunistas mas o firme propósito de uma intervenção positiva na solução dos complexos problemas nacionais com propostas realistas de pés na terra, baseadas num profundo conhecimento das realidades do país e das possibilidades reais de lhe dar concretização na prática.

A semana que acabou de passar, na sequência das que a antecederam, foi fértil e ilustrativa da intensa actividade, da revitalização e reestruturação orgânica interna do PCP, da sua coragem em pôr ao sol as raízes de falhas e deficiências e de as atacar e superar num balanço essencialmente positivo e ao mesmo tempo do seu esforço tenaz e da sua capacidade de acção e de intervenção política positiva, pensada e prática no ataque às questões mais candentes e sensíveis da vida política e social do país.

Assembleias das Organizações Regionais de Santarém, Évora e Beja; activa preparação

das de Aveiro, Leiria, Algarve e Setúbal; várias Assembleias de Organização de Concelhos (do Seixal, de Ovar, de Vagos, de Águeda, de Estarreja e Murtosa, da Feira, de Oliveira de Azeméis, de Albergaria-a-Velha, de Anadia, de S. João da Madeira, Arouca, Vale de Cambra e de Castelo de Paiva) e de Freguesias, num calendário que compreende ainda algumas outras até ao final do ano.

Lá onde foi possível harmonizar grandes iniciativas de organização com a campanha eleitoral para as presidenciais (casos das Assembleias de Évora e Beja) aliou-se à intervenção política geral a do candidato do PCP às eleições presidenciais - o camarada Carlos Carvalhas, secretário geral adjunto do Partido.

Na sua intervenção final da Assembleia de Évora, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, num breve balanço político da Reforma Agrária no distrito relevou o facto de nele as 50 UCPs existentes apresentarem um valioso activo ao serviço da agricultura do país.

Na área do Poder Local a actividade dos autarcas comunistas e dos seus aliados na CDU é de um dia-a-dia ao serviço das populações nos 50 concelhos e centenas de freguesias de que detém a presidência ou pelouros da vida comunitária.

Na Assembleia da República e no Parlamento Europeu os deputados comunistas destacam-se pela sua iniciativa e pelo valor intrínseco das suas intervenções.

Nas Comissões Parlamentares da AR os deputados comunistas ultimam esta semana as suas intervenções nos debates do Orçamento de Estado que a partir de segunda-feira será submetido ao Plenário da Assembleia.

No exame e nos debates prévios nas Comissões Parlamentares os deputados do PCP, que não tiveram a pretensão de apresentar um Orçamento alternativo, participam nos debates com a preocupação essencialmente positiva de melhorar os critérios de despesas e receitas orçamentais, de apresentarem propostas alternativas que melhor respondam às exigências de uma aplicação dominada por critérios de justiça social e de correcção dos desequilíbrios da administração pública dos nossos recursos financeiros.

As críticas ao projecto governamental, incluindo sobre as distorções de uma política financeira desajustada das reais necessidades do país, têm assentado naquela preocupação essencial.

Resumo

28
Quarta-feira

Carlos Carvalhas denuncia o facto de o Estado poder perder 40 milhões de contos nos próximos dois anos por não ter reclamado as verbas da CEE a que tinha direito no âmbito da comercialização de cereais ■ O Presidente do Governo Regional da Madeira apela no Funchal ao voto neutro nas presidenciais considerando que «não votar em quem quer que seja é uma atitude de utilidade nacional que permite protestar contra o sistema» ■ O ministro Deus Pinheiro refuta críticas a alegados atrasos de Portugal na preparação da presidência da Comunidade em 1992 ■ O Estatuto Autónimo da Madeira é definitivamente aprovado pela Assembleia da República ■ É empossado pela rainha o novo primeiro-ministro britânico, John Major ■ O presidente Eduardo dos Santos defende na última sessão do Comité Central do MPLA uma sociedade civil assente nos direitos de expressão e associação dos cidadãos.

29
Quinta-feira

A CGTP inicia uma reunião do seu conselho nacional para analisar futuras acções reivindicativas ■ A rainha Beatriz da Holanda termina no Porto uma visita de três dias a Portugal ■ O Conselho de Segurança aprova por 12 votos a favor, dois contra e uma abstenção a utilização da força contra o Iraque caso não retire do Kuwait até ao dia 15 de Janeiro ■ Mais de 15 milhões de egípcios são chamados às urnas para a eleição de 444 deputados da Assembleia do Povo ■ A Alemanha decide oferecer gratuitamente à URSS as reservas de víveres armazenados em Berlim Ocidental duante a guerra fria ■ A Unita ataca uma importante refinaria de petróleo em Luanda.

30
Sexta-feira

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas participam num comício realizado no cinema Império em Lisboa ■ Depois de quase 70 anos de publicação o «Diário de Lisboa» desaparece hoje das bancas ■ O presidente George Bush recebe o chefe da diplomacia chinesa, Qian Qichen ■ A Assembleia Legislativa de Macau aprova por unanimidade um projecto de lei que regula a eleição e designação dos lugares adicionais de deputados ■ Na Zâmbia um projecto de lei autoriza a formação de novos partidos.

1
Sábado

Comemora-se em todo o País o aniversário da restauração da independência nacional em 1640 ■ Realizam-se assembleias de organização do PCP em Évora e em Santarém ■ Gorbatchov faz publicar um decreto que declara nulas todas as decisões tomadas pelas repúblicas em matéria de defesa que considera ser da competência exclusiva da União ■ É tornado público um decreto presidencial que convoca as eleições legislativas em São Tomé para 20 de Janeiro de 1991 ■ A justiça alemã anuncia que vai ser emitido um mandato de captura por cumplicidade em assassínios contra o antigo dirigente da RDA Erich Honecker ■ O Iraque aceita a oferta norte-americana de diálogo para evitar uma guerra no Golfo ■ A Renamo e o governo de Maputo assinam em Roma um acordo para limitar a presença de tropas do Zimbabwé em Moçambique.

2
Domingo

Realiza-se em Beja a assembleia de organização da DORBE que conta com a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP ■ Termina o III Congresso do Comércio e dos Serviços, promovido pela Confederação do Comércio Português ■ O presidente Mikhail Gorbatchov procede a uma importante remodelação na chefia do Ministério do Interior soviético ao nomear Boris Pougov em substituição de Vadim Bakatine, colocando assim pela primeira vez um militar no cargo de vice-ministro daquele ministério ■ O Comité Central do MPLA termina a sua reunião com a decisão de rever os estatutos e programa do partido apenas num congresso extraordinário a marcar oportunamente ■ Idriss Deby, chefe da rebelião que derrubou o presidente do Chade entra na capital com centenas de combatentes seus ■ O ministro da Defesa jugoslavo considera a possibilidade real de uma guerra civil no país ■ O chefe do governo polaco, Tadeusz Mazowiecki, derrotado na primeira volta das eleições presidenciais lança um apelo ao voto em Lech Walesa no próximo domingo, mas anuncia a intenção de criar um movimento de oposição ■ Os resultados das eleições legislativas na Alemanha têm os seguintes resultados: CDU/CSU 43,8 por cento; SPD 33,5 por cento; FPD 11 por cento; Os Verdes 4,2; PDS 2,4 por cento e outros partidos com 4,2 por cento ■ O Iraque adverte a União Soviética para o facto de poder perder influência no mundo árabe caso envie tropas para a região do Golfo ■ Morre o pintor António Dacosta, de 76 anos de idade, num hospital de Paris.

3
Segunda-feira

Carlos Carvalhas mantém um encontro em Lisboa com dirigentes das associações de deficientes; Mário Soares apresenta no Porto o seu manifesto eleitoral; Carlos Marques adia para data ainda desconhecida a legalização da sua candidatura junto do Tribunal Constitucional ■ Francisco Sá Carneiro é condecorado a título póstumo com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade ■ Técnicos de emprego e monitores de formação profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional cumprem uma greve a nível nacional que regista uma adesão de 90 por cento ■ Tropas do exército argentino lançam um forte ataque contra militares rebeldes ultranacionalistas que ocuparam um quartel nos arredores de Buenos Aires ■ No Chade, o general rebelde Idriss Deby suspende a Constituição e dissolve a Assembleia Nacional como forma de impor a sua autoridade neste país africano ■ O Congresso dos Deputados da federação russa aprova por maioria o restabelecimento da propriedade privada da terra na república ■ O ministro da Saúde iraquiano, Abdel-Salam Mohamed Said, afirma em Bagdad, que o embargo sobre produtos farmacêuticos e sobre os lacticínios imposto ao seu país já teria causado a morte de 1416 crianças de menos de cinco anos de idade ■ Dois aviões da companhia americana «Northwest Airline», com cerca de 200 passageiros a bordo, colidem no aeroporto de Detroit, que operava sob intenso nevoeiro.

4
Terça-feira

Com Carlos Carvalhas e Carlos Marques inicia-se a série de debates *frente-a-frente* na RTP com os candidatos às eleições presidenciais de 13 de Janeiro ■ Milhares de estudantes das faculdades de Direito de Lisboa, Coimbra e Porto manifestam-se na capital, frente à Ordem dos Advogados, contra a pretensão desta de impor um exame no final do estágio ■ Um acidente com um autocarro entre o Gerês e Vieira do Minho causa a morte a três crianças ■ Cavaco Silva preside no Porto às cerimónias que assinalam os 10 anos da morte de Sá Carneiro ■ A Comissão Política do PCP condena a política do Governo para os deficientes, chamando a atenção para os consequências dos despedimentos por *inadaptação* pretendidos pelo executivo ■ Inicia-se em Luanda o III Congresso do MPLA-PT ■ Inicia-se o IV Congresso do Partido Congolês do Trabalho ■ O Soviète Supremo da URSS aprova as emendas à Constituição propostas por Mikhail Gorbatchov para modificar o sistema de poder político no sentido da subordinação do poder executivo ao Presidente.

PCP

Em particular os deputados comunistas têm criticado os critérios do Governo de agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e o desagravamento da fiscalidade sobre os lucros das empresas; a diminuição das despesas de investimento nas dotações não cofinanciadas pela CEE.

Defendem a manutenção da taxa actual sobre os lucros; a duplicação das verbas para a Saúde, a Habitação, a Educação e o reforço das verbas para o Plano de Reabilitação para portadores de deficiências físicas.

Preconizam a elevação para 2 milhões de contos da verba para o combate aos incêndios florestais, incluindo 250 mil contos para as vítimas dos incêndios e outros 250 mil para o Serviço Nacional de Bombeiros.

Propõem o aumento geral das Reformas e Pensões e a modificação da base de cálculo.

O Governo, principalmente empenhado na campanha eleitoralista para as legislativas de 1991, tem primado pela ausência sistemática aos debates.

Na pré-campanha para as presidenciais o candidato do PCP tem encontrado o acolhimento e a atenção dos cidadãos e das entidades colectivas e públicas com as quais tem contactado.

Em várias das suas intervenções públicas Carlos Carvalhas tem tido à sua volta (como foi o caso do comício do cinema Império de Lisboa, completamente cheio) um largo apoio popular e uma notável concordância com as suas opiniões acerca do exercício do cargo de Presidente da República, com as suas críticas a actuações negativas de Mário Soares, com as críticas gerais que tem produzido contra a actuação do Governo do PSD/Cavaco Silva.

Dentro de dez dias terminará o prazo limite para a apresentação de candidaturas de que até agora a única formalizada, a que mais rapidamente colheu o número legal de proponentes, foi a do candidato do PCP.

Torna-se claro que o esforço, a actividade e o dinamismo do PCP têm assumido um papel de relevo na batalha política, na frente institucional, na luta social dos trabalhadores e do povo. E torna-se também claro e confirmado que o PCP é, sem contestação válida, «uma força necessária, indispensável e insubstituível dos trabalhadores, do povo e da democracia portuguesa».

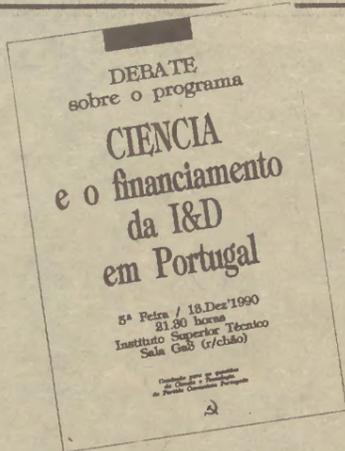
Avante!

Projectados de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00.
CRC matricula: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Seculo, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85



Professores, investigadores quadros científicos

Iniciativa e debate

Professores comunistas de diferentes graus de ensino, pertencentes a várias organizações, têm participado em iniciativas de vivo interesse, designadamente em Lisboa, Porto e Coimbra. Temas centrais da situação do ensino, e problemas profissionais suscitam um debate dinâmico, que compreende, ainda, tarefas de organização e de ligação ao Partido.

Na área dos intelectuais, quadros técnicos e científicos e dos professores, o Partido avança também as suas iniciativas, sendo de salientar, desde já, um debate sobre «o Programa Ciência e o financiamento da I & D em Portugal», marcado para a próxima quinta-feira, dia 13, na sala GA 3 (rés-do-chão) do Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Trata-se de uma iniciativa da Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP, para a

qual se prevê a participação do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido e candidato à Presidência da República.

No dia 15 (sábado) o Departamento de Química da Faculdade de Ciências de Coimbra receberá a partir das 11 horas um Encontro do PCP sobre Problemas do Ensino Superior.

Autonomia universitária, financiamento, ensino superior público e privado, problemas concretos, reivindicações imediatas — estes os temas que a organização promotora (Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP) sugere para particular **aprofundamento**. O encontro decorrerá sempre em plenário e terá três sessões de trabalho: das 11 às 13 h; das 15 às 17 h e das 17.30 às 19 h.

Está igualmente prevista a participação de Carlos Carvalhas.



ASSEMBLEIAS DO PCP

Responder com audácia aos novos desafios

Os comunistas das Organizações Regionais de Santarém, Évora e Beja tiveram no passado fim-de-semana as suas Assembleias. Os das regiões de Aveiro, Setúbal, Leiria e Algarve estão a postos para idêntica acção no próximo fim-de-semana. De Norte a Sul do País, dos Açores à Madeira, o Partido trabalha e actua. Na base das orientações definidas pelo XIII Congresso (Ext.). Tendo presente decisões tomadas por Assembleias anteriores. Tentando corrigir insuficiências, numa atmosfera de debate franco, aberto, crítico e autocrítico, confiante e empenhado.

Reforçando a sua ligação ao povo trabalhador, interpretando as novas realidades, introduzindo reestruturas de trabalho organizativo e de direcção, descentralizando tarefas e responsabilizando novos quadros, as Organizações Regionais do PCP, partindo das experiências próprias, das características específicas de cada região e de cada estrutura partidária, avançam com realismo para um conjunto de decisões práticas apontadas ao melhoramento geral da actividade do Par-

tido, criando condições para que o mais depressa possível as organizações possam estar melhor preparadas para responder aos desafios deste fim de século.

Apontando os problemas que mais afectam a vida das populações e das localidades, comentando situações de flagrante importância como a necessidade urgente da **regionalização**, avançando propostas objectivas para o desenvolvimento económico e social, aprofundando o conhecimento das realidades regionais (economia, ensino, saúde, Poder Local, defesa do meio ambiente, etc.), reforçando a atenção sobre as incidências do Orçamento do Estado para 91 nos distritos e também sobre os projectos em curso (ou prometidos...) com apoio comunitário, definindo tarefas e objectivos para as batalhas eleitorais que se aproximam, tomando medidas de carácter orgânico, elegendo novas Direcções Regionais, os militantes e o Partido no seu conjunto aqui estão provando uma vez mais que **iniciativa é com os comunistas!**

Nota da Comissão Política do PCP

9 de Dezembro, Dia Nacional do Deficiente

• Activa solidariedade do PCP na luta por uma sociedade mais justa e solidária que garanta a todos os deficientes o efectivo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho

A Comissão Política do Comité Central do PCP, saudando o Dia Nacional do Deficiente, que terá lugar no próximo dia 9 de Dezembro, manifesta aos mais de um milhão de deficientes portugueses, às suas associações e dirigentes, a sua mais activa solidariedade na luta por uma sociedade mais justa e solidária que garanta a todos os deficientes o efectivo «Direito à Vida, à Reabilitação e ao Trabalho».

A Comissão Política condena energicamente o PSD que, em sincronia com o seu Governo e através da sua submissa maioria parlamentar, numa posição de manifesto desrespeito pelos mais elementares direitos dos deficientes portugueses, acaba de recusar a aprovação dos projectos de lei do PCP para o aumento geral das reformas e pensões e do abono de família e outras prestações da Segurança Social que, entre outros aspectos, previam aumentos substanciais nos valores das prestações aos deficientes tais como o abono complementar a deficientes que passaria a ser de 6600\$00 até aos 12 anos, 9600\$00 dos 13 aos 18 anos e 12 800\$00 a partir dos 18 anos, em vez dos actuais 4100\$00 dos 14 aos 18 anos e 8000\$00 até 24 anos.

A Comissão Política considera igualmente muito negativa a atitude do Partido Socialista que, ao abster-se em matéria de

tanta importância põe em evidência o carácter demagógico das suas tão propaladas preocupações em matéria de Segurança Social.

A Comissão Política condena o Governo Cavaco/PSD e a sua maioria parlamentar pelo facto de prosseguirem com a aprovação de legislação avulsa, em muitos casos contrária ao próprio espírito da Lei de Bases de Prevenção e de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, enquanto esta continua por regulamentar, o que é absolutamente contrário aos interesses dos deficientes portugueses.

A Comissão Política chama a atenção da opinião pública em geral e dos deficientes em particular para a grave ameaça que representa, para todos os deficientes, o «Regime Jurídico de Cessação do Contrato de Trabalho por Inadaptação», apresentado agora pelo Governo no CPCS e na base do Acordo Social Governo-UGT-Patronato, pois nele não consta uma única cláusula de salvaguarda dos interesses dos deficientes. Tal atitude, que contraria frontalmente o espírito da Lei de Bases, é tanto mais escandalosa quanto, na verdade, o que se impunha era, a exemplo do que sucede na generalidade dos países da CEE, adoptar o princípio de reserva de quotas de emprego para defi-

cientes, que chegam a ser de 6% em países como a França e Alemanha.

A Comissão Política do PCP reafirma o total empenho do PCP em prosseguir, através dos meios ao seu alcance, a sua incansável acção em defesa dos legítimos interesses dos deficientes portugueses. Nesse sentido se inserem os projectos de lei apresentados na Assembleia da República — Projecto das Associações, agendado já para o próximo dia 20 de Dezembro, e Instituição do Cartão de Deficiente — visando, o primeiro, reconhecimento e valorização do papel insubstituível das associações de deficientes e seus dirigentes na sociedade, garantindo-lhes os apoios necessários à sua intervenção em prol da igualdade e integração social dos cidadãos deficientes, e, o segundo, fazer prova da sua situação de deficiente, vencendo barreiras e burocracias que actualmente lhes dificultam o acesso aos seus direitos económicos, sociais, culturais e desportivos. Nesse sentido vai também a proposta, avançada pelo Grupo Parlamentar do PCP, de inscrição, através do Orçamento de Estado, em discussão, de uma verba de 500 mil contos com vista à implementação do Plano Orientador de Reabilitação, congelado pelo Governo Cavaco/PSD desde 1988. O PCP prosseguirá igualmente as suas acções no sentido de que seja regulamentada a Lei de Bases e o seu cabal cumprimento.

A Comissão Política
do Comité Central do PCP
4/12/90

Os herdeiros

Mandá a boa educação, os costumes, a tradição e não sei quantos mais preceitos que a sociedade convencionou adoptar que dos mortos não se diga mal.

Nestes tempos de mudança que vão correndo até em domínios tão sensíveis se vão alterando os hábitos, mas ainda assim a norma continua a vigorar, sendo mais os que preferem remeter os defuntos para o esquecimento dos tempos de que os que se atrevem a desenterrar-lhes os desabonos da vida.

Isto, claro, quando de todo em todo não se afigura possível elevar a memória dos ditos aos píncaros da glória, que como está bom de ver é a opção privilegiada na esmagadora maioria dos casos.

Pela magia da morte, casais desavindos deixam viúvas inconsoláveis; pais tiranos transformam-se no consolo dos filhos; chefes intratáveis deixam vazios irreparáveis; adversários políticos e inimigos figadais passam a parceiros insubstituíveis; comuns mortais ascendem ao olimpo dos deuses.

A classe política não foge à regra.

Dez anos passados sobre o passamento de Sá Carneiro - político carismático que acirrou tantos ódios como admirações - aí está a prova provada de que os *grandes* da Terra só o são depois de mortos.

Com um frenesim verdadeiramente espectacular, os vivos - ou vivaços? - da política desdobram-se em discursos, homenagens, inaugurações de estátuas e nomes de ruas para deixar bem claro que cada um de per si é quem mais admira, mais louva, mais lembra, mais se sente reconhecido com a obra, o pensamento, o projecto *lamentavelmente inacabado* deixado pelo mestre. Para trás, perdidas na memória curta dos homens, ficaram as desavenças, os erros, as contradições, as raivas, os desaforos, as críticas, as intrigas, as conspirações, de e para com o defunto.

Num frenesim verdadeiramente espantoso, boa parte da nossa classe política afadigou-se para conseguir um lugar de destaque na tribuna das homenagens, encheu o peito de ar para falar mais alto, empurrou os vizinhos para ficar mais visível.

Por uma daquelas estranhas associações de ideias, neste arraial necrófago veio-me à lembrança a canção do Zé Afonso tantas vezes trauteada nos tempos da luta clandestina: *estavam todas juntas, quatrocentas bruxas, à espera, à espera, à espera da lua cheia...* Coisas.

Que dão para pensar, por exemplo, no que é que estão à espera os que assim transformam em messias homens em que hoje só se vislumbram méritos quando no passado só se lhes viam os deméritos.

Que dão para pensar, por exemplo, nesta sede sebastiânica de políticos com responsabilidade nacional.

Que dão para pensar, por exemplo, no assumir do culto da personalidade dos mortos pelos que tanto acusam os outros de o fazerem.

Num passo de magia a que, valha a verdade, o defunto é alheio, as questões de interesse nacional ficaram suspensas para dar lugar ao espectáculo dos vivos em duvidosa honra do morto. Nos bastidores, como em todas as encenações, ficaram os que se recusam à palhaçada, os que respeitam por demais os homens para assim lhes passearem a memória adulterada na praça pública, ou ainda os que bem lúcidos e conscientes dos desafios da vida têm a sabedoria bastante para deixar repousar os mortos em paz. Sem lhes disputarem a herança, se a houve, sem se assumirem como herdeiros de um testamento que não chegou a ser escrito.

Os outros, deram de si a imagem que os define. A banquetear-se na morte como à mesa do orçamento, a mudar de ideias como quem muda de camisa, a deixar o rumo ao sabor dos ventos.

Porque se alguma lição há a retirar de tudo isto é a de que mal vai um país quando os seus políticos precisam de recorrer aos mortos para dizerem que estão vivos.



SANTARÉM

Os problemas do distrito e as perspectivas dos comunistas

Uma resolução sobre trabalho de direcção e organização, um conjunto de propostas para o desenvolvimento económico e social e ainda uma outra resolução sobre as eleições de 1991 foram documentos aprovados no último sábado, na 3.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP.

Os temas daqueles documentos e o debate à sua volta, a par da eleição da nova Direcção Regional e uma sessão de encerramento com intervenções dos camaradas **António Orcinha**, da C. Executiva Nacional, e de **Albano Nunes**, do Secretariado do Comité Central, marcaram a ordem de trabalhos desta Assembleia, que teve como objectivo mais destacado a tomada de importantes decisões para o trabalho de direcção regional. (Ver pág. 3)

Presentes na Mesa da presidência, para além dos camaradas já mencionados: Abílio

Santos, Álvaro Brasileiro, António José Ganhão, António Martins, António Pinheiro da Costa, António Vieira, Armando Rodrigues, Armindo Pinhão, Augusto Figueiredo, Eugénio Pisco, Francisco Lancinha, Isilda Roberto, Joaquim Jorge Ferreira, Maria Isménia Mega, Mário Rodrigues, Raquel Teodoro Abalada, Rolando Silva, Valdemar Henriques e Vítor Fernandes.

Regionalização

Enriquecida por intervenções de delegados oriun-

dos dos diferentes concelhos e sectores de actividade, espelhando as questões mais salientes que marcam o quotidiano do distrito (empresas, Poder Local, agricultura, ensino, defesa do meio ambiente, etc), a 3.ª Assembleia dos comunistas de Santarém — embora limitada nos seus objectivos, pois ainda no ano passado teve lugar a 2.ª Assembleia — evidenciou a profunda ligação do Partido aos problemas regionais e, por outro lado, o empenhamento dos comunistas ribatejanos na dinamização e no melhoramento do trabalho do Partido.

Um dos assuntos abordados com vivacidade no último sábado foi a regionalização. Ao contrário das promessas e das ambiguidades já conhecidas da atitude de outros partidos, o PCP defende o desen-

volvimento e a regionalização numa perspectiva integrada, sendo indispensável contemplar medidas de carácter económico, social, cultural, ambiental e político que assegurem o desenvolvimento, o crescimento económico, a redução das assimetrias e garantam a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das populações.

A criação das Regiões Administrativas é uma questão fundamental para o progresso e o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento integrado da Região passa pelo reforço da autonomia política, administrativa e financeira das autarquias locais, e pela descentralização de poderes com o reforço da participação das populações nas decisões dos principais problemas que as afectam, sublinha uma resolução aprovada.



No Natal ofereça livros

REGIONAIS

OR de Santarém: nova estrutura de Direcção

Reflexos de alto significado para o trabalho futuro

A eleição da nova DORSA foi um dos principais objectivos da 3.ª Assembleia dos comunistas do distrito de Santarém, realizada no último sábado no Teatro Sá da Bandeira (auditório Bernardo Santareno), na capital ribatejana. Com o lema «reforçar o Partido, desenvolver o distrito», esta 3.ª Assembleia elegeu uma Direcção Regional mais reduzida no número de quadros (passou de 52 para 25), mas que terá, como sublinhou António Orcinha, no encerramento dos trabalhos, «um papel mais interventivo como colectivo dirigente».

O trabalho de direcção e organização esteve, de facto, no centro das atenções da Assembleia. Uma resolução exclusivamente dedicada àquele assunto, aprovada no Sá da Bandeira, sintetiza aspectos negativos e positivos e, na base da experiência e das opiniões recolhidas, fruto de viva discussão e análise, avança «uma nova estrutura de direcção da ORSA» que inclui a constituição e funcionamento dos seguintes órgãos:

- Plenário Regional — um novo órgão para debate das grandes questões regionais ajudando a DORSA nas decisões, nomeadamente antes de grandes iniciativas, como por exemplo eleições, Festa do «Avante!», grandes campanhas, Congressos, grandes lutas, etc. O Plenário Regional terá uma composição alargada: 60 a 70 quadros do Partido, de entre os eleitos nas autarquias, dirigentes sindicais,

dirigentes de associações, cooperativas, mulheres, jovens, reformados, intelectuais, quadros técnicos, etc. Reunirá quadros das principais Comissões Concelhias, freguesias e empresas, etc.;

- Secretariado — com uma composição reduzida para as tarefas técnicas e políticas na área dos quadros, questões de organização, administração e recursos, coordenação nos intervalos das reuniões da DORSA, a quem regularmente presta contas;

- 3 Organismos de Direcção com capacidade de decisão e direcção nas áreas de trabalho, de acordo com a orientação geral do Partido e da DR e prestando sempre atenção às competências e papel da direcção das Comissões Concelhias;

— Organismo de Direcção para as frentes de massas prioritárias (sindical, autarquias, agricultura, juventude);

— Organismo de Direcção dos concelhos da área Norte (T. Novas, Abrantes, Tomar, Alcanena, Ourém, Golegã, Constância, Entroncamento, F. Zêzere, Mação, Sardoal, V. N. Barquinha);

— Organismo de Direcção dos concelhos da área Sul (Santarém, Coruche, Benavente, Alpiarça, Chamusca, Almeirim, Salvaterra, Cartaxo, Rio Maior);

- Comissões de Trabalho — a serem constituídas após a 3.ª Assembleia da ORSA, de acordo com as necessidades do andamento do trabalho, as prioridades definidas e os quadros disponíveis.

A coragem de aceitar coisas novas

Voltando ainda à nova Direcção Regional, refira-se que dum total de 25 elementos 17 têm entre 20 e 40 anos, 6 têm entre 40 e 50 e apenas 2 mais de 50 anos. Aspecto que não passou despercebido na Assembleia é o escasso número de mulheres na composição da nova DR: apenas 4.

Referindo-se às decisões tomadas pelos delegados quanto à estrutura do trabalho de direcção, o responsável da DORSA, camarada António Orcinha, membro da Comissão Executiva Nacional do

Partido, afirmou a dado passo:

«A implementação desta nova estrutura de trabalho do Partido exige um grande esforço de responsabilização de novos quadros, mas trará seguramente reflexos de alto significado para o trabalho futuro. Novos quadros não co-



nhecidos hoje se poderão revelar amanhã. Resistências e atitudes rotineiras na promoção e responsabilização de novos quadros serão mais facilmente vencidas.

«A procura de novas so-

luções orgânicas terá de estar sempre ligada à análise, à coragem de aceitar coisas novas e diferentes, mas também será necessário ter confiança suficiente para que o objectivo seja alcançado.»

Albano Nunes Os nossos ideais, a nossa força

Os nossos ideais não são apenas os mais dignos e mais justos que a Humanidade conheceu — são ideais que podem ser e serão realizados — sublinhou Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, na intervenção que proferiu na sessão de encerramento da 3.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA).

O dirigente comunista abordou questões da actividade geral do Partido, comentou aspectos da situação política e social e também da vida internacional.

«Devemos fazer tudo para levar à prática as decisões da Assembleia, assegurar um

melhor funcionamento da DORSA, avançar audaciosamente na descentralização das tarefas e na responsabilização dos quadros», afirmou Albano Nunes.

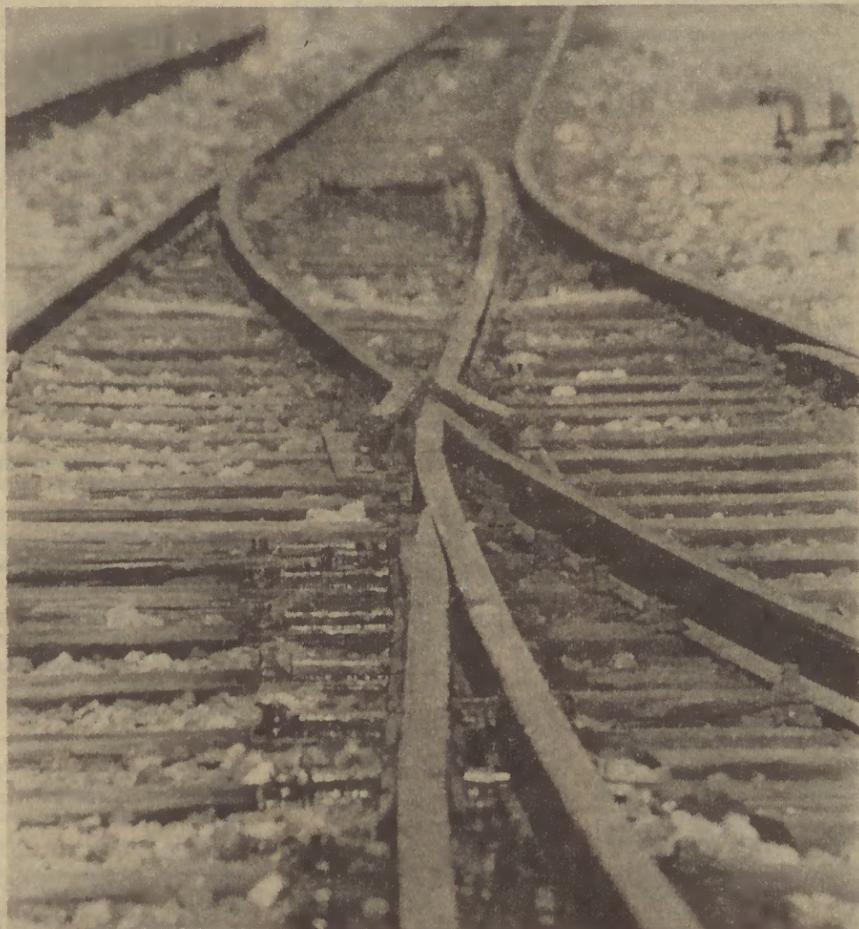
Mais adiante, declarou:

«A organização é a nossa força. Não dispomos dos vultuosos meios financeiros dos partidos burgueses; os nossos fundos vêm do Povo e nesta matéria temos de fazer um sério esforço para dotar a Organização Regional de meios que permitam acorrer às suas inúmeras tarefas e responsabilidades. Não temos os poderosos órgãos de Comunicação de que dispõem outros partidos. Pelo contrário, somos silenciados e discriminados. A

nossa força está na nossa coesão, organização e estreito contacto com as massas».

E noutra passagem: «Temos, sem dúvida, atrasos, insuficiências, problemas numerosos a resolver. Não lhes devemos fechar os olhos. Ao contrário, devemos reconhecer-lhes honestamente para, através da crítica e da autocrítica, os superarmos. Somos, porém, um partido forte e influente. Se não o fôssemos não seria certamente justificada tanta intriga, tanta calúnia, tanta campanha sobre o nosso Partido, tantas tentativas dos nossos adversários para nos enfraquecer, dividir, isolar dos trabalhadores.»

Ver os comboios a passar...



O distrito de Santarém pela sua localização geográfica, «a dois passos da capital», com o Tejo que o percorre em grande parte, zona de transição do Sul para o Norte, com importantes vias de comunicação, uma actividade económica baseada na agricultura com características variadas, com um solo de recursos inesgotáveis desde que devidamente explorado, pode mesmo dar uma grande contributo ao desenvolvimento industrial.

Distrito de grandes potencialidades é vocacionadamente a matriz de uma região.

Uma região carenciada de uma perspectiva correcta de desenvolvimento regional porque a ausência da Regionalização e por sua vez dos Órgãos Regionais próprios traz sérios problemas à elaboração dos programas, e aplicação dos Fundos, à coordenação dos vários programas e mesmo ao ordenamento do território.

Uma região que vê inaugurar um troço de auto-estrada que vai até Torres Novas, mas que vê também ficar para trás a resolução dos problemas dos acessos, particularmente de Santarém, Alcanena e Torres Novas.

Uma região aparentemente beneficiada por uma importante linha férrea mas que tem grandes carências de horários, ramais e comboios.

Como se concluiu nas nossas recentes Jornadas Parlamentares, o distrito corre o risco de se transformar, por ausência de uma política de desenvolvimento e de dimensão regional, na zona do País que, sendo um entroncamento, vê os comboios

passarem; que, surgindo como uma zona de transição do Sul com Norte de Portugal, seja um rasgado espaço por onde passam em correria os veículos que, do Litoral, percorrem a CEE (e vice-versa); que de Lisboa querem chegar ao Porto e voltar.

Falar hoje da região, dos rios e particularmente do Tejo, da regularização do seu Vale, da navegabilidade, é falar de grandes projectos indispensáveis ao desenvolvimento regional e do País. Não podemos deixar de lembrar que estamos na época das chuvas, que provocam as cheias, flagelo que ciclicamente continua a consumir bens, haveres, a isolar populações, a semear o pânico e a desolação e por vezes a colher vidas.

Mas também vimos ciclicamente esta situação a ser aproveitada não para roer consciências ou mudar a vontade política a quem ao longo dos anos tem ocupado os palácios do poder, mas sim aproveitada para grandes operações demagógicas e eleiçoeriras em que não faltam os tristes espectáculos teatrais dos passeios de barco, de helicóptero, com televisivo «risco da própria vida», as promessas, os discursos enteneceadores e enganadorés.

Mas cumprida esta operação, viram a página, distribuem umas migalhas, esquecem as promessas e os compromissos e aguardam o próximo acto, ou seja, as próximas cheias.

Da intervenção de António Orcinha, membro da C. Exec. Nacional do PCP, no encerramento da 3.ª Assembleia da OR Santarém

PCP

ASSEMBLEIAS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

ÉVORA

Onde vale a pena viver!

A II Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP, que decorreu no Palácio D. Manuel, em Évora, no sábado passado, foi a confluência de 110 plenários de militantes entretanto realizados e que elegeram 240 delegados; a profundidade e elaboração dos documentos finais, a par de uma intensa participação nos debates, foram a melhor expressão do empenho posto nesta realização. Quanto à multidão que encheu permanentemente o vasto salão, não pode deixar de ser vista à luz do que se dizia no Manifesto endereçado pela Assembleia ao povo do Distrito, e que citamos: «A população do Distrito de Évora tem sistematicamente dado o seu apoio e a sua confiança ao PCP. No dia-a-dia, na adesão às suas propostas, nas eleições o PCP sente-se honrado com este apoio e essa confiança. Não há praticamente nenhuma área da vida política, económica, social e cultural do Distrito a que o PCP seja alheio. Olhando à nossa volta, e no que depende da intervenção local ou regional, é uma evidência que vale a pena viver em Évora.»

Como, aliás, sublinhou o secretário-geral do Partido, **Álvaro Cunhal**, na intervenção de encerramento, antecedida pela de **Carlos Carvalhas**, secretário-geral adjunto do PCP e candidato às eleições presidenciais, quando ambos fecharam, num clima de forte entusiasmo, a II Assembleia da OREV do PCP. Já a noite ia alta e os hinos subiam fortes e harmoniosos como só os alentejanos sabem.

É conhecida e reconhecida a capacidade do PCP em organizar seja o que for — neste caso tratou-se da análise da situação política, económica e social de um Distrito com a im-

portância do de Évora. Por isso, quando nos entregaram o documento com a resolução política desta II Assembleia de Organização não nos surpreendemos com o seu volume

nem com o pormenor e a profundidade do tratamento das múltiplas questões que quadriculam o quotidiano desta região.

Outro documento significativo (e que noutra coluna referimos) produzido na iniciativa foi o **Manifesto ao Povo do Distrito de Évora**, onde se confronta a política desastrosa do Governo para o Distrito com as propostas fundamentadas e rigorosas para romper com a miséria e definhamento impostos por tal política e relançar o Distrito no progresso harmonioso por que há tanto anseia e luta.

Do conjunto de delegados, 79,2% eram operários e empregados (com 33,9% de operários industriais, 27,3% de operários agrícolas e 18% de empregados), 0,9% agricultores, 6,2% intelectuais, 4,6% quadros técnicos, 1,3% pequenos e médios empresários e 7,8% noutras situações (estudantes, domésticas, reformados, etc.).

A presença de mulheres (em número de 35, correspondendo a 15,9% dos delegados presentes) levou a Comissão de Verificação e Mandatos a considerar que «mais uma vez não houve a atenção necessá-

II ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE ÉVORA



ria para a eleição de camaras das mulheres», afirmando-se «insatisfatória a percentagem atrás referida».

Dar voz a quem não a tem

A insatisfação perante a representatividade feminina na Assembleia foi, aliás, sublinhada por **Raimundo Cabral**, membro da Comissão Executiva Nacional e responsável pela DOREV, na intervenção que fez no final dos trabalhos e antes dos discursos de **Carlos Carvalhas** e **Álvaro Cunhal**, assinalando também as deficiências no trabalho com a juventude, considerando contudo que a II Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP «foi a voz de todo o colectivo partidário e do povo de Évora», constituindo uma iniciativa assente na liberdade de opinião e cujo resultado leva à conclusão que «existem razões para

estarmos satisfeitos», realçando ainda as direcções de actividade futura apontadas pela iniciativa.

Carlos Carvalhas falou de improviso e entusiasmou a multidão. Reafirmando que a sua candidatura pretende «dar voz a quem não tem voz», o candidato do PCP às eleições para a Presidência da República recordou as suas recentes deslocações de pré-campanha à «corda» do Ave, onde ouviu trabalhadores desesperados e constatou a situação de fome que grassa na região, à Covilhã, onde manifestou a sua solidariedade com os trabalhadores dos lanifícios também a braços com uma grave crise gerada pela política restauracionista do Governo, referindo depois os problemas da região alentejana, onde a sanha contra a Reforma Agrária gerou o desemprego e empurrou de novo os trabalhadores para a emigração, acossados pela miséria.

«O nosso crescimento tem

sido desequilibrado e não tem feito crescer o aparelho produtivo», denunciou, assinalando que, entretanto (e a dois passos do Mercado Único) continuamos a importar mais de 50% do que consumimos.

Quanto a **Álvaro Cunhal** — e também num breve apontamento da sua intervenção proferida igualmente de improviso — caracterizou alguns aspectos fundamentais da política deste Governo, nomeadamente a reconstrução das estruturas socioeconómicas do tempo do fascismo, os atentados aos direitos dos trabalhadores constitucionalmente consagrados que o «pacto social» assinado pela UGT (mas recusado, e bem, pela CGTP-IN) vem reactivar e a ofensiva contra a democracia política com a tentativa de modificação das leis eleitorais, advertindo para as consequências para o futuro do País se tal política não fôr firme e rapidamente travada.

■ HC

Manifesto ao povo do distrito

A Assembleia aprovou um Manifesto ao Povo do Distrito, no qual sublinha os quatro objectivos que orientam as propostas do PCP — lutar no presente por um futuro de progresso, desenvolvimento e justiça social; promover a cultura e defender o ambiente; construir uma sociedade fraterna e solidária; não cortar as asas ao sonho.

Insistindo que vale a pena viver em Évora, o Manifesto critica em primeiro lugar a política do Governo que trava o

desenvolvimento no distrito, e especifica as propostas dos comunistas para o futuro. Considerando que a situação

actual não é uma fatalidade, o PCP avança as suas propostas para a mobilização dos recursos e potencialidades do distrito, para garantir o bem-estar e o progresso social.

Todas as propostas se apresentam detalhadas, fruto que são do conhecimento profundo que o Partido possui, da sua íntima ligação às massas e aos seus problemas e aspi-

rações. Desenvolver a agricultura, baseando a estrutura fundiária num modelo de economia mista assente nas UCPs/Cooperativas, nas explorações familiares e em explorações de maior dimensão que invistam, criem emprego e aproveitem os recursos, é a primeira das propostas avançadas. Como não podia deixar de ser em terras da Reforma Agrária.

Outra das propostas é incrementar o Sector Extractivo e Secundário. Outra ainda é melhorar o Sector Terciário. Incrementar o Turismo, promover a Educação e o Ensino, promover a Cultura, dinamizar o Desporto, melhorar os Serviços de Saúde, melhorar os Transportes e defender o Ambiente, são os outros tantos títulos das propostas avançadas.

O Manifesto sublinha ainda a necessidade de continuar a lutar pela Regionalização e pela construção de uma alternativa democrática. E afirma:

«Levar para a frente as propostas que avançamos é garantia de mais desenvolvimento, mais emprego, melhores condições de vida no nosso Distrito.

A sua plena realização exige a Regionalização e a consequente criação das Regiões Administrativas.

A garantia da sua concretização passa pela criação de uma Alternativa Democrática e de um Governo Democrático.

Temos essa possibilidade nas próximas eleições legislativas. Podemos começar a trabalhar para ela a partir das eleições presidenciais.

Lutar pela Regionalização! Empenharmo-nos nas eleições presidenciais e na candidatura de **Carlos Carvalhas!**

Trabalhar para reforçar a votação do PCP nas eleições legislativas é contribuir para formação de uma alternativa democrática!

Três direcções de trabalho para 1991 que o PCP propõe aos seus militantes e para as quais convida a participar toda a população!

No início da última década do Séc. XX, no virar para o terceiro milénio, a II Assembleia de Organização Regional de Évora do PCP reafirma a sua confiança inabalável num futuro de liberdade, de progresso e justiça social, de socialismo.

Os insucessos e derrotas do socialismo não são a vitória dos princípios do capitalismo. O capitalismo não mudou a sua natureza. Mais liberdade, melhores condições de vida, maior justiça social, garantia de paz e solidariedade, respeito pelo Homem, defesa do Ambiente e da Natureza, fim da exploração do Homem pelo Homem: é no Socialismo e nos seus princípios que se concretiza o sonho de um mundo novo.

Apoiar o PCP é lutar por melhores condições no presente e pela construção de um futuro novo, o socialismo.

Apoiar o PCP é garantir a defesa do desenvolvimento e do progresso social para o Distrito tendo a felicidade do Homem como meta».



PCP

Com o PCP Por um futuro de progresso, desenvolvimento e justiça social

«Com o PCP, por um futuro de progresso, desenvolvimento e justiça social», é o lema da Resolução Política aprovada pelos delegados à II Assembleia da Organização Regional de Évora. Um extenso documento de mais de quarenta páginas, fruto do trabalho colectivo anterior à Assembleia e ali mesmo colocado à apreciação da mesma, tendo recebido algumas emendas ao longo dos trabalhos.

Com uma introdução que historia a nova estruturação partidária em que a reunião dos comunistas do distrito se realizava — com as profundas alterações introduzidas pela extinção da DORA e a criação das três novas Organizações Regionais, entre as quais a de Évora, indicando por outro lado os objectivos principais da Assembleia, e sublinhando que esta procura «contribuir para o estudo e conhecimento das novas transformações socioeconómicas do distrito e para, com redobrado vigor e energia, encontrar soluções adequadas, vencer dificuldades e deficiências e reforçar a intervenção do Partido», a Resolução divide-se em três capítulos — Situação política, económica e social do distrito; Propostas de acção imediata; O Partido.

A situação política

Neste primeiro capítulo, o documento aprovado analisa em primeiro lugar a evolução eleitoral, dando conta dos cinco actos eleitorais entretanto realizados e dos seus resultados comparados, até ao presente:

O PCP e os seus aliados no quadro da CDU, são a força maioritária em 10 das 14 Câmaras Municipais e em 61 das 87 Juntas de Freguesia do Distrito, continuando a gozar de grande apoio popular dos trabalhadores e população do Distrito, apesar dos ataques, das calúnias e das transformações sociais decorridas, nomeadamente com a destruição da Reforma Agrária.

É necessário no actual momento que o PCP retire as experiências das diversas batalhas eleitorais, estude mais profundamente as motivações verificadas no distrito no plano económico e social, reflecta sobre as condicionantes internas e externas, designadamente as decorrentes das dificuldades e derrotas do socialismo, definindo as linhas de acção adequadas ao êxito da acção política futura.

Em 1991 vão realizar-se Eleições Presidenciais e para a Assembleia da República. A intervenção de todo o Partido nas Eleições Presidenciais tem que ter também, em conta os

objectivos políticos para as legislativas. Assim é necessário que as organizações do Partido no distrito definam os seus objectivos e programem a sua intervenção política, de forma a esclarecer e a ganhar o eleitorado para estas importantes batalhas, reforçando as posições do PCP e dos seus aliados, como factor principal de uma política democrática para o nosso país.

No que toca ao poder local, lembrando as principais linhas de acção dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias do distrito e acentuando o balanço altamente positivo do trabalho realizado apesar das ofensivas do Governo PSD, o documento sublinha a maior atenção que

sar das profundas e complexas dificuldades que defronta em resultado de uma política sistematicamente conduzida por sucessivos governos visando a sua total erradicação do sistema produtivo as UCP/Cooperativas Agrícolas têm procurado resistir e sobreviver através da luta e de arrendamento ou aquisição de terra própria que de algum modo compense a terra expropriada que lhe tem sido retirada.

Assim 44 Cooperativas têm hoje cerca de 36 000 ha obtidos por arrendamento ou compra o que permite afirmar que, embora reduzido, vai-se manter um sector cooperativo agrícola de produção que, aliás, mantém em muitos casos níveis de produção e produtividade superiores à média do Distrito e do País.

Não é hoje possível definir com precisão qual a estrutura fundiária em que se encontram organizados os 52 711 ha das 12 200 explorações agrícolas do Distrito



tem de ser dada à área do desenvolvimento económico.

Depois de referir detalhadamente o quadro político em que se desenrola a luta por uma alternativa democrática e as suas implicações no distrito, a Resolução debruça-se sobre a situação económica e, nomeadamente, sobre a realidade agrícola do presente, particularmente no que toca à Reforma Agrária:

Entretanto, a aceleração da destruição da Reforma Agrária desde a 1.ª Assembleia da Organização Distrital fez regressar a estrutura fundiária para uma situação vizinha da existente antes da revolução do 25 de Abril.

Com 56 UCP's/Cooperativas Agrícolas que exploram cerca de 57 000 ha de terra (contra 121 UCP's/Cooperativas e 194 000 ha existentes em 1985) a Reforma Agrária inicialmente realizada pelo proletariado agrícola está hoje seriamente comprometida. Ape-

devido à recomposição permanentemente em curso resultante da anexação diária de novas terras tiradas à Reforma Agrária.

Mas é irrecusável que se tem vindo a acelerar o processo de concentração fundiária já detectado em 1985 quando as explorações privadas não cooperativas com mais de 1000 ha, num total de 46 (menos de meio por cento do total das explorações) ocupavam 175 161 ha, isto é, 46% do total de área enquanto as explorações até 100 ha representando 91,5% do número total de explorações ocupavam somente 12,8% do total da área.

As explorações familiares (9836) representando 83% do total das explorações detêm somente 13,9% do total de área. Destas, 20% são familiares perfeitas e 80% imperfeitas.

A área actualmente detida pela Reforma Agrária corresponde somente a



10% da superfície total das explorações agrícolas do Distrito com a perspectiva de, a curto prazo, poder ser reduzida a pouco mais de metade.

Pode-se dizer que hoje se assiste no distrito à reimplantação das explorações latifundistas e do absentismo (72% das explorações estão submetidas de novo ao regime de arrendamento) por outro, em muito menor número, ao aparecimento de algumas grandes explorações privadas revelando um maior dinamismo a par com a implantação de alguns agricultores estrangeiros e a penetração em força do capital ligado ao sector florestal, designadamente à pasta de papel e à cortiça (Amorins).

Tudo isto tem levado, simultaneamente, ao aumento especulativo do preço da terra impedindo os pequenos agricultores e as cooperativas de lhe terem acesso e facilitando a concentração fundiária.

O documento aponta, entretanto, uma série de medidas, tanto no campo da agricultura como noutras áreas de actividade económica, como os sectores extractivo e secundário, o sector terciário, o turismo, etc.

so um nítido agravamento do poder de compra e dos salários reais dos trabalhadores. A taxa de inflação que o Governo de Cavaco Silva afirmava que se fixaria em 1990 entre os 9,5% e os 10,5%, vai rondar os 13%, valor este atingido mesmo antes da crise do Golfo. Diferenciais semelhantes vão surgir em 1991. O Governo pretende por esta via, fixar um tecto salarial muito abaixo da taxa de inflação, de que o chamado pacto social é um instrumento.

Agravamento da sua situação é o que se passa igualmente com outras camadas da população como os agricultores e as cooperativas. Harmonização acelerada dos preços com a CEE, liberalização das importações, manutenção de elevadas taxas de juro e de altos preços para os factores de produção, aceleração da concentração fundiária, tudo isto origina novas dificuldades, instabilidade e quebra de rendimento para milhares de pequenos agricultores e dezenas de cooperativas.

Os sectores médios da sociedade e em particular, as profissões liberais vêem progressivamente agravada a carga fiscal.

Mas também a juventude não tem saída com a actual política do Governo: dificuldade crescente no acesso ao Ensino Superior, sem saídas profissionais, dificuldades no acesso à habitação.

As conquistas conseguidas pelos reformados e pensionistas, designadamente o 14.º mês, estão a ser rapidamente anuladas pelo agravamento acelerado do custo de vida.

Em 1991 o Partido tem, pois, que continuar a ser solidário e a estar na primeira linha dos movimentos e lutas sociais por condições de vida dignas, por estabilidade no emprego, pela redução do horário de trabalho, por uma nova política para a agricultura, pela defesa dos sectores médios, intelectuais e quadros técnicos, pela melhoria das pensões e reformas, por melhores perspectivas para a juventude.

Não devem, entretanto, ser menores as preocupações do Partido com os problemas relativos ao desenvolvimento do Distrito de Évora e à Regionalização do País.

Primeira força política a inventariar e a propor soluções globais para o desenvolvimento do Distrito de Évora, o PCP deve continuar na primeira linha deste combate: promover o desenvolvimento e defender o ambiente, mobilizando projectos e investimentos, numa via de progresso social apoiando os esforços do poder local e das populações e contrariando

a política de marginalização seguida pelo Governo.

Nem o PSD nem o PS estão em condições como o PCP está, de apresentar propostas credíveis para um futuro de desenvolvimento e progresso social. Bater-nos-emos por eles na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas Autarquias, em todas as instituições e no Plano Público, bem como pela concretização do processo de Regionalização.

Eleições, Lutas e Problemas Sociais, Desenvolvimento e Regionalização, quatro linhas de acção prioritárias que a Organização Regional de Évora deve privilegiar em 1991.

E a Assembleia aponta as seguintes iniciativas a desenvolver:

II Jornadas para o Desenvolvimento do Distrito de Évora:

Encontro da Juventude «Com o PCP — Um Futuro para a Juventude»;

Encontro de Reformados;

Encontro sobre a Educação e o Ensino;

Encontro sobre a Saúde; Évora: Preservar o Património, Promover a Cultura (Encontro sobre os Problemas do Património e da Cultura);

Seminário sobre o Ambiente;

Encontro sobre os Problemas da Agricultura e a Situação dos Trabalhadores Rurais e dos Agricultores;

Seminário sobre a Mulher.

O último capítulo é dedicado ao Partido. Aos seus efectivos e organismos, às frentes de trabalho, à Informação e Propaganda, aos Fundos, aos Centros de Trabalho, ao trabalho de Direcção e Quadros, à definição de orientações para o reforço do trabalho do PCP no distrito.

E conclui:

Os comunistas do Distrito de Évora têm consciência das dificuldades, sabem que a luta libertadora é composta de vitórias e derrotas, ao mesmo tempo têm confiança que o futuro é um futuro de democracia, de progresso económico e social — o Socialismo.

Confiantes no futuro os comunistas não vão deixar cair os braços perante as dificuldades, vão continuar a lutar e ganhar para essa mesma luta um maior número de homens e mulheres do distrito, na defesa da justiça social e por um distrito mais próspero para que os seus filhos possam aqui crescer e serem felizes.

O PCP como força política organizada é um Partido fiel aos trabalhadores e ao povo laborioso, é uma força indispensável e insubstituível na defesa da democracia e na construção de um Portugal livre e independente.

Acção imediata

O segundo capítulo do documento aprovado desenvolve uma série de propostas de acção imediata em que o Partido se empenhará no distrito. Recordando que grande parte dos esforços serão empenhados nos próximos actos eleitorais, a Resolução afirma:

1991 vai ser também, muito previsivelmente, um ano de agravamento das condições de vida, de aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais.

Por um lado, e entre outros aspectos, está em cur-

PCP

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

BEJA

Uma grande força à altura das necessidades

Sob o lema «Com o PCP promover a justiça social e desenvolver o distrito de Beja na década de 90», decorreu no passado domingo a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja, que contou com a participação de José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP, e do secretário-geral adjunto e candidato às presidenciais, Carlos Carvalhas, cuja intervenção encerrou os trabalhos.

Cerca de 250 delegados e seguramente mais de meia centena de convidados encheram as instalações da Casa da Cultura de Beja, onde decorreu a Assembleia. Presentes estavam também delegações do PS, PRD e UDP.

O teor e o número das intervenções, tal como a longa resolução política aprovada transpareceram um aturado trabalho de preparação realizado durante os meses de Setembro e Outubro. Neste período foram promovidos

debates sobre questões de direcção, reestruturação e renovação da organização partidária, sobre agricultura, sector mineiro, questões laborais, sindicais e sociais, Poder Local e regionalização, juventude, ensino, saúde, reformados e deficientes. Foram contactadas várias entidades e organizações e efectuado um encontro de quadros comunistas e outros democratas.

Os trabalhos, divididos em dois pontos fundamentais: «o distrito de Beja hoje» e o «Partido no distrito», concluíram com a eleição da direcção da DORBE, composta por 47 camaradas, 37 dos quais já integravam a direcção anterior.

António Murteira interviria já na sessão de encerramento, antes de Carlos Carvalhas, para fazer o balanço do encontro e sublinhar que o Partido está à altura das necessidades do distrito, onde representa a maior força política.



Carlos Carvalhas, fortemente aplaudido mal entrou na sala por uma assistência que entretanto encheu completamente o recinto, referiu os aspectos fundamentais que orientam a sua candidatura à Presidência da República, notando que esta «já deu um importante contributo para situar o debate em torno dos grandes problemas que os portugueses enfrentam, das grandes reformas que Portugal necessita, no estatuto e na função presidencial».

O balanço negativo de uma década de política de direita

Tema central de numerosas intervenções produzidas no decorrer dos trabalhos, a situação do distrito de Beja nas mais suas diversas áreas encontra-se profundamente analisada no extenso texto da resolução política aprovado pela assembleia. Nele se lê que «na última década a evolução global no distrito de Beja não tem sido positiva. As políticas liberais e social-democratas dos governos PS e PSD, não permitem o desenvolvimento demográfico, económico e social e a defesa eficaz do meio ambiente e do património».

As assimetrias em relação a outras zonas industriais do país e em relação aos países da CEE não só não se têm reduzido como poderão agravar-se se persistir a actual política e o actual Governo.

O distrito mantém uma elevada taxa de desemprego e de trabalho precário e sobretudo entre a juventude acentua-se a emigração e a migração. O trabalho à peça, à tarefa e de empreitada, nomeadamente na agricultura e construção civil, são prática corrente, ficando esses trabalhadores sem qualquer protecção social e sujeitos a mais intensa exploração.

No distrito o rendimento disponível bruto das famílias é de cerca de 85 por cento da média nacional, sendo esta apenas de um terço do rendimento médio da CEE.

Menos 50 mil empregos

A esta situação não é estranha a evolução fundiária do Alentejo na última década. As 550 UCP's/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária foram praticamente todas aniquiladas de forma brutal, eliminando-se mais de cinquenta mil postos de trabalho.

Retirada a terra e aumentadas as rendas aos pequenos e médios agricultores, foi reconstituída parte significativa da exploração latifundiária. Hoje, apenas 1,2 por cento dos grandes proprietários

alentejanos detêm de novo cerca de metade do total das terras, ou seja 50 por cento da área total é ocupada por explorações com mais de 500 hectares e 20 por cento da área total por explorações compreendidas entre 200 e 500 hectares.

Entretanto, no distrito, com 18 mil explorações, cerca de 75 por cento dos agricultores têm explorações com menos de 20 hectares.

Por outro lado, verifica-se a penetração de grupos económicos estrangeiros e financeiros na agricultura alentejana, sobretudo na área florestal/sector das celulosas, cortiça e turismo/caça, como também a nível de transformação

de produtos da agricultura.

A compra de terras por estrangeiros é um fenómeno que igualmente se observa, na prática sem qualquer legislação reguladora, onde é organizada por vezes uma agricultura mais intensiva virada para a exportação.

Neste contexto, o proletariado rural viu reduzir drasticamente o seu peso na estrutura social dos trabalhadores do sector primário e passou de 38 875 em 1970 para 15 436 e os pequenos e médios agricultores de 8 mil em 1970 para 9 250 actualmente.

Indústria sem projecto

O Alentejo, e particularmente o distrito de Beja, continuam sem um projecto com vista à criação a médio prazo de uma base industrial dinâmica e diversificada, capaz de permitir um aproveitamento integrado dos recursos, a utilização de novas tecnologias e novos métodos de

gestão, aumentar o valor acrescentado, criar empregos.

A maioria das unidades industriais são pequenas, com um número reduzido de trabalhadores, exceptuando-se as indústrias extractivas de Aljustrel e Neves Corvo e as indústrias químicas e derivadas do petróleo de Sines.

Neste sector as potencialidades são enormes. De realçar o projecto de Concentrados de Aljustrel, com reservas estimadas entre 150 e 200 milhões de toneladas de pirites complexas, (cobre, chumbo, zinco e prata), e o projecto de Neves Corvo, com reservas que atingem 33 milhões de minério cuprífero com teores de 8 a 12 por cento de cobre, 32 milhões de toneladas de pirites complexas e 73 milhões de toneladas de pirites, para além de sondagens adicionais revelarem a existência de mineralizações extremamente ricas, a nível mundial, em estanho sob a forma de cassiterite.

Apesar desta grande riqueza e da proximidade do porto comercial de Sines, de águas profundas, que podia ser ligado por via férrea a Aljustrel e Neves Corvo, persiste a incapacidade ou a falta de vontade política do Governo PSD e anteriormente do governo PS/PSD em avançar para a construção de uma metalurgia do estanho e eventualmente de uma nova fábrica de ácido sulfúrico, numa perspectiva de gestão racional e verticalizada deste sector mineiro.

Alqueva

A concretização do projecto de Alqueva é outra das grandes reivindicações desta região que vê nele uma solução para o marasmo económico e social. De facto, Al-

queva permitiria o aproveitamento da água e desta forma a concretização do plano de rega do Alentejo, a travagem e inversão da tendência de desertificação económica, demográfica e ecológica. Os argumentos são fortes, pois há a considerar não apenas a valia agrícola, como também a valia energética, cuja importância a crise do Golfo veio realçar. Basta dizer que os grupos das centrais Alqueva-Rocha da Galé forneceriam uma potência eléctrica na ordem dos 770 MW que correspondem a cerca de dez por cento da potência para o subsistema hidro-eléctrico do ano 2000.

Os efeitos negativos da política de direita que conduziram a esta situação económica, reflectem-se com especial gravidade no plano social. A juventude é especialmente atingida pela inexistente ou inadequada formação profissional, a selectividade no ensino, pelo problema da habitação.

Com uma taxa de 38 por cento de analfabetismo literal e elevados índices de insucesso escolar, o distrito de Beja não apresenta as condições mínimas que permitam atingir os objectivos traçados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, devido à debilidade ou inexistência de factores indispensáveis como instalações, recursos humanos, material pedagógico, apoio social.

Cerco ao Poder Local

Com uma obra à vista de todos, o Poder Local tem sido alvo de uma ofensiva permanente por parte do Governo PSD, que tem impedido ou dificultado a resolução de problemas, a satisfação

de aspirações das populações, o desenvolvimento e o progresso da região.

Designadamente, ela traduz-se no corte de recursos financeiros, transferência de responsabilidades para as autarquias locais sem a correspondente transferência de recursos, centralização nas Comissões de Coordenação Regional da utilização de fundos da CEE e de competências inerentes aos órgãos de poder local respeitantes ao desenvolvimento da região. Presentemente, as câmaras municipais estão afastadas do licenciamento da plantação de eucaliptos, construção de hipermercados e empreendimentos turísticos, são objecto de uma Lei da Tutela que facilita ingerências e governamentaliza aspectos essenciais que lesam a autonomia das autarquias.

É assim que a criação das Regiões Administrativas adquire um significado especial para a população do distrito, que várias vezes se tem manifestado — em abaixo-assinados, moções aprovadas na Assembleia Distrital e municipais, colóquios, congressos sobre o Alentejo — contra a política centralizadora e pela urgente regionalização que deverá contar com órgãos democraticamente eleitos, com competências e meios descentralizados da administração central.

Mas apesar deste objectivo estar previsto desde 1976 na Constituição, de ser consensualmente reconhecido como um pilar necessário à estrutura do Estado, ao desenvolvimento regional, e de terem sido aprovados na generalidade pela Assembleia da República vários projectos de Lei Quadro da Regionalização, o processo de criação das regiões administrativas continua a ser obstruído pela maioria parlamentar do PSD.





O projecto do PCP para um distrito com futuro

A 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja do PCP aprovou um projecto de desenvolvimento integrado para o distrito, que visa promover a justiça social, diminuir as desigualdades, melhorar as condições e qualidade de vida dos trabalhadores e de toda a população, e de que extraímos algumas passagens fundamentais:

Para o Desenvolvimento Económico do Distrito o PCP propõe:

a) Uma economia mista, que conjugue o esforço e a criatividade individual e colectiva com uma planificação participada e democrática.

b) Uma nova agricultura, que ponha em marcha uma reforma agrária democrática e anti-latifundista, na qual floresçam e cooperem explorações agrícolas familiares, empresas agrícolas privadas, e um sector cooperativo e associativo.

Para uma nova agricultura o PCP propõe ainda e no imediato:

- a criação de uma Linha de Crédito Especial destinada a facilitar o acesso dos pequenos e médios agricultores e rendeiros à aquisição das terras, de modo a redimensionarem e modernizarem as suas explorações;

- uma política justa nos preços das Rendas de Terras do Estado e que os valores estabelecidos tenham em conta a urgente necessidade de investir no sector para acelerarmos o processo de modernização;

- a criação de mecanismos legais que regulamentem a aquisição de terras por estrangeiros;

- a criação de uma linha de crédito especial destinada à rápida modernização do sector leiteiro e ao rápido aproveitamento da quota de um milhão e novecentos mil toneladas de leite/ano atribuídas recentemente a Portugal no âmbito da CEE;

- a execução do Plano de Rega do Alentejo e de Alqueva como instrumentos fundamentais à modernização e diversificação da agricultura alentejana;

- a realização de um estudo de ordenamento florestal no distrito que situe o eucalipto no seu lugar;

051 apoio à criação de associações de agricultores e eficiente informação à agricultura dos projectos, financiamentos, apoios e perspectivas para a agricultura portuguesa face ao Mercado Comunitário; funcionamento de estruturas de apoio que garantam apoio técnico e escoamento de produtos;

- reconhecimento da especificidade da agricultura alentejana e da agricultura portuguesa, no contexto da Política Agrícola Comum/PAC.

c) Uma base industrial, diversificada e integrada com os outros sectores, na perspectiva de racional aproveitamento dos recursos da região (agricultura, floresta, pecuária, agro-alimentares, pescas, turismo e caça, indústrias extractivas, etc.).

d) Desenvolvimento do turismo, concretizando a criação da Região de Turismo Planície Dourada, lutando para que sejam levantadas as limitações no aproveitamento dos fundos do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo) a que está sujeita a maioria dos concelhos do distrito e que sejam dadas idênticas possibilidades às previstas para as Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico e os Eixos de Desenvolvimento Turístico.

e) Concretização dos importantes projectos estruturantes de desenvolvimento: Alqueva e Plano de Rega do Alentejo; as metalurgias do cobre e o estanho e a sua ligação por via férrea ao porto comercial de Sines; definição urgente das grandes vias estruturantes rodoviárias, ferroviárias e aéreas, designadamente os troços rodoviários Vila Real de Santo António — Mértola — Beja;

e Sines — Vila Verde de Ficalho, com a abertura 24 horas por dia desta fronteira — Canal Azul; assim como o estudo da utilização também para fins civis da Base Aérea n.º 11 de Beja, a construção de modernos aeródromos no distrito.

f) Uma rede moderna de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social, à elevação do nível e qualidade de vida nos campos e nos meios urbanos.

g) Revisão dos Programas Operacionais ou de quaisquer outros programas no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional/PDR, com a participação das autarquias, dos sindicatos e de outras organizações de carácter económico, social e cultural.

Funcionamento efectivo das unidades de gestão dos Programas Operacionais.

Revisão do Plano de Desenvolvimento Regional/Quadro Comunitário de Apoio, tendo em conta as realidades e reivindicações do distrito de Beja, designadamente a concretização de Alqueva e da Regionalização.

Para o desenvolvimento social do distrito o PCP propõe:

a) Uma política de justiça social, humanista e solidária, que melhore as condições e qualidade de vida de todos os trabalhadores, permita alcançar os objectivos de coesão económica e social e dar corpo à Carta Social Europeia.

Aumento dos salários de forma a aproximá-los progressivamente dos salários praticados na CEE.

Redução dos horários de trabalho, para o máximo de 40 horas semanais.

Aumento das pensões de reforma e invalidez e revisão da sua base de cálculo.

Aumento dos rendimentos dos agricultores.

Mais justa distribuição do rendimento nacional, com subida da parte dos salários nesse rendimento.

b) Uma política de ensino e educação assente numa reforma do ensino que tenha em conta as realidades sociais e económicas do país e das regiões, com vista à correcção de assimetrias e ao progresso, que na prática permita a igualdade de oportunidades para todas as crianças, para todos os jovens. (...)

c) Uma política de saúde que tenha em conta os objectivos de um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito (...)

d) Uma política de segurança e acção social, na qual o Estado assegure o acesso a todos os cidadãos, em pé de igualdade.

Para os reformados reivindica-se aumentos de pensões intercalares para repor o poder de compra.

Aumentos de pensões de forma a aproximarem-se gradualmente das pensões nos outros países da CEE e do cumprimento das normas da OIT. (...)

Para os deficientes reivindica-se um Lar e Centro de Dia Regional para deficientes profundos; o levantamento Regional e Nacional da população deficiente; a Lei das Associações e o Cartão de Deficiente; o fornecimento gratuito pelo Estado do material de apoio no dia-a-dia a deficientes motores, orgânicos e mentais, receitados pelos técnicos de saúde. (...)

Para preservar o meio ambiente e o património cultural e natural o PCP propõe:

Que as dimensões ecológicas das políticas sejam consideradas em simultâneo com aspectos económicos, energéticos, agrícolas, comerciais e outros, procurando evitar-se os problemas relativos à erosão, desertificação, acidificação, produtos químicos e às novas formas de resíduos.

Que se realize rapidamente um estudo de Ordenamento Florestal que situe o lugar de cada espécie, designadamente do eucalipto.

Que seja aprovada legislação para um Programa de Emergência para a Floresta Portuguesa e um Programa de Reflorestação para as áreas aridas

Que sejam protegidas as diversas espécies e introduzidas alterações à Lei da Caça, designadamente no respeitante à defesa das espécies.

Que se crie uma reserva de caça fotográfica.

Que se concretize a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, e funcionamento eficaz da área de paisagem protegida do Sudeste Alentejano.

Uma correcta gestão e aproveitamento dos recursos hídricos, o que passa também pela construção do Alqueva.

Aprovação pelo Governo de medidas que conduzam à resolução dos problemas de poluição do rio Guadiana, e adequação e aplicação do Convénio Luso-Espanhol sobre a utilização e não poluição das águas do Guadiana.

Assegurar o correcto tratamento das águas residuais, designadamente pelas fábricas de celulose de Mourão e a Somincor; através da construção de estações de tratamento de águas residuais e do apetrechamento dos lagares e explorações pecuárias com meios para tratamento dos efluentes.

Estudo prévio de impacto ambiental e prévia auscultação das populações e das autarquias, acerca de intenções de construção de depósitos de resíduos perigosos.

Rejeição da pretensão da Alemanha de alterar o tecto de voo estabelecido no acordo Luso-Alemão para a Base Aérea n.º 11. (...)

Para potenciar o poder local-democrático o PCP propõe:

Como objectivos fundamentais, continuar a obra realizada pelo PCP e seus aliados nas autarquias com vista à contínua melhoria do bem estar e das condições de vida das populações; a defesa dos interesses das populações contra as acções e políticas que lhes sejam contrárias; a dinamização e o reforço da vida colectiva e da solidariedade e coesão sociais; a prática e consolidação da democracia participativa; e desenvolvimento integrado, sustentado e equilibrado das nossas terras e do nosso distrito. (...)

Quanto às grandes linhas de orientação apontadas:

A luta pela definição clara das competências das autarquias e pela reposição da sua capacidade financeira, pelo fim da política intervencionista, asfixiante e centralizadora do Governo PSD.

A tomada de medidas concretas pelas autarquias de forma a controlar a situação resultante da política de asfixia financeira.

Um aprofundamento e maior troca de experiências no âmbito das políticas sectoriais nas autarquias.

Concretizar a elaboração dos Planos Directores Municipais, o Plano Integrado de Desenvolvimento para o Distrito de Beja e a criação da Região de Turismo Planície Dourada.

Continuar a dinamizar o desenvolvimento integrado, criando ou adaptando as estruturas às situações actuais da situação financeira e à gestão dos fundos comunitários no âmbito dos Programas Operacionais ou de outros.

Procurar uma forma adequada de participação dos trabalhadores das autarquias, e dos municípios na elaboração de planos e estudos.

Avançar o trabalho na área das infra-estruturas e do saneamento básico.

Dar particular atenção à gestão urbanística.

Prosseguir o esforço de construção, manutenção e funcionamento de equipamentos colectivos.

Potenciar o trabalho nos domínios da cultura, do desporto e dos tempos livres, inserindo-se numa política de desenvolvimento sócio-cultural das populações. (...)

LISBOA

O Governo está em dívida com a população do distrito

As incidências do Orçamento do Estado (OE) para 91 no distrito de Lisboa estiveram em análise numa recente conferência de Imprensa convocada pela Direcção Regional do PCP (DORL). Das principais questões levadas ao encontro com os jornalistas retirámos dois apontamentos significativos: por um lado, as insuficiências mais gravosas dum OE que não serve o País nem a região de Lisboa, e por outro lado, o conjunto de propostas que os deputados do PCP pelo círculo da capital apresentaram em São Bento, tentando responder a justos anseios da população. Nas próximas edições do «Avante!» tentaremos levar aos nossos leitores as tomadas de posição das outras Direcções Regionais do Partido.

Dizer que o Orçamento de Estado não corresponde às necessidades do Distrito não constitui, infelizmente, novidade. Mas importa sublinhar que particularmente nos últimos anos o fosso entre o nível de resposta e esforço da Administração Central expressa em OE/PIDDAC e a dimensão dos problemas sociais do Distrito tende a ampliar-se. A proposta do Orçamento de Estado para 91 avoluma as nossas preocupações. A política do «Menos Estado», sinónimo de menos resposta aos problemas da população, traduz-se assim na menor qualidade das condições de vida para cerca de 2 milhões de habitantes.

Afirmámos há tempo, em iniciativa por nós promovida sobre a Área Metropolitana de Lisboa, que se vive mal nesta Região.

Com esta política o sentido é de não a melhoria das condições de vida, mas o seu agravamento, o passar do viver mal para o viver pior nesta grande Metrópole.

Saúde, Habitação, Transportes, Circulação, Ensino, Ambiente, Segurança, Protecção Civil, constituem problemas, alguns dos quais com expressão dramática que afectam o conjunto do Distrito, as possibilidades do seu desenvolvimento, o quadro de vida das suas gentes.

Uma vez mais o OE deixa não só em aberto uma resposta séria e indispensável que a situação impõe, como prefigura, a não ser corrigido, um instrumento de deterioração e agravamento destes problemas.

Transportes

Não se trata de propaganda, afirmações não fundamentadas, críticas não comprováveis. É a rigorosa e atenta leitura dos documentos que o comprova.

A saber:

- Na área dos Transportes todos os grandes investimentos se mantêm numa linha de sucessivos adiamentos. Particularmente grave a situação na ferrovia onde os investimentos indispensáveis na linha suburbana de Azambuja, a quadruplicação da linha de Sintra, o programa de remodelação de estações e a instalação de meios que garantam a

segurança de circulação não encontram a consideração devida.

Não é a repetição cíclica de anúncios e notícias veiculadas pelo governo para a Comunicação Social que faz obra! São conhecidas as declarações, aqui relembadas, do Ministro dos Transportes dois dias após o acidente de Cruz da Pedra de que se daria início na semana seguinte à instalação de meios de segurança de circulação ou um novo anúncio (o terceiro nos últimos 5 anos) ainda esta semana na primeira página de um Matutino de quadruplicação da linha de Sintra. A verdade é porém diversa. Em Orçamento de Estado a quadruplicação não tem verba inscrita e a instalação do sistema CTC/ACT (segurança de circulação) apresenta uma execução prevista (pelo governo!) para 1990 de 0 (ZERO) contos e uma verba para 1991 de 120 mil contos (contra os 250 mil previstos o ano passado) e que é totalmente insuficiente.

Os factos são acusadores. A verba prevista no Plano Nacional de Modernização da via férrea (resolução do Conselho de Ministros de 1988) para o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa previa até 1990 investimentos na ordem dos seis milhões de contos. A previsão confirmada em OE é de 1,930 milhões de contos! Para 1991 dos 5,5 milhões de contos previstos, estão inscritos apenas 2,5 milhões.

Rede viária

- Na Rede Viária mantém-se por inscrever as mais importantes obras capazes de contribuir para solucionar o



caótico sistema de circulação da Região de Lisboa.

A Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) prevista iniciar-se, pela resolução do Conselho de Ministros de 1987 sobre acessos a Lisboa, em 1991 (troço Queluz-Loures) continua a não ser considerada.

As radiais de Odivelas e Pontinha presentes na mesma resolução do Conselho de Ministros para 1988 (lanço Odivelas-Caneças) e 1991 (lanço Pontinha-Belas) respectivamente, não têm um único milhar de escudos inscrito.

A Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL) mantém o mesmo troço (Miraflores/Buraca) que os anteriores 3 Orçamentos de Estado já haviam considerado, com uma novidade: o protelamento por mais um ano da previsão da sua conclusão — 1993 em vez de 1990 como inicialmente estava previsto.

Obra tão simples, quanto importante, como a da construção da segunda ponte sobre o Trancão, prevista para o primeiro semestre de 1989 pelo Ministério dos Transportes

continua sem ser executada.

Saúde

- Na área da Saúde o Orçamento de Estado revela a ir-

responsabilidade de quem o propõe.

Dos 8 Centros de Saúde que constaram em Orçamento anterior, 6 são abandonados! Não se inscreve a construção de um único novo Centro de Saúde dos mais de 50 de que o distrito carece. Os dois Centros de Saúde Mental, a prioridade das prioridades da Ministra Beleza, são deixados cair...

No conjunto das Unidades Hospitalares do Distrito a verba aplicada em 1990 (execução prevista em OE) é de 37% do total inscrito. E dos 3,177 mil contos previstos em OE em 1990 para serem inscritos em 1991 o Orçamento apenas confirma 758 000 (24%).

Mantém-se sem verba inscrita a construção do futuro Hospital da Zona Oriental do Distrito (Loures).

Educação

- Na área da Educação onde as carências de equipamentos escolares e de pessoal originam situações de ruptura nas condições do ensino com a superlotação de escolas, deslocações de alunos e insegurança da generalidade das escolas do Distrito, o Orçamento de Estado revela a insuficiência de resposta face à dimensão dos problemas e de retrocesso até no Ensino Superior Público no principal Centro Universitário que é Lisboa.

Mantém-se sem inscrição a construção de algumas escolas em áreas críticas e de ruptura e algumas outras têm conclusão prevista apenas para 1992 e 1993. Do total da verba inscrita em Orçamento de Estado de 1990 para este mesmo ano (2,3 milhões de contos) a execução prevista é de 910 mil contos, ficando a verba inscrita para 1991 a meio milhão de contos do que o ano passado se previa. E o que dizer dos cortes para o Ensino Superior que se traduzem para a Universidade Técnica de Lisboa em menos 2 milhões de contos do que em

Direcções Regionais do PCP comentam OE-91

(1)

não se inscreve nenhuma nova acção ou projecto como se abandona neste Orçamento a construção dos Tribunais Judiciais de Amadora, Cascais, Loures e Mafra!

- Mantém-se sem resposta as justas reivindicações de dezenas de corporações de Bombeiros para serem dotadas de novas instalações.

Da realidade à propaganda

- Eis, no menor número possível de palavras como se apresenta o Orçamento de Estado para 1991 face à situação concreta e aos problemas reais do Distrito.

Uma leitura e uma visão certamente bem diferentes daquelas que transparecem do esforço de propaganda e de acção demagógica do Governo. Mas a acção governativa, e a avaliação que dela se faz, mede-se, não pela cíclica repetição e anúncio de novas ou velhas promessas, mas sim pela resposta concreta aos problemas concretos que atingem o povo da Região.

Uma vez mais os deputados comunistas e as organizações do PCP intervirão no sentido de inverter o rumo até agora seguido pela política governativa, procurando que o OE e o seu Plano de Investimentos se mostre mais de acordo com as instantes respostas que os problemas reclamam, em domínios essenciais.

Com o objectivo de prosseguir os objectos referidos os deputados comunistas eleitos pelo Círculo de Lisboa em conjugação com a DORL apresentaram em discussão do OE um conjunto de propostas de reforço de verbas para o Distrito de Lisboa no montante global de 4 335 000 contos (ver outra peça nesta página).

Responder às aspirações

Tivesse sido outra a execução dada pelo Governo ao Orçamento de Estado e Planos de Investimento (PIDDAC) de anos passados e algumas das propostas que agora se reasumem não teriam de ser apresentadas.

O Governo está em dívida com a população do Distrito à luz das necessidades do presente e dos compromissos orçamentais assumidos no passado.

As propostas e a intervenção dos deputados comunistas eleitos pelo distrito têm como objectivo, procurando obrigar o Governo a adequar em actos o que sobra em palavras, responder às aspirações mais sentidas pela população do Distrito.

Ambiente

- No domínio do Ambiente, da protecção da floresta e da salvaguarda do Estuário, mantém-se a ausência de novas respostas e medidas que a situação e a degradação do meio ambiente exige. O nível de cumprimento do Plano de Prevenção das Cheias está de tal modo atrasado que já várias entidades chamaram a atenção para a possibilidade de se poderem repetir com o mesmo nível de gravidade situações idênticas às que ocorreram em anos anteriores na Região de Lisboa.

Justiça

- No domínio da Justiça e Serviços Públicos não só

PROPOSTAS CONCRETAS

Um reforço de 4 335 000 contos assim distribuídos:

Na conferência de Imprensa da DORL do PCP foram divulgadas as propostas que estão a ser apresentadas pelos deputados comunistas eleitos pelo Círculo de Lisboa no âmbito da discussão do Orçamento de Estado e de apreciação do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o ano de 1991.

No sector da **Saúde**, reforço de uma dotação de **620 000 contos** contemplando os seguintes projectos:

- Hospital Oriental no concelho de Loures;
- Construção de novos Centros de Saúde e extensões no concelho da Amadora (Caranque/Mina, Brandoa, Damaia), Cascais (Carcavelos), Lisboa (Ameixoeira, Beato), Loures (Caneças, Loures, Odivelas, Olival de Basto, Pontinha, S. João da Talha), Oeiras (Algés, Barcarena, Carnaxide, Linda-a-Velha, Paço d'Arcos), Sobral de Monte Agraço, Sintra (Abrunheira, Cacém, Casal de Cambra, Colares, Massamá, Negrais, S. João das Lampas) Torres Vedras e Vila Franca de Xira (Alverca, Forte da Casa, Vila Franca de Xira);
- Funcionamento de Serviços de Atendimento Permanente (SAP's) em Loures, Odivelas, Pontinha, Sacavém e S. Julião do Tojal.

No domínio da **Habitação e Urbanismo** propõe-se um reforço da verba de **840 000 contos** para:

- Recuperação de clandestinos nos concelhos de Amadora, Loures, Sintra, Cascais e Vila Franca de Xira;
- Elaboração de um contrato-programa com a CM da Amadora para construção de 320 fogos para realojamento de moradores do Bairro degradado da Falagueira;
- Recuperação de Centros Históricos nos concelhos de Alenquer, Cascais e Lisboa (Alfama, Madragoa, Mouraria e Bairro Alto).

Para o sector **Educativo**, propõe-se um reforço de **565 000 contos** tendo em vista:

- Construção de Escolas Preparatórias nos concelhos de Loures (Bucelas/St.º Antão/S. Julião e Ramada), Oeiras (Caxias e Terceira);
- Construção de Escolas C+S nos concelhos de Alenquer (Abrigada), Sinta (Terru-

gem), Vila Franca de Xira (Bom Sucesso e Castanheira);

- Construção de Escolas Secundárias em Amadora (Alfragide, Moinhos da Funcheira/Mina), Loures (Camarate, Odivelas, Póvoa de St.º Adrião, St.º António de Cavaleiros e S. João da Talha/Bobadela), Oeiras (Alto de St.º Catarina e S. Julião);

• Reforço de verbas destinadas à Educação de Adultos. No sector da **Justiça** é considerado um reforço de verbas no valor de **30 000 contos** contemplando projectos de construção de Tribunais Judiciais em Alenquer, Amadora e Loures.

No sector da **Segurança e Protecção Civil** é proposto um reforço de **310 000 contos** para:

- Quartéis de Bombeiros Voluntários nos concelhos de Alenquer, Loures (Caneças, Odivelas, Pontinha, Sacavém), Oeiras (Algés, Barcarena, Dafundo), Sintra (Queluz), Vila Franca de Xira (Castanheira do Ribatejo, Póvoa de St.º Iria e Vialonga);
- Construção de novos Postos da PSP em Amadora (Brandoa), Loures (Camarate, Loures, St.º Iria da Azóia), Oeiras (Caxias), Sintra (Cacém, Casal de Cambra);
- Construção de novos Postos da GNR em Cascais (Alcabideche), Torres Vedras (St.º Cruz).

Para os **Transportes e Vias de Comunicação**, as propostas apresentadas representam um acréscimo de **1 035 000 contos** para inscrição ou reforço das seguintes propostas:

- **Ferrovia**
 - Quadruplicação da linha de Sintra (Lisboa/Amadora);
 - Remodelação das Estações e meios de exploração na linha da Azambuja;
 - Supressão de passagens de nível na linha de Sintra (Aqualva, Cacém, Queluz);
 - Implantação do Sistema de Controle Automático de Velocidade na linha de Sintra.

Rede Viária
• Lançamento da Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL);

- Radial de Odivelas;
- Radial da Pontinha;
- Nó de ligação à EN-1 (Norte) em Alhandra e S. João da Talha;
- Vias de Cintura a Sintra (variante Lourel/Linhó);
- Via interior a Aqualva/Cacém alternativa à EN-250 no atravessamento destas duas localidades ligando à Radial de Sintra EN 250/1;
- Variante à EN-10 em Alverca;
- Variante EN-10 à Estrada da Matinha, em Beirolas, a partir de Sacavém;
- Ponte sobre o Rio de Alenquer;
- Eliminação da verba de 300 000 contos para o alargamento da Ponte 25 de Abril;
- As propostas contemplam ainda projectos visando a institucionalização da Comunidade de Transportes na Área da Grande Lisboa e construção de correspondências rodo-ferroviárias.

Para o **Ambiente e a melhoria da Qualidade de Vida** são apresentadas propostas no valor global de **860 000 contos** para:

- Sistema de Saneamento da Costa do Estoril;
- Medidas de prevenção contra as cheias, nomeadamente regularização e limpeza de ribeiras e construção de diques e barragens de laminagem;
- Criação do Parque Natural do Montejuento.

Para o sector **Associativo e o fomento do Desporto**, é proposta a verba de **75 000 contos** para os seguintes projectos:

- Sede Social da Associação Desportiva de Careque/Amadora;
- Hóquei Clube de Sintra;
- Edifício-Sede da Sociedade Filarmónica e Recreio Alverquense;
- Edifício-Sede do Ateneu Artístico Vilafranquense;
- Pavilhão Gimnodesportivo e Posto Náutico da União Desportiva Vilafranquense (2.º fase);
- Parque Desportivo do Futebol Clube Alverca;
- Pista de Atletismo e beneficiação do Parque Desportivo de Castanheira do Ribatejo.

Tudo a postos em Aveiro

Será depois de amanhã, pelas 10 horas do feriado de 8 de Dezembro, que a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro (ORAV) do PCP terá início no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, com a participação do camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido.

Convocada no início de Junho, esta Assembleia assume significado especial por se realizar após o XIII Congresso, cujas conclusões conduziram a uma maior autonomia, responsabilização e descentralização das organizações distritais. Assim, é a primeira que ocorre após a criação da ORAV, por decisão do Comité Central do Partido, que em Julho extinguiu a ORBL e «promoveu» as Comissões Distritais de Aveiro, Coimbra e Viseu ao estatuto de Direcções Regionais. Deixou então de existir qualquer estrutura entre a Direcção do Partido e a Organização Distrital.

Com a realização, no passado domingo, da Assembleia Plenária da Organização Concelhia de Castelo de Paiva concluiu-se o processo de eleição dos delegados, que decorreu durante as últimas duas semanas com a realização de 22 Assembleias daquele tipo. Aos delegados eleitos, na proporção de um delegado por cada trinta membros do Partido, juntar-se-ão, no dia 8, os delegados por inexistência (os membros da DO-

RAV cessante e os membros do Partido da Direcção Distrital da JCP), o que deverá responder a cerca de 180 quadros do Partido.

Durante as últimas semanas procedeu-se também ao estudo e discussão do anteprojecto de Resolução Política da Assembleia Regional.

O trabalho já desenvolvido em torno do projecto de Resolução, com várias propostas de aperfeiçoamento e aprofundamento, foi transposto para o projecto a apresentar aos delegados, projecto que terá sido aprovado ontem, (5/12), na última reunião da DORAV eleita em Novembro de 1986.

Naquela reunião terão sido também abordados e decididos outros aspectos relacionados com os trabalhos da Assembleia, nomeadamente a concretização da ordem de trabalhos e das propostas de regulamento, mesa e outros órgãos da Assembleia, de horários e de nova composição da DORAV.

Um segundo documento político a apresentar à Assembleia foi também objecto da

atenção da DORAV — trata-se de um projecto de Resolução sobre as eleições em 1991, através do qual se procura destacar, pela sua importância, as batalhas eleitorais do conjunto das batalhas políticas do próximo futuro dos comunistas do Distrito de Aveiro.

Para além da melhor resposta às tarefas imediatas os comunistas do Distrito pretendem que a sua 2.ª Assembleia destaque o que já foi feito e promova o reforço da intervenção da Organização Regional pelo efectivo desenvolvimento do Distrito, desenvolvimento que proporcione a melhoria dos aspectos quantitativos e qualitativos da vida das populações, realçando, neste plano, o papel que a criação das regiões administrativas poderá assumir.

«Viver melhor»

A Assembleia deverá também constituir momento privilegiado da discussão necessária para a adequação das estruturas e do funcionamento às realidades do nosso tempo — nomeadamente as do Partido — e, fundamentalmente, às necessidades da intervenção dos comunistas do Distrito de Aveiro, para que seja possível materializar o lema da 2.ª Assembleia: «com o PCP, regionalizar, desenvolver, viver melhor».

... e em Leiria

Preparar melhor o Partido para as tarefas e responsabilidades que hoje se apresentam é um dos objetivos da 3.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP, que decorrerá no próximo domingo, dia 9, no Sport Império Marinhense, no Engenho, Marinha Grande.

Os delegados irão discutir um projecto de resolução política apresentado pela DORLEI em funções e eleger a nova Direcção Regional.

«Um partido necessário para um distrito melhor, para a viragem democrática» é o lema desta Assembleia, que analisará os principais problemas económicos e sociais do distrito

e apresentará as propostas dos comunistas para a sua resolução.

Com início marcado para as 10 horas, a reunião magna dos comunistas leirienses irá também proceder a um balanço da actividade da organização desde a 2.ª Assembleia.

A definição das direcções de trabalho e luta, dando a devida atenção às batalhas eleitorais que se avizinham, será também tema em foco neste encontro.

Para a sessão de encerramento, ao fim da tarde, está prevista uma intervenção do camarada **Albano Nunes**, membro do Secretariado do Comité Central do PCP (ainda sobre Leiria ver pág. 10).

«FISEL» (Seia)

Comissão de Acompanhamento entrou em funções

«É com muito agrado que a Comissão Concelhia de Seia do PCP tomou conhecimento da entrada em funções da Comissão de Acompanhamento do Processo "Fisel", (fábrica de lanifícios), comissão essa formada por proposta dos eleitos CDU/PCP em Assembleia Municipal do passado dia 27 de Setembro», refere uma nota divulgada recentemente por aquela organização do Partido, que revela mais adiante:

«Embora com grande atraso na convocatória, esta Comissão, convocada pela primeira vez para reunir em 9 de Novembro, ainda não pôde exercer as suas funções por falta de comparecimento dos membros do PS, do PSD e do CDS.

«Apesar de, numa segunda convocatória, ainda terem faltado o PS, que justificou a falta, o PSD e os representantes do comércio, que nada justificaram, a Comissão reuniu no dia 14 deste mês, do

que resultou já um conjunto de medidas tendentes a desbloquear o processo, em defesa da empresa e dos postos de trabalho.

«Algumas iniciativas já encetadas vêm confirmar a oportunidade e validade desta Comissão que, sublinhe-se, tem a sua grande força na unidade na acção, no em-

penhamento e na convergência de esforços das formações sociais e políticas que a compõem.»

O PCP estará atento ao evoluir da situação e tudo fará, quer dentro, quer fora da Comissão, para que o processo seja conduzido a bom termo, conclui a Concelhia de Seia do PCP.

Camaradas Falecidos

Maria do Céu Oliveira

Faleceu no passado dia 25 de Novembro a camarada **Maria do Céu Rodrigues de Oliveira**, doméstica, militante da organização concelhia de Ovar.

Viúva, com 75 anos, a camarada Maria do Céu era mãe do nosso camarada Américo Costa, membro do Comité Central do PCP. Aos familiares e amigos da comunista falecida e especialmente a Américo Costa, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Manuel Umbelino Brás

Faleceu recentemente, em consequência de um acidente de trabalho, o camarada **Manuel Umbelino Brás**, operário, membro da célula da INAPA (Setúbal). Tinha 50 anos de idade e militava no Partido desde 1974. O funeral, que se realizou no passado sábado, 1 de Dezembro, teve a acompanhá-lo muitos camaradas e companheiros de trabalho, prova da estima com que era considerado.

PCP

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

LEIRIA

Os milhões anunciados pelo PSD são apenas promessas feitas em vésperas de eleições...

Quando o ministro Ferreira do Amaral anuncia com pompa e circunstância a conclusão de 1500 km de estradas novas nos últimos anos registe-se que ao Distrito de Leiria couberam apenas cerca de 30 km desde 1986 — lembram os comunistas daquela região, num apontamento divulgado aos jornalistas com as conclusões da recente reunião conjunta, realizada na Marinha Grande, da Direcção Regional (DORLEI) e da Coordenadora Distrital de Concelhos e Frentes de Trabalho (CDCFT), do PCP. Nessa reunião foi analisada a situação política regional e o balanço dos trabalhos da Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP, a realizar no próximo sábado.

A DORLEI e a CDCFT fizeram um balanço à execução do Plano de Investimento Central (PIDDAC) do ano em curso e analisaram os projectos do Governo para o distrito incluídas no Orçamento do Estado para 1991.

É escandalosamente baixo o grau de concretização das obras que tinham sido programadas para o corrente ano e algumas de importância fundamental para o desenvolvimento da região tais como o Hospital de Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, Escola de Arte e Design de Caldas da Rainha, variante do Bombarral, Centro de Formação Profissional de Leiria, ligação de Leiria à Auto-Estrada — parte do IC9, Vale do Liz, variante da Barosa, ampliação do Tribunal da Marinha Grande, Museu de Alcobaça, entre outras — sublinha o PCP.

O anúncio de milhões de contos de investimento no distrito para o presente ano que em vésperas de eleições para as Autarquias o Governo havia anunciado e que alguma imprensa regional se esforçou por dar desusado relevo, não tinha, afinal, outro objectivo senão promover as listas do PSD, numa descarada interferência governamental para influenciar o eleitorado, referem os comunistas de Leiria.

O visível e injustificado arastamento de obras em curso que é urgente concluir (exemplo: Centro de Saúde de Caldas da Rainha ou variante da Gândara dos Oli-

vais), tem como objectivo de liberar um balanço a fazer recair a sua conclusão no período que antecede as próximas eleições para a Assembleia da República com nítidos propósitos de manipulação eleitoralista, alertam a DORLEI e a CDCFT do PCP.

Solidariedade com os agricultores

Depois de comentar que o PIDDAC para o ano de 1991 é fundamentalmente constituído pela programação do ano de 90 e anteriores, sendo escassos novos investimentos na maioria dos concelhos, o PCP manifesta preocupação por deixarem de constar no Plano de Investimentos para 1991 obras como a ampliação do Tribunal Judicial da Marinha Grande, Casa da Música (Peniche), em Plano no ano de 1990. Ainda de acordo com a proposta de investimentos do Governo não merecem qualquer crédito as afirmações do sr. ministro da Saúde, quando recentemente prometeu que em 1995 estará concluído o novo hospital de Leiria.

A DORLEI e CDCFT do PCP analisaram também a situação agro-pecuária regional, solidarizando-se com a luta dos agricultores do Distrito de Leiria, que durante os meses de Outubro e Novembro realizaram 3 importantes jornadas de protesto em Bombarral, Pombal e Vale de Ventos (Alcobaça), envolvendo cerca de dois mil agricultores, contra, as dificuldades

crecentes que enfrentam, resultado da política do Governo PSD.

A DORLEI e CDCFT chamam também a atenção para o facto de ter terminado a 1.ª Fase de Transição na adesão à CEE (86/90). Durante este período foram movimentados milhares de contos de ajudas comunitárias sem que se registassem alterações significativas na recuperação dos atrasos e da estagnação em que se encontra a agricultura. A inovação ainda pouco significativa de alguns pomares, a reconversão de uma pequena parcela de vinha ou o aumento da produção hortofrutícola em estufas, não compensam os aspectos altamente gravosos resultantes da liberalização dos produtos agrícolas, dos aumentos constantes dos factores de produção e dos altos custos do crédito que estão a arruinar os pequenos e médios agricultores, incapazes de competir com a Agricultura da Europa mais modernizada.

Fundos estruturais e marginalização

A DORLEI e CDCFT do PCP denunciam veementemente a insuficiência dos fundos estruturais e a marginalização da generalidade dos agricultores do distrito ao seu acesso. No âmbito do PEDAP (Programa Específico para a Agricultura Portuguesa) o Distrito de Leiria, com 2,2% de um investimento nacional de cerca de 60 milhões de contos, desde 1.12.86 a 31.12.89, ocupa o último lugar no conjunto dos 18 distritos do País.

Na ajuda ao investimento directo às explorações agrícolas, ao abrigo do Reg. 797/85 - CEE, Leiria ocupa o 11.º lugar no conjunto nacional, tendo recebido apenas 380 mil contos/ano de subsídios nos últimos 3 anos. Significativo é também o facto de sendo a maioria das explorações inferiores a 5 ha,

lhe caber menos de 20% do investimento e ajudas totais.

As perspectivas pouco optimistas para o futuro da nossa agricultura poderão ser agravadas com as negociações em curso, entre o Governo e a CEE, para a 2.ª Fase de transição, cujo traço geral parece ser a antecipação dos regulamentos e directrizes comunitárias.

Os efeitos da política do Governo de direita manifestam-se igualmente e de forma dramática na instabilidade das empresas e do emprego, alastrando as violações do direito ao trabalho, a precarização, o encerramento de empresas e os despedimentos, de que são exemplo o encerramento só no concelho de Leiria das empresas «Louritex», «Artividro» e «Carvalho & Catarro».

Problemas económicos e sociais na Assembleia

Os comunistas da OR de Leiria estão neste momento preparados para a sua 3.ª Assembleia. O projecto de resolução política em debate nas organizações e que também será apreciado e votado na Assembleia foi aprovado pela DORLEI e pela CDCFT.

A Assembleia, que elegerá a nova Direcção Regional do Partido, irá analisar e debater no sábado os principais problemas económicos e sociais do Distrito e as propostas dos comunistas para a resolução. Outro objectivo de primeiro plano: avaliar e definir as principais direcções de trabalho e de intervenção neste distrito multifacetado, onde encontramos a realidade industrial, portos de pesca e respectivas actividades, agricultura, turismo e, naturalmente, o reflexo de uma política centralista e autoritária, que adia a regionalização e não estimula as potencialidades naturais e humanas deste distrito.

Maiorias absolutas em.. absolutistas — um perigo em Braga

A Comissão Concelhia de Braga do PCP, na sua primeira reunião após as eleições de 16 de Novembro, tratou de problemas de direcção e funcionamento. O coordenador da concelhia passa a ser o camarada Casais Batista.

Ao analisar a forma como decorreu a última Assembleia Municipal, a Concelhia do PCP manifestou publicamente a sua preocupação pela forma «pouco democrática como decorreram os seus trabalhos, apressadamente e sem possibilidade de ser feita uma discussão profunda sobre os assuntos, muito embora se tratasse de problemas de grande interesse para o concelho como são os planos e os orçamentos».

A pressa manifestada pela maioria absoluta PS, em aprovar tão expressivo número de importantes questões em tão pouco tempo, marginalizando as comissões da Assembleia, leva a que a Comissão Concelhia manifeste o seu «repúdio por tal atitude».

A discussão de um documento de grande importância para a vida de todos os municípios e que implicará, certamente, com os seus rendimentos, como é o caso do novo «regulamento da taxa Municipal de Urbanização», foi feita na base de um documento em que faltava, inclusive, a fórmula para o cálculo da taxa a aplicar a loteamentos e infra-estruturas...

A Comissão Concelhia de Braga apela ao bom senso dos autarcas para que não se pretenda, de novo, transformar maiorias absolutas em absolutistas, de tão má memória...

Assembleia em Cabeceiras de Basto

A organização concelhia de Cabeceiras de Basto realiza amanhã, sexta-feira, a sua Assembleia. A iniciativa decorrerá na Escola Primária da Serra-Arco de Baulhe, a partir das 21 horas.

A Assembleia irá discutir os problemas de direcção e organização partidária no concelho face às conclusões do XIII Congresso (extraordinário) do PCP, as tarefas imediatas que se colocam ao partido, nomeadamente as batalhas políticas que se avizinhm — eleições presidenciais e legislativas de 91.

Terminará com a eleição da nova Comissão Concelhia, órgão que irá dirigir o Partido no Concelho.

Trás-os-Montes: «Itinerários Principais» marcam passo

Uma das linhas da propaganda governamental tem sido o anúncio sistemático de novos eixos rodoviários e a sua quase inauguração metro a metro. Por detrás do manto da demagogia, a realidade é outra — as IP(s) não andam, o interior continua com enormes dificuldades de acessos, os prazos com que se comprometeram para a abertura de novas vias são sistematicamente adiadas. O alerta vem dos comunistas de Vila Real. Comenta, a propósito, a DORVIR do PCP: «Quem ouviu certos discursos fica com a convicção que, finalmente, no próximo ano a IP4 (Porto-Vila Real-Bragança) e a IP3 (Chaves-Vila Real-Régua-Figueira da Foz) vão ter um grande salto.

Segundo as dotações do Orçamento do Estado o próximo ano vai ser caracterizado por uma desaceleração. Tem a verba mais baixa dos últimos e dos próximos anos. Ou mente o Governo ou o Orçamento do Estado ou, então, é tudo um jogo de palavras com que se iludem as pessoas...

Assim:

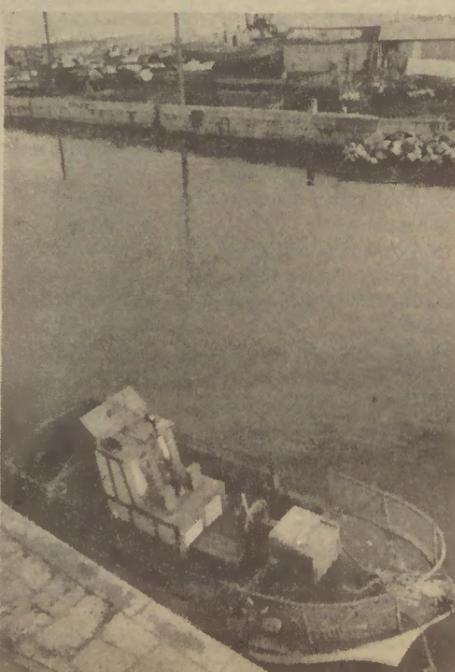
IP3 — 1990	— 2 milhões 800 mil contos
	1991 — 1 milhão 800 mil contos
	— valor mais baixo
	1992 — 2 milhões 970 mil contos
	1993 — 4 milhões de contos
IP4 — 1990	— 1 milhão e 500 mil contos
	1991 — 950 mil contos apenas...
	1992 — 4 milhões 400 mil contos

IC5 — Póvoa de Varzim-Murça — em 1991 apenas 10 100 contos, o que não é nada. 1992 — 990 000 contos. Nada avançará na prática no próximo ano nesta via IC5.

Com estes números que servem para demonstrar as palavras, a DORVIR do PCP considera que as tão propagandeadas e multinauguradas vias vão marcar passo no próximo ano, o que equivale a dizer que mais uma vez Vila Real e Trás-os-Montes continuarão a ser uma região adiada.

A DORVIR ao denunciar a política do Governo no que «mais tem de negativo para a região», não pode deixar de criticar o total silenciamento das autarquias locais, que desta forma não estão a cumprir o mandato para que foram investidas.

Depois de recordar o comportamento dos deputados eleitos pela região para a Assembleia da República (PSD e PS), nomeadamente na discussão do Orçamento do Estado (não defenderam os interesses regionais), a DORVIR do PCP refere que aqueles deputados, ao optarem pelo silêncio e o alheamento, demonstram uma vez mais o que este distrito nortenho tem perdido e desperdiçado com a sua eleição...



PCP



Um grande comício em Lisboa

Parecia uma estreia dos tempos áureos, quando o cinema Império ainda era um dos grandes cinemas de Lisboa. Hoje é praticamente o único... e quase votado ao abandono. Mas não na noite da passada sexta-feira, quando um corropio de gente alegrou de novo a vasta plateia, os dois grandes balcões, os vastos «foyers» para assistir ao **Comício do PCP sobre a situação política e as eleições de 1991**, com a participação de **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, e **Carlos Carvalhas**, secretário-geral adjunto do PCP e candidato nas eleições para a Presidência da República. E **alegrar** é o termo, como viu quem lá foi, subindo e descendo escadas à procura de uma cadeira que já não havia ou acotovelando-se o mais

democraticamente possível entre a multidão bem disposta. Se calhar foi por isso que importantes órgãos da Comunicação Social não deram sinal de si: aquilo estava muito cheio...

Foi, provavelmente, por isso que a sessão começou mais tarde que o previsto: é que a multidão não parava de entrar — aqui e ali perturbada com o gigantismo labiríntico da sala, em todo o lado fisingando o olho para a cadeira que estava lá... mas ocupada. Nalguns casos aproveitava-se para rever uma sala com memória em várias gerações, noutros agitava-se o aceno do reencontro que continuava «adiado» por uma data de filas, em geral um brilhoso dos olhos pelo «regresso» às grandes sessões do Partido. Era bonito

de ver... e de estar.

A iniciativa foi dirigida por **Jorge Cordeiro**, do Comité Central e da DORL, e teve duas intervenções antes dos dois oradores principais: uma de **Rosa Rabiais**, do CC do Partido, outra de **Idália Custódio** da Juventude Comunista Portuguesa.

Tomaram finalmente a palavra os camaradas Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto e candidato do PCP às eleições presidenciais, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Publicamos na íntegra as intervenções de ambos.

A anteceder as intervenções, actuou Luísa Basto, cujas canções, acompanhadas pelos presentes, deram a esta jornada entusiástica, um calor especial.



Camaradas e Amigos

Sete semanas após a primeira declaração da nossa candidatura já percorremos 13 distritos e duas regiões autónomas. Contactámos com jovens, mulheres, reformados, sindicalistas, órgãos de comunicação social, com operários e agricultores, pescadores e mineiros, com quadros técnicos e intelectuais. Visitámos fábricas, universidades, estaleiros, estivemos em instituições de solidariedade social, misericórdias, centros de reformados, comissões de turismo, câmaras e juntas de freguesia, e por toda a parte fomos recebidos com simpatia, confiança e palavras de estímulo. Muitos cidadãos anónimos se nos dirigiram colocando as suas queixas, dificuldades e problemas. Outros apenas para nos deixarem uma palavra de apoio e incitamento.

Por toda a parte vimos o reconhecimento e o respeito pelo nosso trabalho, expresso por cidadãos dos mais diversos quadrantes políticos, mas vimos também uma grande confiança no nosso Partido e uma grande adesão às nossas propostas e projectos.

E o que é que tem levado tantos milhares de camaradas, amigos e democratas a participarem na nossa campanha?

O que fez acorrer a este comício jovens, mulheres, trabalhadores e intelectuais?

Naturalmente que o apoio à nossa candidatura e ao seu projecto. Mas isto é apenas a causa imediata. Há outra causa bem mais profunda.

A confiança num Partido que conta 70 anos de luta pela liberdade, pela democracia, pelo bem-estar do nosso povo, pela independência nacional. A comunhão de objectivos e ideais generosos: a vinculação da liberdade aos valores da igualdade e da justiça social, a libertação do Homem de todas as formas de opressão e exploração. Um Partido de homens e mulheres que querem levantar a esperança e dar forma ao futuro, um futuro de bem-estar e justiça para os portugueses e de dignidade e prestígio para Portugal.

Por isso, camaradas e amigos, nós não somos daqueles que afirmam que é vergonha ser comunista. Nós afirmamos alto e bom som que temos orgulho em ser comunistas, porque temos um património de luta e de ideais que nos honra, porque queremos transformar a sociedade, levar para a vida concreta do quo-

Carlos Carvalhas: Afirmamos que temos orgulho em ser comunistas

tidiano dos portugueses e das portuguesas os valores generosos consagrados na Constituição da República, os valores da solidariedade, da igualdade de oportunidades e da fraternidade, queremos dar conteúdo real ao Artigo 1.º da nossa lei fundamental: Portugal, República soberana baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Ao percorrer o País qualquer observador pode assinalar com nitidez as assimetrias sociais e regionais, o atraso a que tem sido votada a agricultura, a grave situação em que se encontram milhares de pensionistas e reformados, a falta de apoio aos deficientes, a repressão em muitas empresas, nomeadamente em relação a sindicalistas e mão-de-obra feminina.

Ouvimos as queixas e interrogações dos jovens sobre quem cai a maior fatia do trabalho precário e do desemprego. Fartos de discursos e das promessas dos governantes apontaram a difícil situação em que se encontram face ao emprego, à habitação e ao ensino.

Tive a oportunidade de lhes dizer que a Constituição, mesmo após a segunda revisão, não está marcada de sinais ideológicos de cariz oposto aos que continha e mantém, que em relação ao ensino não foram alteradas as normas que garantem o direito à escola e o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, bem assim como as obrigações estaduais tendentes a assegurar a sua efectivação.

Falando com agricultores, mostrei-lhes que a profunda correcção nas estruturas e na repartição do rendimento no mundo rural continua a ser a característica basilar da Constituição agrária portuguesa e em relação aos trabalhadores da Reforma Agrária não deixei de lhes assinalar as responsabilidades de um Presidente da República perante a política do Governo e de uma Constituição que preserva como incumbência estadual o imperativo da eliminação dos latifúndios (Artigos 81.º A, 96.º e 97.º).

Que contraste entre a política cavaquista e a Constituição da República Portuguesa... Que contraste entre os valores generosos consagrados na Constituição e a acentuação das desigualdades e das dificuldades para milhares de portugueses excluídos do acesso ao ensino, à cultura, à saúde, à habitação condigna, aos tempos livres, às férias, a um nível de vida digno... Que contraste na situação regional com regiões onde aumentam as zonas de pobreza, a desertificação e o envelhecimento perante o luxo tranquilo nalgumas ilhas sociais... Contrastos que se podem exemplificar pelo facto de um pequeno território como é o do nosso país termos simultaneamente um distrito dos mais jovens da Europa (Braga) e um concelho dos mais idosos (Nisa).

Por tudo isto reafirmamos de forma bem nítida e sem margem para dúvidas que o núcleo essencial da nossa intervenção e da nossa mensagem será não a crítica às outras candidaturas mas a defesa de um exercício presidencial activo e interveniente, que utilize todos os seus poderes ao serviço dos interesses populares e nacionais.

Concordamos por isso com a afirmação de que o Presidente da República deve ser um árbitro e que ao árbitro não lhe compete meter golos. Mas gostaríamos de lembrar a quem a produziu que o árbitro não deve engolir o apito, e que a sua função é também a de marcar as faltas à Constituição e não a de fazer vista grossa.

Camaradas e Amigos

Não será motivo de admiração se os mesmos que ontem clamavam contra a apatia, a uniformidade e o deserto de ideias, valores e projectos, e hoje lhes ligam pouquíssimo apenas se concentrando ou em factos marginais ou em elementos da política-espectáculo, venham amanhã, outra vez noutra onda, a indignar-se com os consensos pantanosos, com a falta de um projecto nacional nítido, forte e mobilizador, com o exercício do poder pelo poder, com a gestão rotineira de competências, com a auto-satisfação que a mediocridade tem tendência para gerar.

Pela nossa parte não desconhecemos nem ignoramos que na vida social se afirmam e ganham terreno critérios e tendências impostos ou favorecidos pelo crescente poder dos «media» e a sua grande repercussão sobre a vida política e sobre as formas de acção política.

Mas isso, ao contrário de outros, não nos conduz a ver e tratar os cidadãos como espectadores passivos ou distraídos do desempenho político seja de personalidades, seja de forças políticas, seja de candidatos a eleições.

Continuamos a acreditar firmemente no interesse dos cidadãos pela discussão séria e pela reflexão inspirada pela vida, voltada para a acção e debruçada sobre os problemas do povo e do País.

Combatendo os que procuram desacreditar a política e a ideologia para melhor protegerem e conquistarem impunidade e caminho fácil para a sua própria política e ideologia, continuamos a acreditar firmemente na necessidade e valia de uma acção política firmemente ancorada nos problemas e aspirações e no pulsar do País, assunto de todos e do interesse de todos.

Continuamos a acreditar firmemente que o progresso de Portugal e o seu avanço para mais elevados padrões de desenvolvimento, bem-estar e realização humana reclamam, não apenas órgãos de soberania inspirados por uma orientação democrática e pela adesão aos princípios e ao projecto constitucional, não apenas leis e decretos — leis justas e visando a protecção do interesse público —, não apenas políticas eficazes, mas também a intervenção activa dos cidadãos, a insubstituível contribuição construtiva da sua própria opinião, experiência, vontade e capacidade.

Este é um dos muitos campos concretos em que melhor se pode distinguir entre os que muito falam de liberdade e democracia mas apenas sonham com a domesticação e empobrecimento



da democracia portuguesa e com a sua conversão num aglomerado de rituais ratificadores da sua própria vontade e os que, como nós, concebem a democracia como uma forma natural de pensar, agir e viver que permanentemente se exerce e desenvolve; entre os que falam muito de liberdade e democracia mas que no fundo vêem o povo como mera massa manobrável em função dos seus interesses egoístas e os que, como nós, concebem a democracia como forma superior de afirmação da dignidade humana e da cidadania activa, como elemento crucial e nuclear da valorização da soberania de pensamento, da liberdade de escolha e de opção, território por excelência de participação, igualdade e solidariedade nos domínios político, económico, social e cultural.

Por isso, entramos também nesta campanha eleitoral para que os portugueses possam avaliar melhor e conhecer de mais perto o nosso projecto democrático.

É necessário avançar num conjunto de grandes reformas que tornem Portugal melhor para todos e não apenas para uma minoria.

Nós dizemos que é tempo de empreender a formação das Regiões para que as populações e os cidadãos tenham mais direitos, mais democracia, mais participação nas escolhas e soluções.

Caros Amigos e Camaradas

Nós queremos um País em crescimento que potencie as vertentes ambiental e regional.

O Primeiro-Ministro realçou ainda recentemente na Televisão as elevadas taxas de crescimento do nosso país.

Caberá lembrar-lhe aquilo que qualquer economista tem obrigação de saber, ou seja, que Portugal parte de um nível muito mais baixo e que portanto o investimento induz taxas de crescimento mais elevadas. No entanto, manda a verdade rectificar o Sr. Primeiro-Ministro que apesar de Portugal ter beneficiado de uma conjuntura externa extremamente favorável e de no último ano de uma conjuntura globalmente favorável, o crescimento do País foi menor, por exemplo, que o da Irlanda e muito próximo do da Espanha, o que significa que a estas taxas nem no ano de 2015 nos encontramos com o produto *per capita* actual do país vizinho!

Mas é ainda politicamente inaceitável a cassette cavaquista, de procurar comparar os períodos 1980-85/1985-90 como se o PSD de 1980 a 1985 não estivesse no Governo e de 1980 a 1983 não chefiasse o Governo...

Uma magistratura de influência não pode deixar de estar atenta a estas questões e não pode confundir crescimento com desenvolvimento.

Uma magistratura de influência deve, pelo peso das suas palavras e actos, contribuir para a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.

Queremos manter nos tempos actuais a fidelidade à nossa independência e soberania. Queremos tão simplesmente isto: que em Portugal (sem pôr de lado a interdependência das nações) sejam os portugueses a decidirem o seu futuro. Recusando projectos autárquicos, recusamos com igual vigor a diluição da nossa soberania num quadro europeu. Não confundimos soberania partilhada com soberania espartilhada.

Uma Federação de Estados Europeus em que Portugal seria uma espécie menor de Texas ou Califórnia dos Estados Unidos da Europa são frontalmente recusados por nós.

Além do mais, que cada um sobre esta matéria diga bem o que pensa e o que defende, tanto mais que a Constituição da República consagra no seu Artigo 123.º o Presidente da República como garante da independência nacional e o Artigo 3.º a soberania como una e indivisível. Defendendo a cooperação em todos os domínios e o aproveitamento das oportunidades da integração, afirmamos também que nós temos para o nosso país uma outra ambição do que o tornar numa província sem alma de uma Comunidade Económica Europeia forjada pelos dogmas do neoliberalismo, comandada pelas transnacionais.

Isto não se compadece com nacionalismos serófios ou nostalgias colonialistas e neocolonialistas tanto ao gosto do candidato da direita. Afirmamos e reafirmamos que Portugal deve valorizar a sua posição na cena internacional, empenhar-se na construção da nova arquitectura europeia, num novo sistema de segurança colectivo que ultrapasse a lógica dos blocos, de se afirmar aberto à Europa e ao Mundo no quadro das suas melhores tradições históricas e simultaneamente defender os seus interesses e a sua identidade nacional.

Camaradas e Amigos

Estamos também nesta campanha eleitoral para valorizar as eleições presidenciais, para debater os grandes problemas que os portugueses enfrentam e as grandes reformas que Portugal necessita. Temos uma concepção do que deveria ser a função e o estatuto do Presidente da República à luz da nossa Constituição. Temos um projecto para Portugal e é com rigor, com seriedade, frontalidade e sobriedade que queremos continuar a travar esta batalha.

Dizemos ao povo português que o nosso projecto tem uma raiz unitária, participada, multicolor, aberto a todos os protagonistas de uma democracia económica, política, cultural e social. Entendemo-lo como afirmação de convergências de várias forças políticas, comunistas, socialistas, democratas, católicos, empenhados no progresso.

A minha candidatura está ao serviço deste projecto.

E porque estamos convictos que estas aspirações, valores e soluções contam com o apoio dos democratas, das portuguesas e dos portugueses, afirmamos com esperança e com convicção que convosco, connosco, com o povo deste País, Portugal nos anos 90 deve e tem que ser melhor!

Álvaro Cunhal

Um objectivo central: pôr fim ao Governo PSD e alcançar uma alternativa democrática

Camaradas:

O entusiasmo com que o comício acolheu o nosso candidato nas eleições presidenciais, camarada Carlos Carvalhas, e a sua intervenção mostra bem o empenhamento do nosso Partido nesta grande batalha política que travamos.

Batalha política que toca profundamente largos sectores do eleitorado e cujas repercussões se farão sentir na vida política nacional muito para além das eleições presidenciais.

A candidatura do PCP candidatura democrática transparente

A importância da apresentação da nossa candidatura pode ser melhor avaliada se imaginarmos o que seria se não a tivéssemos apresentado. Se imaginássemos, por exemplo, estarmos hoje aqui, neste comício, abordando inevitavelmente esse acontecimento importante na vida nacional que são as eleições presidenciais, mas estarmos à margem do processo, sem termos um candidato próprio, sem que a voz do Partido se fizesse ouvir, com a sua mensagem, no próprio terreno da campanha eleitoral.

Há comentaristas da direita que afirmam ter sido um erro apresentarmos um candidato próprio. Uma vez mais aqueles que proclamam alegremente que o PCP é um partido condenado a definir e a desaparecer lamentam que tenhamos tomado uma decisão que, no seu entender, nos conduz a tal resultado. É contraditório e ridículo, mas fazem-no.

Há também alguns casos raros de membros e ex-membros do nosso Partido que declaram que a candidatura de Mário Soares é que é boa, que o Partido deveria desde início apoiá-la e, como o Partido o não fez, fazem-no eles individualmente.

Não é essa a opinião do nosso Partido, do nosso grande colectivo partidário.

No nosso Partido, não só se expressa uma aprovação geral à apresentação de uma candidatura própria, não só esta dá lugar a um novo empenhamento e entusiasmo na acção como se expressa também a aprovação pela escolha do camarada a quem coube tarefa tão complexa e responsável: o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido.

Certos propagandistas procuram distinguir a candidatura do nosso Partido das outras candidaturas mas com termos depreciativos.

Há que reconhecê-lo mas em termos diferentes: **a candidatura do PCP, a candidatura de Carlos Carvalhas distingue-se de facto das outras candidaturas por alguns traços fundamentais.**

Ao contrário da candidatura de Basílio Horta que adianta a postura antidemocrática e subversiva de que um Presidente da República tal como ele o entende não deveria dar posse a um Governo de maioria PS/PCP resultante das próximas eleições para a Assembleia da República e que, em tal caso, deveria imediatamente dissolver a Assembleia — **a candidatura de Carlos Carvalhas nas propostas que faz ao povo e no entendimento das funções presidenciais assume como posicionamento fundamental o respeito pela Constituição, pela legalidade democrática, pela vontade do povo, e pode o povo estar certo de que um comunista na Presidência da República cumpriria tal compromisso.**

Ao contrário da candidatura de Mário Soares cujos apoios expressos de Cavaco e do PSD, a integração no MASP de destacados propagandistas da direita e as referências elogiosas feitas à direita pelo próprio candidato não permitem discernir qual o sentido do novo mandato sendo eleito — **a candidatura de Carlos Carvalhas, nas propostas que faz, nos objectivos que define, nos apoios que recolhe, assume-se como uma candidatura democrática transparente, uma candidatura em que mensagem e verdade, política e ética são entendidas como valores basilares numa democracia.**

PSD: Portugal a andar para trás soluções velhas num mundo em movimento

Existem razões de sobra para que o nosso Partido, ao apresentar a candidatura, insista em afirmar que para além das presidenciais e da sua importância, a nossa mensagem tem como objectivo combater a política do Governo do PSD/Cavaco Silva, convencer da necessidade imperiosa de substituí-lo, abrir caminho a uma alternativa democrática à política actual e apontar a viabilidade de uma tal alternativa.

Os acontecimentos provam dia a dia de forma clamorosa a necessidade de pôr fim a este Governo que abusando

do poder, está acelerando todo o processo contra-revolucionário de liquidação de elementos, características e conquistas essenciais da democracia alcançada com a revolução de Abril.

Uma das nossas tarefas mais importantes de esclarecimento é **mostrar e demonstrar com os factos, com os acontecimentos, com as realidades, que tanto pelo objectivo como pelas consequências da política do Governo PSD de Cavaco Silva, Portugal não está a andar para a frente mas a andar para trás.**

O andar para a frente da política do Governo é o andar para trás do País, no caminho de liberdade, de democracia, de progresso, de independência nacional.

Para trás, na reestruturação e restauração de estruturas e potentes capitalistas com o domínio e poder económico e político.

Para trás, nos direitos e liberdades dos trabalhadores e no agravamento da situação social.

Para trás, na democracia política, com novas leis eleitorais, restrições e atentados contra o poder local democrático, governamentalização e domínio da comunicação social pelo grande capital.

Para trás na independência e soberania nacionais, com posições de capitulação na CEE e a aceitação passiva de decisões supranacionais que afectam interesses do povo português e de Portugal.

Há quem gabe a permanência do PSD no Governo durante tantos anos como o valor positivo da estabilidade.

Sem dúvida, tem havido estabilidade governativa durante algum tempo. **Mas o País e o povo têm pago a estabilidade governativa com a instabilidade económica, a instabilidade social, a instabilidade dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, a instabilidade dos direitos nacionais.**

A estabilidade governativa tem permitido às forças reacçãoárias andarem para a frente nas suas ofensivas diversificadas contra a democracia e faz andar para trás a sociedade portuguesa.

Este andar para trás é tanto mais inquietante quanto é certo que destacados responsáveis e propagandistas do PSD, cada vez com mais ousadia, procuram pôr em causa o 25 de Abril e branquear a ditadura fascista a que o 25 de Abril pôs termo.

É o caso de um artigo publicado há dois dias por um tal José Pacheco Pereira, deputado do PSD e creio que dirigente deste partido, pessoa conhecida na Assembleia da República e em Loures e arredores pelas suas diatribes anticomunistas.

Nós não dizemos que, nos 48 anos de ditadura fascista, de um lado estavam os «bons» e do outro os «maus». Não usamos assim uma linguagem tão primitiva. Dizemos sim que havia os que lutavam pela liberdade e a democracia e os que estando no poder ou apoiando o poder, os perseguiram, prendiam, torturavam, condenavam a longas penas de prisão e numerosas vezes assassinavam. Dizemos que havia os que se identificavam ou apoiavam a ditadura e os seus crimes e os que lutavam contra ela. Aqueles que conhecemos de perto o que foi a ditadura fascista temos que estabelecer também diferença (e chamar a atenção do povo para ela) entre aqueles que procuram reescrever a história e apresentar a ditadura fascista como um regime de tolerância e os comunistas como totalitários, e aqueles que, assistindo hoje à liquidação de conquistas democráticas e à arrogância reacçãoária, proclamam que «fascismo, nunca mais!».

Escalada de privatizações uma história tenebrosa

Poderíamos ocupar horas inteiras, dias inteiros, apenas para referir as decisões antidemocráticas do Governo contra os interesses do povo e do País, contra o regime democrático.

Destacarei hoje aqui duas questões centrais cujos desenvolvimentos nos últimos dias inteiramente o justificam.

O processo das privatizações das empresas nacionalizadas é uma história tenebrosa, tão tenebrosa como a história de destruição da reforma agrária, a história da liquidação de direitos dos trabalhadores, no fim de contas a história do processo contra-revolucionário que se desenvolve desde 1976.

As privatizações são o instrumento fundamental para a reestruturação e restauração dos grupos monopolistas e a entrega a esses grupos ou às transnacionais dos sectores e empresas de importância estratégica, de alavancas da economia portuguesa fundamentais para o desenvolvimento do País e para a defesa da independência nacional no quadro da integração na CEE.

A política, as decisões e medidas do Governo só por si constituem um verdadeiro atentado contra a organização econó-



mica do País, contra a democracia, contra os interesses nacionais, contra um futuro de progresso económico e social.

Pode parecer inacreditável que partam agora de um partido da oposição, designadamente do PS, ideias e iniciativas para agravar ainda mais o escândalo das privatizações. Tanto mais inacreditável quando ainda há dias o secretário-geral do PS disse que o seu partido defendia o «socialismo democrático». Mas é verdade.

De facto, o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, suscitando o entusiasmo do PSD e CDS, propôs há dias na Assembleia da República nem mais nem menos que alterações da Lei Quadro das Privatizações com duas finalidades: **acelerar o processo de indemnizações relativas às empresas nacionalizadas e dar aos detentores primários dos títulos de indemnizações prioridades na aquisição e a preços inferiores aos cobrados na Bolsa de acções das empresas a privatizar.**

O que significariam tais propostas se introduzidas no processo das privatizações? Significariam fundamentalmente apressar o caminho para a entrega de sectores e empresas-chave de importância estratégica aos Mellos, Champalimaud, Espírito Santo e outros grandes capitalistas sustentáculos da ditadura fascista que enriqueceram e formaram os seus grandes grupos económicos graças à exploração imposta ao povo pelo terror fascista e graças à imposição com uma política de força da centralização e concentração de capitais.

Que avaliem do significado destas propostas e desta perspectiva, os trabalhadores, os democratas, os socialistas que não desejam que o seu partido «meta o socialismo na gaveta».

Pela nossa parte, nós, os comunistas, continuamos a luta contra tal política e na defesa de um forte, moderno e dinâmico Sector Empresarial do Estado, que seja um elemento propulsor do desenvolvimento económico e social no quadro da democracia e da independência nacional.

De novo: um pacote laboral contra os trabalhadores

A liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, a generalização de novas formas de exploração, o agravamento das condições de trabalho e de vida são elementos integrantes da política antidemocrática de privatizações e de reconstituição dos grupos monopolistas, de entrega da economia portuguesa aos grandes capitalistas associados em posição subalterna às transnacionais, de restauração do capitalismo monopolista.

Uma tal política directamente contra interesses vitais dos trabalhadores tem sido uma das características fundamentais e uma das linhas fundamentais da acção do Governo actual, pondo inteiramente a nu a sua natureza de classe, e oferecendo um desmentido eloquente aqueles teorizadores que no nosso país e pelo mundo fora proclamam que o antagonismo irreconciliável de classes e a luta de classes deixaram de existir e que cantam loas a um suposto capitalismo democrático apertando-o como o futuro da humanidade.

O nosso Partido expressou publicamente o seu inteiro apoio à atitude assumida pela CGTP-IN recusando-se a assinar o Acordo Económico e Social (do Governo, confederações patronais e que a UGT também assinou apesar da declarada discordância de algumas das suas estruturas sindicais).

Mas o Acordo Económico e Social é um acordo, não uma lei. **E o Governo pretende agora transformar em lei precisamente os princípios e disposições mais gravosas para os trabalhadores constantes do Acordo assinado, posições e disposições que provocaram firme repúdio da CGTP e dos trabalhadores em geral.**

Final de que se trata?

Trata-se de um novo pacote laboral constante em 16 projectos cujos textos em 129 páginas o Governo enviou há dias ao Conselho Permanente de Concertação Social.

O Governo pretende transformar em lei normas que colocam nas mãos arbitrarias do patronato **alterações na duração do trabalho.**

Pretende transformar em lei o poder do patronato de **aumentar até ao limite de duas horas o período normal de trabalho diário.**

Pretende transformar em lei o repudiado e indigno conceito de «**inadaptação**» (ajuizado pelo patronato naturalmente) como motivo para despedimento.

Pretende transformar em lei o **alargamento ainda maior do chamado «período experimental».**

Pretende transformar em lei o princípio de **«quebra de confiança» como motivo da cessação de funções por decisão do patronato.**

Pretende ainda introduzir como lei um sistema de chamada **arbitragem no caso de conflitos** que, com os critérios conhecidos seria uma arbitragem controlada pelo Governo e pelo patronato, e certamente não muito diferente na sua objectividade, dos casos de arbitragem corrupta que recentemente vieram à tona no futebol.

É indispensável divulgar largamente esta nova tentativa do Governo de liquidar direitos vitais dos trabalhadores.

É indispensável considerá-la como um dos mais graves atentados contra a democracia, não apenas em termos sociais e laborais, mas em termos políticos pois os direitos fundamentais dos trabalhadores inserem-se no quadro mais amplo dos direitos fundamentais dos cidadãos que são parte integrante e pilar fundamental da democracia política.

É indispensável mobilizar forças e energias para, tal como as organizações sindicais, unir os trabalhadores, organizar a resistência e a luta contra tal projecto do Governo, contra tal nova tentativa de impor este novo e revoltante pacote laboral.

E se o Governo tiver a pretensão de legislar sobre tal matéria haverá que movimentar todos os instrumentos institucionais e legais para que tal projecto seja condenado à derrota.

Aumento dos preços e recusa de aumento para os reformados

A nova tentativa de impor o Pacote Laboral é no fim de contas uma expressão quase extrema da política antipopular do Governo, que se traduz dia a dia em atitudes, decisões e medidas que agravam ainda mais as condições de vida do povo português.

Ontem, na Assembleia da República, o PSD sincronizado com o seu Governo não deixou passar o projecto de lei do PCP para que as pensões fossem aumentadas fixando a reforma mínima do regime geral em 22 060\$00 (correspondendo aos 55% do salário mínimo recomendados pela OIT) e modificando o sistema de cálculo para a sua fixação.

Ao mesmo tempo, ontem também, o Governo PSD anunciou novos e gravosos aumentos dos preços dos transportes (passes sociais em 10,5% outros bilhetes em 15%), telefones, tarifas de correio, taxa da RDP, água em Lisboa.

Como justificação, um alto funcionário disse seraficamente que tal decisão era «normal».

O que perguntamos é quando deixará de ser «normal» tudo quanto agrava os problemas e a situação do povo português. Quando deixará de ser «normal» alastrarem situações de miséria e pobreza. Quando deixará de ser «normal» procurar impor tectos salariais. Quando deixará de ser «normal» anunciar uma taxa de inflação e concretizar uma taxa mais alta. Quando deixará de ser «normal» aumentar ao mesmo tempo vencimentos de Ministros, deputados, altos dignatários e clientelas, entregar aos capitalistas empresas do Estado a preços subavaliados, gerar no seu seio e depois ocultar e proteger gigantescos casos de corrupção que envolvem centenas de milhões de contos.

Se se fala no que deve ser «normal» na acção governativa, então há que exigir que seja «normal» tomar medidas para o melhoramento das condições de vida do povo, para que os salários aumentem, para que os benefícios sociais se reponham, para que os reformados e idosos tenham pensões dignas.

O que é «normal» para este Governo reforça as razões para que seja afastado do poder e para que o povo português exija a formação, e lute por ela, de um Governo democrático, honesto, isento, limpo nos seus métodos, respeitador da lealdade e verdadeiramente empenhado na solução dos problemas do povo e do país.

Os partidos nas presidenciais voltados para as legislativas

A derrota da direita e uma viragem democrática na política nacional depende do desenvolvimento da acção conjugada em numerosas frentes de luta. Mas virá a depender directamente, no plano institucional, do resultado das eleições legislativas a realizar também em 1991.

Por isso todos os partidos conduzem a sua acção nas presidenciais a pensar nas legislativas.

Fá-lo o CDS, ao lançar Basílio Horta. Ganhando apoios no PSD, procura fixar nas presidenciais e recuperar nas legislativas parte do eleitorado e dos lugares na Assembleia da República que perdeu em 1987. Lembramos que o CDS dos 22 deputados que então tinha na Assembleia ficou reduzido a apenas 4, que tem actualmente.

A UDP pensa também nas legislativas, tendo em conta que perdeu em 1987 o seu último deputado, que a sua acção institucional ficou reduzida a algumas posições nos órgãos autárquicos, que a sua acção política teve uma tão grande quebra.

O PSD, quando renuncia a apresentar candidato e apoia a candidatura de Mário Soares, fá-lo tendo também em vistas eleições legislativas. Por uma razão simples. Não estando em condições de apresentar um candidato às presidenciais com

possibilidade de vencer as eleições, nem tão-pouco de obter um resultado que não significasse previsivelmente uma queda vertical da votação em comparação com a votação que o PSD obteve em 1987, uma derrota nas presidenciais seria um pré-núncio (que o PSD quis evitar) nas legislativas. Se agora faz apelo aberto ao apoio a M. Soares e à integração de membros do PSD nas estruturas do MASP, é para amanhã ante a eleição de M. Soares (que se tem por quase certa) beneficiar do facto de não se saber no cacharolete da votação quantos serão os votos do PS e quantos serão os votos do PSD. Trata-se da concretização da estratégia definida por Cavaco Silva alguns meses atrás. «As legislativas (dizia ele em 1 de Junho) são as nossas eleições». «As nossas eleições (enfatizou no dia seguinte) não são para já as presidenciais mas as legislativas em 1991».

Desfazendo um equívoco que se está a vulgarizar, o apoio de Cavaco e do PSD à candidatura de Soares não é sinal de força mas sinal de fraqueza e insegurança do PSD e de Cavaco. Agora Cavaco e o PSD procuram subalternizar o próprio PS na candidatura de tal forma que o candidato e o PS correm o risco de que o apoio de Cavaco e do PSD a Soares apareçam não como sinal de fraqueza mas como sinal de força a projectar-se ulteriormente. Na luta para a derrota do PSD, cremos ser útil à democracia que este equívoco seja desfeito.

O PS, apoiando a candidatura de Mário Soares, ex-Secretário-geral do PS, pensa também naturalmente nas eleições legislativas, no seu objectivo já declarado de ultrapassar o PSD e de, na Base de uma nova composição da Assembleia da República, de poder vir a substituir o Governo de Cavaco Silva. Este objectivo está é certo comprometido pelos nevoentões contornos políticos da candidatura de Soares e pelos apoios que este recebe do PSD, de Cavaco, de gente da direita. Mas apesar disso, é legítimo que o PS se prepare para conseguir com uma previsível vitória de Soares um avanço eleitoral para as legislativas.

Nesta situação a campanha de Carlos Carvalhas pela sua dinâmica autónoma desempenha um importante papel no esclarecimento, não apenas das próprias eleições presidenciais, do seu significado e consequências, mas também como uma contribuição do mais alto valor para o arranque após as eleições presidenciais, para o desenvolvimento da nossa acção tendo como um dos objectivos centrais as eleições legislativas e a criação de condições para uma alternativa democrática.

Esta perspectiva é inteiramente correcta porque as eleições legislativas de 1991 serão a grande oportunidade institucional para afastar do Governo Cavaco e o PSD e assegurar uma alternativa democrática, necessariamente assente numa maioria democrática na Assembleia da República e na convergência dos partidos democráticos.

Convergência dos democratas e «casa comum da esquerda»

A realidade é a realidade. Dão fraca prova de encararem de frente a realidade aqueles que configuram a realidade não pelo que é mas pelo que deveria ser para corresponder aos seus desejos.

É justo chamar a atenção para o que pode ter de negativo na perspectiva de uma alternativa ao governo de direita, a pretensão do PS hegemonizar o campo democrático, adoptar uma estratégia de bipolarização e alternância com o PSD, e também agora, segundo alguns, de vir a absorver e a engolir os outros partidos democráticos, incluindo o PCP que (na ilusão desses mesmos) estaria condenado a desaparecer dado que (com dizem) «o comunismo morreu».

Decerto sem uma intenção tão precisa, o secretário-geral do PSD afirmou há dias que **gostaria que o PS fosse «a casa comum da esquerda».**

Acreditamos plenamente em que gostaria. Mas gostar é uma coisa. E poder ser é outra.

A Esquerda comporta forças com ideários diferentes, com programas diferenciados, com posicionamentos políticos distintos. Mesmo esquecendo os comprometimentos do PS com a política de direita e falando sem preocupação de rigor na terminologia, o PS não é toda a esquerda, muito longe disso, como toda a gente sabe.

Só quem queira fazer como o avestruz, metendo a cabeça na areia para não ver o que se passa, poderá esquecer que entre as forças da Esquerda portuguesa se conta um grande e influente partido, com um programa de desenvolvimento progressista, com uma proposta de uma democracia política, económica, social e cultural, partido que aponta o socialismo como horizonte, partido com intervenção e força real na sociedade, e que é absurdo pensar que poderá ser bengala de apoio e muito menos engolido por qualquer outro partido.

Na base da realidade nacional e nas condições actualmente existentes, o **afastamento do poder do Governo e da política de direita e uma alternativa com a formação de um Governo democrático exige como condição indispensável a convergência das forças democráticas, que só pode concretizar-se contando com o PCP.**

Dizer isto não é teimosia. É a insistência numa das grandes verdades da situação portuguesa.

Por isso, se em vez de «convergência» se quisesse utilizar a expressão «**casa comum da Esquerda**», então teria de dizer-se que, **nas condições actualmente existentes, a única casa comum da Esquerda» possível e viável em Portugal é a da convergência das forças democráticas na base**



PCP

de um entendimento e de uma plataforma e cada qual com sua identidade própria.

Fora uma tal solução para, na base de uma maioria democrática na Assembleia da República, constituir um Governo democrático em 1991, quais são os outros Governos possíveis? A continuação de um Governo PSD associado ou viabilizado pelo CDS e/ou o PS? Um novo Governo do PSD/CDS numa «AD» ressuscitada? Um Governo do PS com o CDS? Um novo Governo do Bloco Central do PS com o PSD? Fora a convergência democrática não há outras hipóteses. Mas qualquer destas hipóteses não significaria certamente a viragem necessária e uma política democrática, mas, com mais ou menos retoques, a **continuação da política de direita.**

O que acabamos de dizer é rigorosamente exacto.

Trata-se de uma questão que é imperioso esclarecer, designadamente junto dos membros e eleitores dos outros partidos democráticos e particularmente dos membros e eleitores do PS.

Estarão os membros e habituais eleitores do PS de acordo com uma tal perspectiva do PS? E não estando, poderão em boa consciência votar para que ela venha a concretizar-se?

Alguém poderá ter a ilusão, já anteriormente desmentida pelos factos, de que o PS poderá alcançar sozinho a maioria e vir a constituir um Governo sozinho apenas com o apoio dos seus deputados? É necessário que tomem de vez consciência de que é uma ilusão.

E tomando essa consciência e rejeitando novas alianças e coligações do PS com o PSD ou o CDS, serão conduzidos a defender a convergência dos partidos democráticos para a constituição futura de uma maioria democrática parlamentar e para a constituição nessa base de um Governo democrático.

A necessidade de uma grande força à esquerda do PS

Pode concluir-se que, **se não houver à esquerda do PS uma força política com grande influência de massas, apoio social e político, grande votação nas eleições e forte representação na Assembleia da República, o PS acabará uma vez mais por aliar-se à direita com uma política de direita.**

Existe ou não uma força de esquerda em condições de representar um tal papel na evolução da situação política nacional?

A situação real, a verdade dos factos, é que **à esquerda do PS existe apenas um partido político em condições de desempenhar um tal papel: é o Partido Comunista Português.**

Com o reforço do PCP — da sua organização, da sua actividade, da sua ligação e influência de massas, da sua votação — é possível que a consciência democrática no PS e do seu eleitorado afaste do horizonte e inviabilize novas alianças do PS com o PSD e o CDS e crie condições finalmente para a convergência democrática.

A coligação «Por Lisboa», a sua vitória sobre a direita, que dirigia o município havia 10 anos, e a gestão democrática que assegura, constitui a este respeito uma significativa experiência. Porque um dos factores essenciais que tornaram possível a coligação foi o facto de na capital a votação anterior no PCP e as posições anteriores do PCP nas autarquias, serem nitidamente superiores às do PS (22% dos votos na CDU contra 17% no PS; 12 presidências CDU de Junta de Freguesia e nenhuma do PS).

Temos pois de insistir em que **a concretização da convergência democrática e de uma alternativa democrática é tanto mais possível quanto maior for a força e a influência social, política e eleitoral do PCP e, no concreto (no que respeita às eleições legislativas de 1991) quanto maior for a votação no PCP e seus directos aliados e mais forte for o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.**

Há propagandistas do PS que já nesta altura fazem apelos ao eleitorado do PCP para que de futuro vote no PS. É o seu papel. É a sua opinião. Têm direito a tê-la. Mas nós temos também direito a ter a nossa. Ou seja: que não há nenhuma razão para que aqueles que têm votado no PCP passem agora a votar no PS, além do mais porque o voto no PS é um voto para uma política que não se sabe bem ainda qual será e no sentido de formar um Governo que também por agora não se sabe o que se propõe ser.

É como votar no PCP é sempre «útil» e mesmo o mais útil com vista a uma alternativa democrática, porque não há-de votar de futuro no PCP portugueses e portuguesas que antes votaram no PS?

É uma realidade e é nossa tarefa convencer dela o maior número possível de portugueses que na situação existente **só em convergência com o PCP será possível uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.**

Direcções fundamentais de luta e objectivo central de 1991

A apresentação da candidatura do PCP às presidenciais e a campanha de Carlos Carvalhas que se desenvolve constituem no momento actual uma das principais linhas de acção política do Partido.

Ela está assumindo e estimulando a nossa actividade e constituindo um ponto de referência de inestimável valor.

Como muito resumidamente referiu o camarada, para além de sessões e comícios, entrevistas, debates, conferências de imprensa, encontros com a comunicação social regio-



nal, visitas a empresas de diversos sectores de actividade; encontros com os Governos Regionais, Câmaras Municipais, Associação Nacional das Freguesias, organismos de turismo, escolas de ensino superior, Misericórdias, Fundações, Sindicatos, apoiantes, populações de certas regiões ou camadas sociais, associações profissionais — num total de cerca de 100 iniciativas já realizadas com a participação do candidato — testemunham uma campanha viva, portadora de soluções para os grandes problemas, ligada ao povo, aos seus interesses, direitos e aspirações.

A actividade do Partido desenvolve-se entretanto noutras importantes direcções com um balanço de iniciativas e crescente militância que mostram que o Partido está de pé, com um colectivo convicto e em luta, com uma extraordinária vitalidade e dinâmica.

Desenvolve-se **no aprofundamento de análises, definição de objectivos e acção relativamente a grandes problemas nacionais** através de iniciativas diversas (reuniões, encontros, seminários, colóquios, debates) como as recentemente realizadas (Encontro sobre a Independência Nacional, Reunião Nacional de Quadros sobre questões de organização, seminário sobre «A mulher na comunidade local», Seminário Nacional sobre Política de Ambiente), estando ainda programados para o mês de Dezembro seminários sobre Pescas, Emigração e Ensino Superior. E de numerosas outras iniciativas regionais sobre problemas de interesse nacional como os debates sobre Desenvolvimento Regional Integrado em Aveiro e em Setúbal; o Desenvolvimento do Litoral Alentejano (Setúbal/Beja); a agricultura, a pecuária e as perspectivas do Douro e do vinho, no Nordeste Transmontano; os incêndios e a defesa da floresta; a produção do queijo da serra no distrito da Guarda.

Desenvolve-se **na acção do Grupo Parlamentar** contrariando e desmascarando na Assembleia da República a política do Governo, levantando na Assembleia os problemas e aspirações do nosso povo, apresentando projectos de lei sobre problemas candentes da vida nacional de que são de destacar entre muitos outros os relativos à redução do horário semanal de trabalho para 40 horas, valorização do Abono de Família, aumento das reformas e pensões, garantia do exercício de eleitos a tempo inteiro nas freguesias, acesso ao Ensino Superior, gestão democrática das escolas, subsídio de inserção dos jovens na vida activa, medidas de prevenção do consumo de drogas e do tratamento de toxicodependentes, Lei de Bases de Saúde. E ainda a realização de jornadas legislativas (Madeira, Litoral Alentejano).

Desenvolve-se **na acção dos eleitos comunistas nas Autarquias**, em estreita ligação com as populações, com profundo conhecimento dos problemas, empenhando-se com trabalho, honestidade e competência na sua resolução, confirmando diariamente o entendimento que os comunistas têm do exercício do poder: sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com os interesses do País.

Desenvolve-se **no apoio, estímulo e organização de lutas de massas em estreita conexão com os movimentos e organizações de massas.** Com os sindicatos. Com as organizações de agricultores. Com as organizações da juventude. Com as organizações de mulheres. Com as organizações de reformados. Com as organizações de deficientes. Com as associações e estruturas populares.

Desenvolve-se **na actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu**, intervindo nos debates mais importantes com incidência em Portugal (como o Orçamento da Comunidade para 1991, as conclusões do último Conselho Europeu em Roma, e a passagem da Agricultura Portuguesa a 2.ª fase do período transitório de adesão); indagando a Comissão e o Conselho da CEE sobre questões actuais e urgentes como o índice de pobreza; elaborando Relatórios e Pareceres do Parlamento Europeu com grande importância para o País (Acordo Multifibras, Indústria do Calçado, Fixação dos Preços Agrícolas, Liberdade de Associação, Consulta e Participação dos Trabalhadores); e apresentando propostas de resolução e de alteração a outros Relatórios e a Directivas Comunitárias.

Desenvolve-se **no esforço constante para o reforço do Partido, designadamente da organização, da propaganda, das campanhas de fundos como as dos 150 000 contos para Atalaia, da ligação com as massas**, de que são teste-

munho as numerosas Assembleias de organização realizadas e programadas até fins do ano corrente, sendo de sublinhar que, neste último trimestre e até final do ano, entre muitas outras organizações, 14 das 20 Organizações Regionais terão realizado as suas Assembleias, estando ainda neste momento programadas 34 Assembleias de Organização.

Na conjuntura política que o país atravessa **assume importância decisiva o desenvolvimento simultâneo e conjugado da acção do Partido em todas estas direcções.**

Importância particular revestem as iniciativas e actividades relativas à Juventude, com a compreensão de que se trata de uma questão de vital importância para a luta presente e para a luta futura do nosso povo, para o presente e o futuro do nosso Partido.

E aqui cabe saudar a JCP cujo Encontro Nacional recentemente realizado foi uma magnífica mostra de conhecimento dos problemas da juventude, de dinamismo, de empenhamento, de vida, de alegria, de criatividade e de determinação de luta.

Importância particular também a participação das mulheres em numerosas iniciativas unitárias, e em importantes iniciativas partidárias, com particular relevo para o Encontro subordinado ao tema «A mulher na comunidade local».

E porque é também justo referir, lembramos aqui também a acção dos Pioneiros de Portugal que recentemente realizaram o seu Encontro Nacional e uma Festa Nacional dos Pioneiros.

Cada iniciativa, cada acção, cada luta têm objectivos concretos, muitos deles imediatos. Trata-se de definir orientações. Trata-se de lutar para que sejam alcançados objectivos concretos de natureza económica, social e cultural.

Em todas as direcções, uma preocupação fundamental deve determinar a acção do Partido: **reforçar e alargar a ligação com as massas, apolar os seus justos direitos e reclamações, ganhar o seu apoio para a política e a acção do Partido.**

E no quadro de todos esses objectivos há um objectivo que se deve considerar como o objectivo central político presente para atingir o qual todos os outros contribuem: pôr fim ao Governo PSD e à política de direita e alcançar uma alternativa democrática.

O PCP com a sua real fisionomia e a sua real dimensão

Bem podem tentar silenciar, deturpar, ocultar ao povo esta intensíssima intervenção do PCP na vida nacional.

Bem podem substituir por invencionices, intrigas, mentiras baratas, pretensas informações de fontes anónimas, a informação sobre tantas e tantas iniciativas, tantas e tantas lutas, tantas e tantas contribuições positivas e construtivas do nosso partido para a solução dos problemas do povo português e de Portugal.

O PCP pode não ser retratado na sua verdadeira fisionomia e na sua real dimensão na grande maioria dos órgãos de comunicação social, mas está vivo e presente com a sua real fisionomia e com a sua real dimensão junto do povo e em toda a vida nacional.

Com a sua real dimensão que a incompleta anotação que acabo de fazer demonstra.

Com a sua real fisionomia de partido dos trabalhadores; de partido do povo entranhadamente ligado ao povo e dele recebendo força e inspiração; de Partido firme e coerente nas suas convicções, objectivos e actuação; de partido com uma ideologia criativa constantemente enriquecida pela vida; de partido com uma vida interna cuja democracia não tem paralelo em qualquer outro partido português; de partido patriótico e internacionalista; de partido que não renega antes confirma com convicção as razões da sua criação e da sua luta através dos quase 70 anos da sua existência que em 6 de Março próximo comemoraremos; de partido orgulhoso do seu passado, profundamente empenhado no presente, confiante no futuro.

Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo. Viva o Partido Comunista Português!

Trabalhadores

QUIMIGAL

A destruição prossegue

Os sindicatos do sector e a Federação (Fequifa) confirmaram recentemente a paralisação ou o encerramento de fábricas antes pertencentes à Quimigal e que se destinavam ao tratamento de cinzas de piritite, ácido fosfórico e zinco metálico.

Segundo a direcção nacional da Fequifa, é indispensável a luta «por soluções para os conflitos existentes nas empresas criadas a partir da Quimigal», pois se espera «a todo

o momento que paralise o ácido sulfúrico, provavelmente daí resultando, como tem acontecido até aqui, graves consequências para os trabalhadores».

Capital brasileiro

Entre as nove empresas criadas a partir da Quimigal,

os sindicatos realçam a **Companhia Petroquímica do Barreiro**, «entregue na sua totalidade ao capital brasileiro, com reflexos extremamente negativos para os cerca de 120 trabalhadores».

Embora tenham lutado contra isso, foram retirados a esses trabalhadores «direitos e regalias adquiridos».

Na **CUF-Têxteis**, os gestores da Quimigal, hoje administradores desta empresa, têm reduzido os salários do pesso-

al (cerca de 300), enquanto que na **Quimiténica, Enef e Lusol** «a situação parece estável», acrescenta a Fequifa.

Registe-se que os organismos do Estado até agora contactados pelos sindicatos representativos têm dado razão às posições que defendem os direitos legais dos trabalhadores e as regalias adquiridas.

São de manter as condições de trabalho emergentes do acordo de empresa (AE-Quimigal).

Comunicação social. Os sindicatos do sector, designadamente o dos Jornalistas, mas também a FCT (Federação das Comunicações e Telecomunicações) e o Sítese, têm protestado publicamente contra processos de despedimento, que consideram abusivos, e procurado concluir um acordo de empresa na RTP. Por seu turno, o Sindicato dos Gráficos do Norte chamou recentemente a atenção para os trabalhadores suspensos do «Comércio do Porto» — jornal estreitamente ligado ao partido do Governo. Os 57 trabalhadores suspensos ilegalmente no «CP», que se reuniram (uma delegação) a semana passada com elementos da DORP do PCP, pertencem aos quadros da empresa há mais de 20 e 30 anos, e foram suspensos a seguir ao desmembramento e privatização da empresa proprietária daquele matutino do Porto.

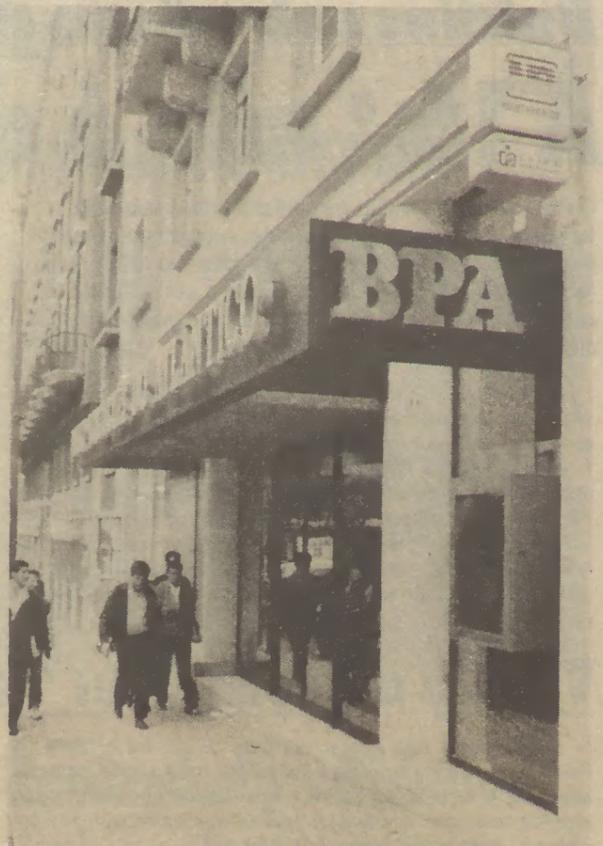
Detidos. A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, revela que «a PSP prendeu quatro dirigentes sindicais pelo facto de estarem junto do Hotel Holiday Inn a reclamar a reintegração de um dirigente sindical e de outros trabalhadores despedidos». Os activistas sindicais detidos pela PSP tinham o julgamento marcado para segunda-feira passada e o Sindicato convocou para o mesmo dia uma conferência de imprensa. Segundo a Federação sindical do sector, trata-se de uma «retaliação injustificável» da parte do Hotel, pois o dirigente sindical e os restantes trabalhadores detidos limitaram-se a reclamar «melhores condições de trabalho», no Ano Europeu do Turismo (1990), para que seja melhor a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Posse. Tomou posse na semana passada o conselho distrital eleito no 3.º Congresso da USS (União dos Sindicatos de Setúbal). A seguir, o novo conselho reuniu-se para aprovar o seu regulamento, escolher a comissão executiva e, segundo proposta desta, eleger o seu coordenador. No âmbito europeu do ambiente, desarmamento e paz, a USS fez uma aprecia-

ção positiva da recente acção conjunta das Uniões sindicais (ela própria, a de Lisboa e Santarém), que se deslocaram ao Parlamento Europeu onde tentaram sensibilizar os eurodeputados para o não alargamento do Campo de Tiro de Alcochete. As centrais sindicais francesas CGT e CFDT receberam delegações portuguesas que incluíram autarcas, interessados também na defesa do ambiente, desarmamento e paz.

Indústria naval. As organizações representativas dos trabalhadores desta área (nível nacional) reuniram-se recentemente com o secretário de Estado da Indústria e, segundo a respectiva comissão coordenadora, decidiram pedir uma audiência do Presidente da República. No Plenário Nacional do Sector Empresarial do Estado, recentemente efectuado, foi decidido, além da semana de luta (10 a 16 do corrente), dirigir uma petição à Assembleia da República. Em causa estão questões de ordem geral (saída de divisas, por exemplo) e outras, como a dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, empresa que o Governo pretende desnacionalizar.

Futebol. Segundo a Federação sindical do comércio (Fepces), o recente contrato (CCT) assinado com a Liga passa a abranger os trabalhadores não profissionais do sector. Até agora, dependiam de uma PRT (Portaria). O CCT tem três tabelas, conforme os clubes tenham receitas anuais superiores a 100 mil contos, entre 30 e 100 mil, ou abaixo daquela quantia, afirma a Fepces que recentemente foi recebida pelo secretário de Estado do Comércio Interno a quem apresentou as conclusões do IV Congresso daquela organização da CGTP. No que respeita à empresa **Braz & Braz**, de Lisboa, o CESL protestou energicamente contra a atitude da administração que, perante uma acção pública dos trabalhadores organizados, mandou proceder a um interrogatório de carácter policial. Os trabalhadores da Braz & Braz pediram recentemente na Praça da Figueira a adopção de medidas que viabilizem a empresa.



Fiasco

Depois de lembrar o que aconteceu na Tranquilidade — o Governo obrigou empresas públicas a subscrever acções para assim justificar o «éxito» da operação — o secretariado da célula do PCP no Banco Português do Atlântico pergunta com razão se no BPA vai suceder o mesmo. Ao sublinhar que «a prorrogação do prazo de subscrição das acções traz o fiasco da operação», aquele secretariado acrescenta que «a generalidade dos trabalhadores não tem capacidade para as adquirir e que as empresas públicas, se as comprarem, como na Tranquilidade, isso significará que, quando essas mesmas empresas forem privatizadas, quem as comprar ficará automaticamente com uma posição no BPA; não à sua conta, mas à custa do erário público» — como é fácil de antever

Vale do Ave

Várias dezenas de trabalhadores de empresas têxteis do Vale do Ave, segundo a CGTP anunciou para ontem, ter-se-ão deslocado a Lisboa a fim de entregarem uma petição ao presidente da Assembleia da República.

Através do seu departamento de informação (DIF), a Central anunciou também para ontem às 12 horas, na sua sede em Lisboa, uma conferência de Imprensa sobre «os estrangulamentos existentes no Vale do Ave e os problemas da indústria têxtil, inseridos nas negociações do Uruguai Round» (âmbito do GATT).

CGTP pede audiências

Preocupada pelo facto de a Assembleia da República ainda não ter agendado em 4 do corrente os projectos de diploma sobre a redução do horário semanal de trabalho, a direcção da CGTP acaba de pedir

audiência à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família (dependência daquele órgão do Poder).

Os projectos de legislação em causa foram apresentados à Assembleia da República

pelo Governo, pelo PS e PCP.

Os grupos parlamentares destes partidos foram também solicitados pela CGTP-IN no mesmo sentido, refere o gabinete de Imprensa daquela Central sindical.

Semana de luta em Lisboa

Os serviços de Imprensa da União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP) anunciaram quinta-feira passada uma semana de luta que termina amanhã. Entre os objectivos conta-se o de dinamizar a sindicalização na CGTP-IN.

Aqueles serviços destacam na nota de 29 uma distribuição pública de «propaganda de esclarecimento», em 3 do corrente, com «a participação de dirigentes sindicais» e a edição do Jornal «União». No dia seguinte, pelas 15 horas no Rossio, se-

gundo a mesma nota da USL, terá decorrido «um plenário das ORTs (organizações representativas dos trabalhadores)», realizado em conjunto com a CIL (Cintura Industrial de Lisboa).

Além da sindicalização, foram anunciados como objectivos da semana de luta: «Aprofundar a discussão e promover as reivindicações da CGTP-IN junto dos trabalhadores e da opinião pública; Contra os despedimentos e a flexibilização dos horários

previstos no novo «pacote laboral»; Promover a convergência do máximo possível de lutas para esta semana; Reforçar a expressão pública das lutas a decorrer durante esta semana».

Esta acção de luta foi aprovada pelo Plenário distrital de sindicatos, reunido extraordinariamente, no seguimento dos «resultados positivos da Quinzena de esclarecimento e acção sindical» (29 de Outubro a 11 de Novembro), refere a USL.

Modernização da CP Até agora nada

Os dirigentes sindicais da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), organização maioritária nos caminhos-de-ferro, emitiram em 30 do corrente «alguns esclarecimentos à população».

Um telex em cinco pontos destaca que «os ferroviários são os primeiros a sentir a necessidade de modernização da rede nacional». Depois de lembrar que é nessa rede que muitos deles «arriscam todos os dias a vida», o documento protesta, embora com ironia, contra o facto facilmente verificável de sempre se anunciarem investimentos na CP «quando se aproximam campanhas eleitorais», sem que por isso se tenham concretizado.

O conselho nacional da FSTFP fornece alguns exemplos:

«O presidente do conselho de gerência da CP, em 1985, anunciou para princípios de 1986 a inauguração da ligação Alcântara-Braço de Prata. Ainda está em construção. O mesmo presidente do CG anunciou na mesma altura, só porque lhe convinha em termos pessoais, novos comboios para

a linha de Sintra, a serem inaugurados em 1988. Agora volta-se a fazer propaganda com a mesma promessa, mas a inauguração está prevista para 1993. Após o acidente da Póvoa de Santa Iria em 5 de Maio de 1986, o presidente do CG anunciou para o ano seguinte a entrada em funcionamento do controlo automático de velocidade, mas até agora nada».

Depois de se mostrarem claramente de acordo com os investimentos anunciados (e que por aí se têm ficado) os dirigentes sindicais ferroviários apresentam ainda outros exemplos de «promessas» que gostariam de ver satisfeitas, assim como as populações, designadamente no distrito de Setúbal, onde estão mesmo em risco de se perder «milhões de contos de subsídios da CEE».

O comunicado sindical termina afirmando que, «em vez de fazer coisas, o Governo e o conselho de gerência da CP limitam-se a fazer propaganda. O tempo não lhes chega. Não podem fazer tudo ao mesmo tempo» — comentam com humor os dirigentes sindicais.

Assembleia da República

Baldios sob o fogo do PSD

À 16.ª não é de vez!

O PSD voltou a ensaiar na semana finda mais uma tentativa de pôr termo aos baldios, submetendo para o efeito à apreciação do plenário um projecto de lei que representaria na prática, caso viesse a ser aplicado, o esbulhar dessas terras comunitárias aos povos das aldeias serranas do interior do País.

Trata-se da 16.ª iniciativa legislativa empreendida com esse fim desde que em 1976 a Assembleia da República instituiu por Decreto-Lei (N.º 39 e 40/76) a posse, uso, fruição e administração dos baldios aos povos serranos.

Tal como as anteriores,

não obstante a sua mais que certa aprovação pela bancada da maioria, é de prever que mais esta tentativa venha a ser derrotada, seja pela luta dos compartes, seja pelo funcionamento das instituições que seguramente não permitirão a passagem de

uma tão flagrante inconstitucionalidade.

Esta convicção, expressa pelo deputado comunista Lino de Carvalho no decorrer do debate e reafirmada nas ruas de Lisboa pelas muitas centenas de compartes que naquele dia se deslocaram ao Parlamento para fazer ouvir a sua voz, assenta no pressuposto de que muito dificilmente se consegue liquidar um direito secular, cuja origem se perde nos fins dos tempos.

Um direito que, como bem recordou Lino de Carvalho, continua a ter um papel fundamental na sobrevivência das economias e dos povos serranos — constituindo um complemento da sua subsistência —, papel esse que ganhou novo dinamismo exactamente depois do 25 de Abril, ajudando a resolver questões como a do abastecimento de água, a abertura de caminhos e estradas ou a construção de equipamentos sociais e culturais.

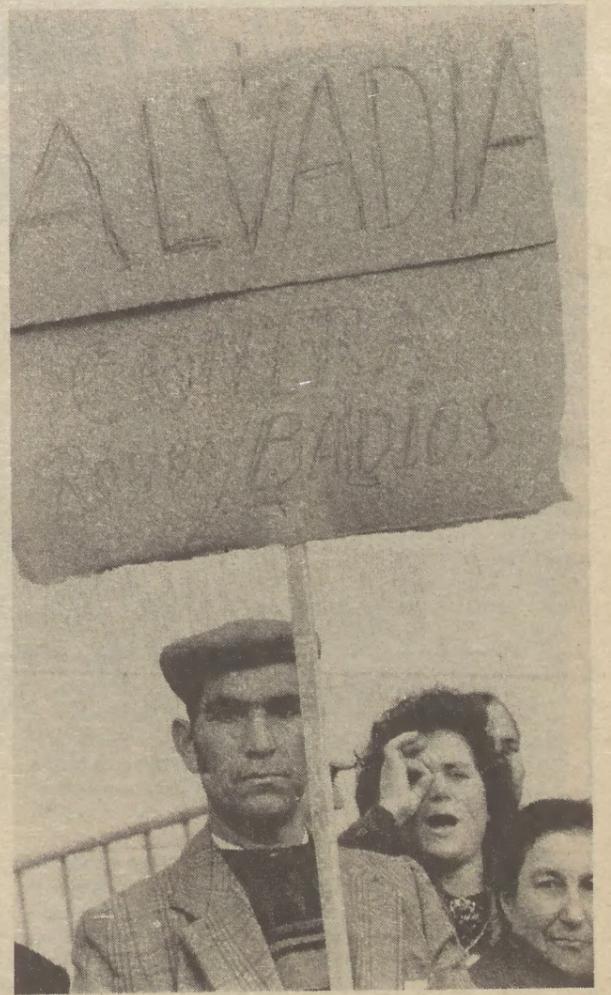
Vieram a Lisboa dizer "Não!"

Provenientes das aldeias serranas do Centro e Norte do País, mais de mil compartes deslocaram-se a Lisboa para expressar o seu protesto contra o projecto de lei do PSD que prevê a liquidação dos baldios, intento que classificam de «criminoso atentado» às suas economias.

Num documento distribuído à população, intitulado «quem roubar-nos os baldios», os secretariados dos baldios dos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu acusam o projecto do PSD de ser uma forma encapotada de revogar o acórdão do Tribunal Constitu-

cional (n.º 325/89) que chumbou o anterior projecto daquele partido sobre a mesma matéria.

Em sua opinião, o diploma actual, apesar de procurar iludir o texto constitucional, está ferido de inconstitucionalidade, porquanto limita drasticamente os poderes dos actuais órgãos do baldio, aniquila a sua administração democrática pelos povos e conduz estas terras comunitárias para o campo da alienação e do esbulho, através de processos de desafectação que do seu ponto de vista «visam claramente a passagem destas terras para as mãos de grandes interesses económicos».



Governo continua sem respostas para os problemas dos deficientes

Em Portugal continua a não haver uma política de fundo, articulada e global capaz de dar resposta aos problemas dos cidadãos deficientes, não obstante a existência de alguns instrumentos legislativos — veja-se a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência — que, se aplicados, modificariam

A responsabilidade pelo actual estado de coisas, entretanto, não pode deixar de ser imputada ao Governo, uma vez que a política social até

agora prosseguida tem-se irreversivelmente afastado dos objectivos preconizados na Lei de Bases e no Plano Orientador, como tratou de

consideravelmente o quadro actual.

Um quadro que, a avaliar pelo diagnóstico feito na passada semana no decorrer da interpelação do PRD sobre a situação dos deficientes no nosso país, está longe de poder deixar tranquilo quem quer que seja, tal a dimensão das carências e problemas por resolver.

realçar no debate o deputado comunista Manuel Filipe.

«São projectos de dimensão sociocultural e humanista que não se realizam através

de conceitos neoliberais, desintervencionistas, que reduzem a colaboração e responsabilização do Estado», frisou a propósito o deputado do

PCP, antes de criticar a prepotência da actual secretária Nacional de Reabilitação pelo sem empenho em discriminar associações e perseguir os seus dirigentes, como sucedeu com o presidente da APD e da UCNOD que foi impedido de estar presente nas reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação.

Do que se trata pois, neste momento, face à incapacidade até agora demonstrada pelo Executivo para responder capazmente aos reais anseios e problemas do cidadão deficiente, é de accionar as medidas necessárias que permitam ir ao seu encontro, uma tarefa que exige, em primeiro lugar, como sublinhou o líder renovador, Hermínio Martinho, saber quem e quantos são os deficientes, onde estão e quais as suas condições de vida.

Um levantamento que a bancada do PRD sugeriu fosse feito já no censo de 1991, proposta que foi acompanhada de duas outras, uma advogando a criação de uma Secretaria de Estado para a Prevenção, Reabilitação e Integração dos Deficientes, a outra, pedindo o agendamento do projecto que prevê programas vocacionados para a educação e saúde na televisão pública.

A adopção destes projectos afigura-se tanto mais importante e urgente quando é certo que por ora não se conhecem nenhuma medida governamental que visem resolver problemas como o da reabilitação, o das ajudas medicamentosas dos deficientes com dependência crónica, o da atribuição e participação de próteses e ortoses ou ainda o de definição de quotas de emprego para os cidadãos deficientes.

Estes seriam, aliás, aspec-

tos para os quais o deputado comunista Manuel Filipe chamaria a atenção da Câmara, e que no fundo constituem apenas uma pequena fatia de um rol mais vasto em que incluiu, também, o dos serviços especializados nos Centros Regionais de Segurança Social virados para o atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos deficientes; o fornecimento por parte da Segurança Social de ajudas técnicas e outras (máquinas Braille, acesso à informática, etc.); o estabelecimento de um programa de articulação funcional entre a Segurança Social, a Saúde e a Educação para responder ao problema de integração de criança e jovens no sistema educativo regular.

Mas os problemas não se esgotam aqui. Indo ao fundo da questão, no que foi um verdadeiro libelo acusatório, sob a forma de perguntas, perguntou ainda Manuel Filipe:

«Quando serão atribuídas competências ao Ministério da Educação à semelhança do que se faz noutros países da Europa, para educação dos deficientes?»

Porventura o Ministério da Educação saberá quantas crianças deficientes não cumprem a escolaridade obrigatória?

Como vai ser garantido o acesso ao Ensino Superior aos alunos deficientes vocacionados?

As CERCI's vão continuar a vender o Pirlampo para sobreviver? As Associações de Deficientes vão continuar a fazer pedidos para cumprir o seu frutuoso trabalho junto dos deficientes e do próprio Governo?

Quando será aprovado e publicado um regulamento geral de edificações urbanas que contenha um amplo e humanizado programa de supressão de barreiras arquitectónicas?»

Insólita coabitação em Odemira

Uns choram os mortos e outros ensinam os vivos

Uma escola onde as suas crianças tenham de percorrer diariamente 120 km para cumprir o trajecto, de ida e volta, que as separa de casa, onde o número de professores é menos de metade do que o considerado necessário, onde há falta de pessoal auxiliar e administrativo e onde a população escolar excede em quase o dobro a capacidade para que o estabelecimento foi construído, não pode ser, obviamente, uma escola que proporcione as condições mínimas de ensino aos seus alunos.

Dir-se-ia, até, ser difícil encontrar casos mais lamentáveis que este, dúvida esta, que, no entanto, só poderá acorrer a quem desconheça por completo o actual quadro da rede escolar.

É que o caso acima citado — a Escola Secundária de Odemira — nem sequer é único neste concelho, e, porventura, pior que ele, está mesmo o caso da escola C+S de S. Teotónio. Neste estabelecimento, como constataram os deputados Lurdes Hespanhol e Manuel Filipe, numa recente visita ali efectuada, em que foram acompanhados por João Honrado,

da DOR Beja do PCP, a vida e a morte coabitam nas precárias instalações escolares, nada mais nada menos do que uma morgue, local onde enquanto «uns choram os mortos outros ensinam os vivos a viver melhor».

Não foram estes, porém, os únicos problemas detectados por estes deputados comunistas eleitos pelo círculo de Beja no decorrer da sua visita, realizada no âmbito da actividade do Gabinete do Eleitor.

Nos contactos estabelecidos, nomeadamente nos encontros com o Presidente do Município, com a Mesa da

Assembleia Municipal e com estruturas de Ensino, Saúde e transportes, tiveram ainda ensejo de constatar que os serviços de Saúde não têm infra-estruturas necessárias para o atendimento eficiente da população — o que se traduz na deslocação diária de doentes para Beja (100 km) — e que o Centro de Saúde de Odemira funciona em instalações improvisadas, apenas com ambulatório e sem instrumentos.

Nota de realce merece ainda o facto de o Município, que goza de merecida reputação entre a população, se ver obrigado a contrair empréstimos para financiar as obras que tem em curso, substituindo assim desde há muitos anos a administração central em projectos que seriam da sua competência.

Problema sentido pela população, designadamente a que se situa nos aglomerados urbanos junto à costa, são ainda as sistemáticas

ocorrências de derrames e resíduos de lavagens de petroleiros que continuam a poluir os mais de 50 km de litoral do concelho de Odemira, como é sabido, o maior da Europa.

Torres Vedras

No quadro dos seus contactos regulares com os eleitores, também os deputados comunistas Jerónimo de Sousa, Rogério de Brito e João Amaral estiveram recentemente em visita de trabalho ao concelho de Torres Vedras.

No decorrer da sua estadia, tiveram reuniões com a Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa, com responsáveis da Câmara Municipal, com a Comissão de Trabalhadores da Casa Hipólito e com a administração desta empresa, a que se seguiu uma visita às instalações da fábrica.

Assembleia da República

Aumentos das pensões e reformas

O que separa a caridade da solidariedade

O aumento geral das reformas e pensões e de outras prestações sociais esteve em foco na Assembleia da República, ocupando faz hoje oito dias a totalidade da sessão plenária. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP, que para o efeito utilizou um dos seus direitos de agendamento, e em debate estiveram diplomas subscritos por deputados das bancadas comunista, socialista e renovadora.

Para o PCP, em coerência com as suas posições e com a identificação com os anseios dos trabalhadores e das camadas mais desprotegidas, como salientou a deputada Apolónia Teixeira, a questão reside em dar conteúdo prático à asserção, hoje generalizadamente aceite, de que é imperioso melhorar as condições de vida de largas camadas da população, discriminadas pela injusta repartição dos rendimentos nacionais.

Por outras palavras, trata-se de alterar com actos e medidas concretas a situação precária em que vivem milhares de cidadãos com pensões e reformas degradadas, muitos deles no limiar da pobreza, como se comprova pelo facto de mais de 1 milhão e 600 mil viverem actualmente com menos de metade do salário mínimo nacional, montante este, em si mesmo, considerado como patamar mínimo de sobrevivência para um cidadão.

Ora foi precisamente a resposta a esta situação que deram os deputados comunistas, apresentando com sentido de rigor e responsabilidade propostas exequíveis que apontam para um aumento mínimo de 55 por cento do salário mínimo nacional para as pensões do regime geral, para um aumento das actuais reformas acima das mínimas, e para uma actualização das pensões de sobrevivência social, propondo simultaneamente uma nova fórmula de cálculo em que a contagem do salário base incide sobre a remuneração do melhor ano, entre os últimos dez, actualizado pelo índice de preços ao consumidor.

Outro foi, todavia, o entendimento da maioria PSD — o Governo, numa atitude lamentável que diz bem do seu interesse por este problema, nem sequer se fez representar — acabando por se refugiar numa alegada inexequibili-



Sousa a afirmar que os reformados e pensionistas «não querem um Governo caridoso», antes reclamam «uma política social com dimensão solidária que não os obrigue a estender a mão».

de real e orçamental, apesar de reconhecer que as reformas e pensões são baixas, para confinar a resolução do problema à promessa de criação de comissários de pobreza e de acções parciais de atendimento aos pobres e às situações mais gritantes e insustentáveis.

Uma postura que não deixaria de suscitar violentas críticas por parte da bancada do PCP, levando Jerónimo de

«É a distância exacta entre quem defende a solidariedade e quem se fica pela caridade», observou ainda a propósito Jerónimo de Sousa, antes de concluir que para o Governo atender às justas reivindicações desses estratos mais desfavorecidos, teria primeiro de «abdicar da sua política que favorece quem mais tem e quem mais pode, os interesses de grupo e do privilégio».

Escândalo «Gládio» vai ao Parlamento

O caso «Gládio», organização secreta que esteve envolvida em acções de carácter terrorista e cujos tentáculos terão chegado ao nosso País, segundo notícias vindas a público, vai ser levado amanhã, sexta-feira, à Assembleia da República.

A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP e vai ser objecto de tratamento na sessão de perguntas ao Governo a realizar naquele dia, pretendendo-se deste modo que o Executivo, embora com atraso, preste esclarecimento sobre um caso que está a assumir as proporções de escândalo internacional, facultando à opinião pública as informações a que esta tem direito.

A «Gládio», recorde-se, é uma organização secreta criada e coordenada durante anos pelo Comando Supremo da NATO, que, segundo notícias publicadas pelo diário espanhol «El País», esteve envolvida em acções de carácter terrorista que são tema de inquéritos em alguns países europeus.

A gravidade das acusações formuladas é de tal ordem que motivou já tomadas de posição dos primeiros-ministros da Bélgica e da Itália, do secretário geral da NATO e do comandante do SHAPE, tendo o Parlamento Europeu, por sua vez, condenado igualmente de forma enérgica o funcionamento clandestino da «Gládio», instalada em muitos paí-

ses com a cumplicidade dos respectivos governos.

Motivo de preocupação para a bancada comunista é também, por outro lado, a decisão do Conselho de Ministros de pôr termo à existência da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

Uma decisão que foi recebida com «surpresa e apreensão» pela bancada do PCP, como salienta uma nota do seu Gabinete de Imprensa, uma vez que em causa está o trabalho relevante realizado por aquela Comissão, nomeadamente no tocante à clarificação dos factos ocorridos ao longo de quase meio século de história e à divulgação dos crimes cometidos pelo fascismo.

A medida afigura-se ainda mais inaceitável, na perspectiva dos parlamentares comunistas, na medida em que os Arquivos do Fascismo permanecem fechados, o que leva a concluir legitimamente que, em vez de facilitar o trabalho de aprofundamento do estudo da história do fascismo, o Governo PSD acaba de tomar uma iniciativa que o dificulta.

Em face desta situação, uma delegação do Grupo Parlamentar comunista, constituída pelos deputados Carlos Brito, Miguel Urbano Rodrigues e António Filipe, avistou-se já, a solicitação sua, com a Comissão e o seu presidente, Prof. Vitorino Magalhães Godinho.

Honrando os seus compromissos

PCP apresenta projectos em defesa dos trabalhadores da Madeira

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na última semana na Mesa da Assembleia da República cinco projectos de lei versando matérias específicas relacionadas com a Madeira, honrando deste modo o compromisso assumido perante os madeirenses durante as Jornadas Legislativas realizadas recentemente naquela Região Autónoma.

Dados a conhecer em conferência de imprensa a que estiveram presentes os deputados Odete Santos, José Manuel Mendes e Júlio Antunes, os projectos estão intimamente relacionados com problemas sociais da região, como é o caso do que se refere ao trabalho no domicílio, elaborado com vista a pôr fim à querela no que toca à sindicalização e à Contratação Colectiva.

Não obstante ser exactamente o único que não se dirige especificamente à Madeira, como fez notar aos jornalistas Odete Santos, aquele diploma teve a sua génese numa situação muito concreta vivida nessa Região Autónoma. Trata-se da situação das «bordadeiras de casa» da Madeira, privadas do direito à contratação colectiva e a quem não se reconhece o direito à sindicalização.

Conforme foi salientado, foi com base na análise jurídica da situação contratual destas trabalhadoras que os parlamentares comunistas elaboraram o projecto-lei, no qual se assegura o direito à sindicalização e à contratação colectiva a todos os trabalhadores no domicílio em situação de dependência

económica do dador de trabalho, interpretando-se tal dependência, de acordo com o articulado do diploma, «sempre que a actividade do trabalhador preencha um dos segmentos do ciclo produtivo da empresa».

Sucede, como foi recordado, que «interpretações desajustadas» da Lei Geral do Trabalho, têm conduzido à exclusão dos trabalhadores domiciliários da protecção do Direito do Trabalho, «quer porque não se reconhece a existência de subordinação jurídica do trabalhador ao dador de trabalho, quer porque os princípios das leis de trabalho não são consideradas aplicáveis àqueles trabalhadores».

Aperfeiçoar legislação sobre extinção da colónia, constitui, por sua vez, o objectivo de um outro projecto-de-lei visando-se neste caso, por um lado, resolver os problemas de alguns colonos rendeiros que estão praticamente impossibilitados de exercer o direito de remição — por motivos de questões processuais que a lei em vigor não resolve — e, por outro, desbloquear os processos de quantos não conse-

guem efectuar o registo predial da propriedade que remiram.

O aumento brutal do custo de vida na Madeira, superior ao existente no resto do País, como comprovam os índices oficiais sobre as taxas de inflação, justificou, por seu lado, a elaboração de um terceiro projecto da bancada comunista, onde se defende que o salário mínimo para a Região não poderá ser igual ao Continente.

Nesse sentido, preconiza-se um acréscimo de 15 por cento para o salário mínimo na Madeira, no ano de 1991, devendo no futuro o salário ser adaptado à Região de acordo com a comparação dos índices de inflação do Continente e da Madeira.

Mas se o aumento do custo de vida tem afectado, como frisou Odete Santos, de uma maneira dramática os pensionistas e reformados do Continente, a verdade é que este brutal agravamento na Região tem colocado em situação ainda mais dramática os pensionistas madeirenses.

Para obviar a esta situação, tendo como base as considerações já atrás referidas, os deputados comunistas subscreveram ainda um outro projecto-de-lei, em que propõem que o quantitativo das pensões e reformas seja, no próximo ano, superior em 15 por cento ao montante das mesmas no Continente.

Atribuir aos trabalhadores da Administração Regional e Local das Regiões Autónomas um acréscimo de 15 por cento nos seus salários, colocando-os assim em pé de igualdade com os trabalhadores da Administração Central das Regiões Autónomas, que vêm já acrescidos os seus vencimentos com essa percentagem relativamente aos trabalhadores do Continente, constitui, por último, o objecto do quinto projecto-de-lei agora apresentado na Mesa da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Duração do Serviço Militar

PCP reclama divulgação dos estudos

O deputado comunista João Amaral entregou terça-feira um requerimento dirigido ao ministro da Defesa Nacional, reclamando a entrega à Assembleia da República dos «estudos elaborados pelas Forças Armadas e pareceres emitidos pelas chefias militares», nos quais o Governo alega ter-se baseado para apresentar a proposta de redução do tempo de Serviço Militar Obrigatório para 4 meses a partir de 1992.

Na justificação do requerimento, o deputado João Amaral salienta que «ao contrário do que seria de esperar, os estudos não foram remetidos à Assembleia juntamente

com a proposta de lei», acrescentando que «esses estudos e pareceres não são propriedade pessoal do Ministério», pelo que «devem ser facultados à Assembleia».

No requerimento, o deputado comunista recorda que houve mais que uma versão desses estudos, já que, por insistência do ministro, as Forças Armadas tiveram de alterar o conteúdo e conclusões dos estudos, até chegarem aos quatro meses de duração. Por isso mesmo, o deputado requer as várias versões dos estudos feitos pelas Forças Armadas.

PCP

Recensear problemas para melhor intervir em defesa das populações

Por iniciativa da DOR de Braga do PCP, com o apoio do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República, realizaram-se nos passados dias 23, 24 e 25 de Novembro as Jornadas Legislativas do PCP do distrito.

Proceder a um levantamento dos problemas da região nas áreas da agricultura, indústria têxtil e outros sectores em crise, das condições de vida dos trabalhadores e das populações, do estado da saúde, do ensino, da cultura e ambiente, constituiu um dos objectivos centrais destas Jornadas, que contaram com a presença dos deputados comunistas Álvaro Brasileiro, António Filipe, Ilda Figueiredo, José Manuel Mendes, Júlio Antunes, Paula Coelho e Victor Costa.

Acompanhados por dirigentes e quadros locais do PCP, os deputados comunistas deslocaram-se aos concelhos de Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Espoende, Fafe, Guimarães, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão e a localidades como Apúlia, Arco de Baúlhe e estância termal do Gerês, onde, quer pela observação da situação, quer pela informação recebida em visitas e encontros, recolheram importantes elementos documentais, cuja utilidade não se confina à realização de um diagnóstico mais amplo e rigoroso da situação económica, sociocultural e ambiental, antes fundamenta uma intervenção diversificada quer na Assembleia da República, quer noutras instâncias, para a resolução dos problemas existentes.

Desta acção política do PCP na região, sem sombra de dúvida um dos mais importantes acontecimentos políticos no distrito nas últimas semanas, resultou não apenas a confirmação já feita pelo PCP sobre a gravidade de inúmeras situações na região, como ainda a responsabilidade evidente da política governamental pelo seu aprofundamento.

A longa lista dos problemas recenseados, com destaque para as questões sociais, a situação dos trabalhadores da região do Vale do Ave, os problemas do desenvolvimento do distrito, irá ser objecto da intervenção mais habilitada do PCP que, para além da sua denúncia pública, preparará medidas específicas e propostas de solução na Assembleia da República e pressionará noutras instâncias para que sejam dadas respostas adequadas que façam frente a uma crise indesmentível, melhore a situação dos trabalhadores e do povo, contribua para a promoção do desenvolvimento.

Honrar compromissos

Nesse sentido, foi afirmado nas Jornadas, o PCP irá honrar o compromisso sempre assumido e respeitado, aguardando que no distrito, como na Assembleia da República e no Governo «as restantes forças políticas assumam os seus».

Neste contexto deve, aliás, ser apreciado o anúncio feito no decorrer dos trabalhos de que o PCP apresentará na discussão do Orçamento do Estado, actualmente em curso, propostas de reforço de verbas de cerca de um milhão de contos para os projectos contemplados na proposta governamental, do mesmo modo que protestará contra a ausência de verbas



Agricultores há, em Braga, que mantêm toneladas de cebola armazenada ou enterrada, enquanto os mercados continuam inundados de cebola espanhola

e projectos de que o distrito tanto carece.

Revelado foi ainda o propósito dos parlamentares comunistas — através de requerimentos, declarações em plenário ou nas comissões especializadas — chamarem a atenção para muitos dos problemas do distrito, transmitindo as reclamações ouvidas durante os seus contactos na região.

Resumidamente, anotam-se de seguida alguns dos encontros efectuados e, bem assim, as situações mais graves constatadas pelos deputados do PCP, muitas delas a serem objecto de intervenções futuras no decorrer da presente Sessão Legislativa.

Crise no têxtil

Na área do trabalho, realizaram-se encontros com os sindicatos dos Metalúrgicos, Têxteis e Calçado, Construção Civil, 6 comissões de trabalhadores, União dos Sindicatos de Braga, além de contactos com trabalhadores das fábricas Bugio, Cavalinho,

Hortas e Lopes Correia. Os deputados do PCP participaram ainda no encontro sobre a situação da indústria têxtil e o desenvolvimento do Vale do Ave, que juntou mais de 300 trabalhadores no salão da junta de freguesia de Riba d'Ave.

Deste conjunto de iniciativas, retiraram uma informação muito viva e real quanto à situação laboral no distrito, nomeadamente quanto ao crescimento brutal do trabalho precário nas suas mais variadas formas, a falta de liberdades, a repressão e outras limitações ao exercício da actividade sindical numa grande maioria das empresas do distrito e quanto à situação de muitos milhares de trabalhadores, particularmente no sector têxtil, vítimas do desemprego, do encerramento de empresas ou do processo de modernização e reestruturação.

com o encontro de trabalho com a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) permitiram a recolha dos muitos motivos de angústia e protesto dos pequenos e médios agricultores da região.

Além das razões gerais, das dificuldades do crédito, do subsídio do gasóleo e do alto preço dos adubos e outros factores os agricultores confrontam-se com o problema das quotas leiteiras, da entrada em vigor para breve das tabelas classificativas do leite e a liberalização das importações que estão a impedir o escoamento de produções da região, como a carne de bovino, a cebola e outros hortícolas.

Há toneladas de cebola armazenada ou ainda enterrada, enquanto os mercados estão a abarrotar de cebola espanhola. Sobre estas situações irão ser feitos requerimentos na AR dando seguimento às reclamações ouvidas nestes contactos.

Em matéria de ensino, as visitas a várias escolas e reuniões com os respectivos conselhos directivos, bem como a reunião com a delegação de Braga do Sindicato dos Professores do Norte permitiram o levantamento local de situações que vão desde à rotura financeira das escolas (devido ao corte governamental de 20% nos seus orçamentos de funcionamento) impedindo-as de pagar sequer a água e electricidade nos últimos meses do ano, até outras situações generalizadas de superlotação, falta de cantinas e de pavilhões gimnodesportivos, falta de pessoal auxiliar, falta de segurança na escola e nos acessos, etc.

Carências na saúde

Quanto à saúde, foram anotadas e confirmadas as carências no distrito: graves problemas na área dos cuidados primários, o deficiente funcionamento de alguns centros de saúde e a falta de médicos de família (só na cidade de Braga há 50 mil habitantes sem médico de família), a demissão do Estado de construir mais um hospital na capital do distrito, são alguns dos problemas que suscitaram a intervenção do PCP na Assembleia da República.

Cultura, ambiente, paisagem e património constituíram outras áreas desenvolvidamente tratadas nas jornadas, tendo sido constatada a falta de apoios governamentais, tanto financeiros como técnicos, o não cumprimento dos compromissos assumidos pelas entidades tutelares para com associações e colectividades cuja acção desenvolvida é da maior importância e significado para o distrito.

Em face disto, os deputados comunistas vão levar ao



As Jornadas Legislativas do PCP concluíram que não é despedindo os trabalhadores por inaptidão, mas promovendo a sua formação e reciclagem, que se garante a modernização e o aumento da produtividade

Parlamento um conjunto de iniciativas no sentido de, nomeadamente:

— reclamar a atribuição de um subsídio regular ao Grupo Teatro Cena e a consagração de verbas para a recuperação do Teatro Circo;

— concretização dos subsídios prometidos à Sociedade Martins Sarmento, cuja falta de meios técnicos e financeiros não permite o adequado tratamento do seu riquíssimo espólio;

— apoio financeiro para as iniciativas da Casa-Museu de Camilo Castelo Branco, designadamente para edições e para a abertura ao público de um maior número de horas diárias.

No que respeita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, ameaçado de desclassificação por instâncias internacionais, os contactos havidos quer com a população, a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, e a Associação Ecológica «Lírios do Gerês», como o encontro com o director do PN da Peneda-Gerês permitiram importantes conclusões e confirmações para a intervenção dos deputados do PCP em defesa do parque.

Nesse sentido, serão desencadeadas acções para reclamar ou pressionar o encerramento imediato da fronteira da Portela do Homem, o cumprimento da legislação que proíbe a caça na sua área, a criação de um serviço especial de combate aos incêndios, o reforço efectivo de meios humanos para o serviço de vigilância do parque e a recuperação das casas de abrigo e a pavimentação das estradas florestais.

Da visita à área protegida do litoral de Espoende, resultou o compromisso de intervenção na AR para pressionar a nomeação urgente do director da APPLE, pondo termo ao vazio de funcionamento desta área e impedir a destruição a que se assiste. De acordo com reclamações ouvidas, defender-se-á, igualmente, o alargamento da respectiva área.

Vão igualmente ser estudadas propostas no sentido da conservação e classificação do edifício onde funciona a escola primária Rodrigues Faria de Forjães (Espoende) e a construção de um novo edifício para funcionamento da escola primária, libertando aquele imóvel para centro de cultura.

A situação no rio Este e na maior parte dos cursos de água fortemente poluídos que percorrem o distrito, será também levantada na Assembleia, tanto no sentido da ur-

gência de medidas como da afectação de verbas para o combate à situação. Merecerá ainda o alerta dos deputados do PCP o facto de que quer o Este quer o Ave serem os únicos abastecedores da água de consumo das populações do Vale do Ave, pelo que a abertura de novas captações é uma necessidade urgente no distrito.

Problemas juvenis

Em resultado dos encontros com a Associação de Estudantes da Escola Sá de Miranda, com uma delegação da Interjovem do distrito e a Comissão Pró-Conselho Municipal da Juventude de Guimarães, constatou-se uma grande consensualidade de posições sobre os principais problemas juvenis.

Na AR será feita uma declaração sobre alguns deles, nomeadamente, a falta de apoios ao associativismo juvenil, a não existência de qualquer escola com frequência do 12.º ano diurno e o não cumprimento, por parte das empresas, do estatuto do estudante-trabalhador.

Das reuniões com as juntas de freguesia de Riba d'Ave, Vilar da Veiga, Ferreiros, Cabreiros e S. Pedro de Oliveira, anotaram-se, entre outras, as queixas quanto à falta de meios para exercerem as suas funções. O PCP já tomou uma iniciativa sobre esta questão e reafirmou pela voz dos seus deputados o seu total apoio às reclamações da ANAFRE e da ANMP perante o poder central.

Outras iniciativas legislativas estão já, entretanto, em preparação conforme foi divulgado nas jornadas, a saber:

— projectos de lei para elevação a vila das localidades de Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto), Caldelas (Amares) e Vilar da Veiga (Terras de Bouro);

— requerimento sobre a desactivação da linha do Tâmega, reclamando a sua reabertura;

— declarações no plenário ou nas comissões específicas sobre o Tribunal de Trabalho de VN de Famalicão (actualmente a funcionar em instalações altamente degradadas, o que exige a sua transferência urgente para novas instalações) e sobre a situação das dívidas no distrito à segurança social, mais de 18 milhões de contos, num crescimento superior a 1 milhão por ano, sem que os devedores cumpram os acordos celebrados com o CRSS para a sua liquidação.

Terra

As negociações da 2.ª etapa do período de transição da agricultura portuguesa

Em encontro com a imprensa na passada quinta-feira, os camaradas Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Lino de Carvalho, deputado do PCP, expuseram aos jornalistas as críticas que a política governamental relativa à agricultura suscita ao Partido Comunista Português, nas vésperas da 2.ª etapa do período de transição da integração comunitária. Ao mesmo tempo foi distribuído à imprensa um texto que, pela sua importância, publicamos na íntegra.

No próximo dia 1 de Janeiro a agricultura portuguesa entra na 2.ª etapa do período de transição da integração comunitária com o início da aplicação plena de todos os regulamentos e disciplinas comunitárias para as produções que estão no regime de transição por etapas (cereais, incluindo o arroz, frutas e legumes frescos, vinho, leite e produtos lácteos, carne de bovino, carne de suíno, aves e ovos) e que correspondem a cerca de 90% da produção agrícola nacional.

Simultaneamente, vão começar a sentir-se os efeitos da revisão dos acordos do GATT, com o início do processo de liberalização do comércio mundial.

Face a este quadro de duplo condicionamento para a agricultura e os agricultores portugueses, importa responder a duas questões:

1.ª — Se no final dos primeiros cinco anos de adesão à CEE a agricultura portuguesa está mais forte e em condições de enfrentar a plena integração comunitária?

2.ª — Se as negociações conduzidas pelo Governo português permitem encarar a 2.ª etapa com um mínimo de tranquilidade e dizer que os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses foram suficientemente defendidos?

A nossa resposta a estas questões é um duplo não!

Não houve modificações estruturais, tendo-se desbaratado os financiamentos comunitários em projectos e programas avulsos sem uma orientação global para o desenvolvimento da agricultura e com a marginalização da maioria dos agricultores portugueses.

Não se conseguiram medidas globais para a 2.ª etapa de adesão que defendam o futuro da agricultura e os rendimentos dos agricultores portugueses, sem prejuízo de alguns aspectos sectoriais positivos.

Estagnação e agravamentos

Especificando quanto ao balanço dos primeiros cinco anos:

— **Estagnação da produção agropecuária com agravamento do défice alimentar do País** no final dos primeiros cinco anos da adesão. Só na primeira metade deste ano a dependência alimentar agravou-se em quase 20%;

— **Diminuição dos rendimentos dos agricultores ao ritmo de 4% ao ano** segundo os próprios dados oficiais da

RICA (Rede de Informações e Contabilidade Agrícola do MAPA) que, devido à base de amostragem (só explorações com contabilidade), apresenta até resultados melhores que a realidade;

— **Desnecessária liberalização das importações**, designadamente quanto aos hortofrutícolas, carne de bovino e carne de suíno;

— **Desbaratamento de vultuosos meios financeiros**, comunitários e nacionais, sem terem produzido qualquer transformação estrutural visível devido à ausência de uma política de orientação do investimento. Basta dizer que 68% dos 77,2 milhões de contos investidos ao abrigo do Reg. (CEE) 797/85 foram destinados a mera substituição de equipamentos e a construtores, e somente 7,8% a melhoramentos fundiários, 10% a novas plantações e 8,3% ao aumento e melhoria do efectivo pecuário;

— **Agravamento das desigualdades no interior da própria agricultura**. As explorações com menos de 5 hectares, que representam 86% do total das explorações do País, só beneficiaram de 12% do investimento;

— **Agravamento das desigualdades regionais**. Enquanto os grandes proprietários do Alentejo e Ribatejo absorvem 50% do total do investimento, Trás-os-Montes só beneficia de 10,9%, a Beira Litoral 7,1%, a Beira Interior 6,3%, o Algarve 6,7%.

Quanto às negociações para a 2.ª etapa:

Apresentadas como uma vitória pelo Governo português enquanto não se conheciam os textos concretos negociados, a realidade está muito longe de corresponder aos sucessos apreendidos.

Vejamos:

— **Aceleração do aprofundamento do processo de integração da agricultura portuguesa na PAC** através da não derrogação da aplicação a Portugal de disciplinas e regulamentos comunitários, como no caso do leite, dos cereais, das frutas e da carne de bovino;

— **Aplicação desde já de disciplinas de produção em áreas em que somos altamente deficitários**, como os cereais, sem entretanto se ter preparado e negociado um programa alternativo de apoio ao reordenamento das culturas e à reconversão e ao desenvolvimento de culturas alternativas;

— **Aplicação de taxas de co-responsabilidade em produções como os cereais, nas quais não contribuímos**

em nada para os excedentes comunitários. Isto é, os agricultores portugueses passarão a ser penalizados em 3% (cerca de 1\$20/kg) sobre o preço de intervenção, pagando os excedentes gerados noutros países;

— **Não há garantias escritas da não aplicação durante a 2.ª etapa das normas de qualidade para as frutas**, o que significa impedir-se a comercialização da fruta de categoria III que representa cerca de 60% da produção nacional;

— **Aplicação de uma quota leiteira** de 1,9 milhões de toneladas, que impede a expansão do efectivo pecuário nacional, da produção leiteira e do consumo *per capita* para os níveis médios da Comunidade. O facto de, na reunião do Conselho de Ministros da CEE, o Governo português ter aceite uma cláusula que estabelece a impossibilidade de um aumento futuro da quota, mais vem agravar este quadro;

— **Não aproveitamento das derrogações previstas no Artigo 372.º do Tratado de Adesão que nos permitiriam reter os MCA** (Montantes Compensatórios de Adesão) referentes aos cereais **por um prazo de 2 anos, o que vai traduzir-se em transferências evitáveis do Orçamento de Estado para o Orçamento Comunitário;**

— **Não aplicação em Portugal (por recusa do Governo português) do regime de ajudas transitórias aos rendimentos agrícolas** que têm como objectivo «apoiar o esforço de ajustamento das explorações agrícolas familiares debilitadas no contexto da reforma da PAC pelas novas situações dos mercados e que, devido à sua situação económica e estrutural, não se encontram em condições de levar a bom termo, por si sós, o processo de adaptação»;

— **Não reforço do PEDAP** (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) **a que se junta a insuficiência das dotações no Orçamento de Estado referentes à contrapartida nacional**, o que está a levar à paralisação de projectos de investimento, como no caso do Plano de Acção Florestal. Por outro lado, mantém-se o atraso no pagamento dos apoios aos agricultores, como nas ajudas à produção de azeite, em que ainda não foi paga a totalidade dos subsídios de 86/87;

— **Não criação de um novo programa específico de apoio à agricultura portuguesa ou criação de medidas de salvaguarda para fazer face às consequências da revisão dos acordos do GATT.**

Balanço negativo

A esta situação há a juntar o facto de não se vislumbrarem da parte do Governo medidas com vista a aproximar os preços dos custos da produção nacionais aos comunitários.

O preço do gasóleo, da água para a rega, da electricidade, dos alimentos para o gado, taxas de juro, são superiores em 20 a 30% aos preços médios que os agricultores da Comunidade pagam e, nalguns casos, como no gasóleo, são mesmo os mais caros de toda a Comunidade. O previsível aumento do subsídio de gasóleo para a agricultura previsto no Orçamento de Estado/91 vai ser praticamente todo absorvido pelo novo aumento de preços decorrente da extinção do Imposto de Compensações, que a agricultura não pagava.

Baixam-se os preços ao produtor com o argumento de que há que aproximá-los dos valores comunitários, mas não se faz o mesmo para os preços dos factores de produção.

O balanço globalmente negativo que fazemos do resultado final das negociações não significa que não se tenham verificado alguns aspectos pontuais positivos.

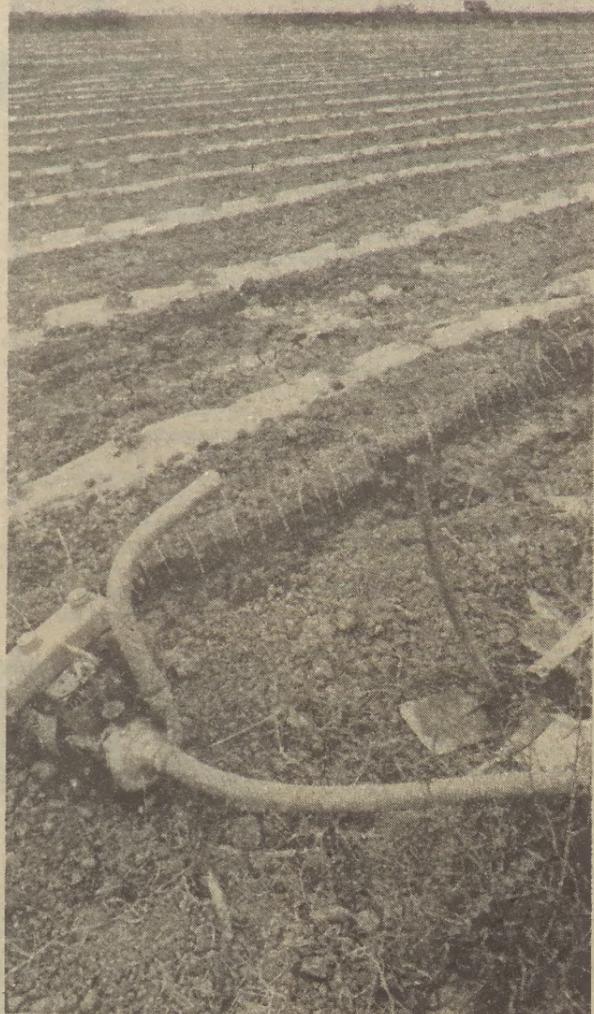
É o caso dos prémios à produção de novilhos de engorda e vacas de aleitamento; o aumento da quota de tomate e tabaco; o apoio ao consumo de azeite (sendo, no entanto, de assinalar a injustiça da sua não aplicação durante os últimos 5 anos, em que Portugal tinha o azeite mais caro da Europa e o subsídio à produção mais pequeno); um regime para o vinho que nos isenta na prática da destilação obrigatória; e o alargamento dos Mecanismos Complementares de Troca a produtos sensíveis como os cereais, carne de bovino e suíno, frutas e hortícolas, embora constituam em geral mecanismos insuficientes de protecção do mercado nacional face aos produtos comunitários da agropecuária, até dada a ineficácia global já referida da 1.ª etapa em termos de melhoria na produtividade, qualidade e circuitos de comercialização da produção nacional.

O Conselho de Ministros da Agricultura não aprovou muitas das melhorias sugeridas pelo Parlamento Europeu.

Deve sublinhar-se o papel importante da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu pelo conjunto de propostas de emendas que fez à versão dos documentos apresentados pela Comissão.

Nesse trabalho o deputado comunista Joaquim Miranda fez um conjunto significativo de propostas que tiveram um generalizado apoio da Comissão de Agricultura e posteriormente do próprio Parlamento Europeu. Merecem referência, pela sua importância para a agricultura portuguesa, as seguintes:

— a introdução no Considerando referente à fixação de Quantidade Global Garantida — Quotas Leiteiras, de um acréscimo que condiciona esse valor à necessidade de assegurar para Portugal uma evolução do efectivo pecuário,



produtividade e capitação de produtos lácteos, para níveis próximos dos valores médios da Comunidade;

— relativamente à produção de cereais, o estabelecimento no Considerando da salvaguarda de que da aplicação das medidas não podem ocorrer rupturas sociais, devendo ser acompanhadas de ajudas estruturais que garantam a viabilização e a modernização da agricultura;

— também neste sector dos cereais a proposta de que a degressividade das ajudas aos produtores só deveria começar na campanha de 96/97, com a proposta de que o FEOGA deveria garantir 75% do valor das ajudas, e a não aplicação da taxa de co-responsabilidade suplementar.

Infelizmente o Conselho de Ministros da Agricultura não consagrou muitas dessas medidas, retomando algumas formulações mais negativas propostas pela Comissão. Se se viu alargado o âmbito dos produtos abrangidos pelos MCT, não se conseguiu, como já referimos, impedir o pagamento das taxas de co-responsabilidade suplementar, a não retenção pelo Estado português dos MCA respeitantes aos cereais, não ficou preto no branco a possibilidade de circulação de fruta de categoria III durante a 2.ª etapa, não se conseguiu o pagamento pelo FEOGA de 75% para as ajudas aos cereais, que ficou nos 65%. Viu-se agravada a situação do sector leiteiro com uma cláusula que bloqueará qualquer futura alteração da Quota. **Não foi portanto um grande desempenho o do Governo português no Conselho de Ministros da Agricultura.**

Aliás, nada podia augurar um bom negócio, com um negociador — o Estado português — que antes das negociações fechadas propagan-

deava já por todo o mundo e sem qualquer razão, os grandes resultados conseguidos. O previsível aconteceu. O resultado é mau e só não é pior pelo trabalho do Parlamento Europeu.

Esta opinião mais se reforça quando lemos como conclusões do Relatório da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, que:

«As medidas propostas pela Comissão para a 2.ª etapa de Adesão, conjuntamente com o prosseguimento da modernização da agricultura portuguesa, obrigarão os agricultores portugueses a um esforço adicional que se repercutirá, sem dúvida, de forma negativa nos seus rendimentos, já de si bastante baixos na maioria das situações.

(...)

Com o início da 2.ª etapa Portugal vai assim pagar proporcionalmente mais ao FEOGA do que fora previsto nas negociações da Adesão. Se, para além destes reflexos, ainda houver que enfrentar uma diminuição dos subsídios à produção por força do acordo GATT, Portugal será duplamente afectado, ao que se adicionará ainda o possível aumento dos preços da mandioca e da soja que o País importa em avultadas quantidades.»

Só a luta dos agricultores travará o prosseguimento desta ruínoza política agrícola.

Só uma política diferente com um Governo democrático terá possibilidades de enfrentar com êxito os escolhos e a pressão da PAC, aproveitar as potencialidades abertas pelos fundos estruturais e dar vazão à capacidade e energia dos trabalhadores agrícolas e dos agricultores para a transformação da agricultura portuguesa.

29 de Novembro de 1990

Nacional

Comissão do Livro Negro

Quem tem medo da verdade sobre o regime fascista?

Quem tem medo da verdade sobre o regime fascista? A interrogação é colocada pela URAP aos órgãos de soberania, aos partidos políticos e à opinião pública, num comunicado onde comenta «com justificada apreensão» a recente decisão do Governo de extinguir a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

A decisão foi tomada no Conselho de Ministros de 22 de Novembro e tem efeito a partir de 31 de Março próximo.

O Conselho Directivo da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, num comunicado de quinta-feira passada, afirma que «o argumento falaz de terem decorrido 16 anos após o derrube do regime fascista e de ser tempo de confiar aos historiadores a investigação de meio século de História Contemporânea de Portugal não explica que se interrompa um trabalho de pesquisa que escrupulosamente se limitava à publicação de documentos», num total de mais de duas dezenas de volumes.

A Comissão - sublinha-se no comunicado - «não publicava textos de opinião ou interpretativos, editava documentação. Documentação que, segundo a autorização legal que regia a sua missão, saía do silêncio temporal dos arquivos para ficar à disposição da opinião pública, dos investigadores, dos historiadores».

Para a URAP, a decisão do Governo, «de que o ministro Dias Loureiro se constituiu promotor e defensor, parece confundir a publicação de documentos e os trabalhos, que,

fundamentados nas fontes históricas, venham a ocupar os historiadores».

A publicação de documentação relativa ao período do «Estado Novo» - afirma a URAP - «reveste-se de incontestável interesse histórico, político e de pedagogia cívica. Difícilmente se concebe que a consolidação democrática da vida nacional não tenha como alicerce o conhecimento do passado tota-

litário recente, a consciência esclarecida daquilo que foi o regime fascista em Portugal», para o que contribuía a actividade da Comissão.

No comunicado da URAP, assinado por Alcina Bastos, recorda-se que «na intenção de divulgar a decisão do Governo, nalguns casos com antecipação, houve órgãos de comunicação social que, além do enganador argumento de ficar aberto o caminho aos historiadores, citaram verbas dispendidas pela Comissão que não correspondem à realidade». A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses comenta, a propósito: «Dir-se-ia, desse alvoroço, que a actividade da

Comissão do Livro Negro desagravava a muitos e a muitos perturbava».

Verdade para a democracia

A URAP realça que «o silêncio sobre o fascismo, o obscurantismo cultural, a repressão política, o terrorismo policial do período salazarista está na lógica de uma ressurreição dos valores autoritários, da violência reaccionária, do racismo», e deixa um alerta: «A verdade sobre o regime fascista é condição da construção, em liberdade, de uma verdadeira democracia».



O conhecimento da verdade sobre o fascismo é condição da construção, em liberdade, de uma verdadeira democracia — afirma a URAP, que vê com justificada apreensão a extinção pelo Governo da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista

Agricultores de Viseu criam associação regional

Dezenas de agricultores debateram em Viseu os problemas da agricultura, numa reunião organizada pela comissão promotora da Associação Regional de Agricultores e onde foram aprovados os estatutos da ARALVIS e foi eleita a sua comissão instaladora.

Os agricultores reunidos em Viseu no dia 25 de Novembro consideraram inadequado e de um montante irrisório o subsídio de gasóleo, que desde 1985 se mantém em 21\$50 por litro. Desde então, aquele combustível aumentou de 66 para 103 escudos. Da reunião saiu uma proposta para a actualização do subsídio para 43 escudos/litro.

Joaquim Casimiro, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura, presente na reunião como convidado, falou sobre a segunda etapa da adesão à CEE e as suas implicações para a agricultura nacional. Alertou para o facto de algumas questões referentes às negociações provocarem um

distanciamento ainda maior face à agricultura dos outros países da CEE, deixando para Portugal um papel puramente marginal na agricultura europeia e trazendo novos e pesados sacrifícios para centenas de milhares de explorações e empresas agrícolas portuguesas.

Fortemente vinculada - como refere uma nota de imprensa da comissão instaladora da ARALVIS - ficou a ideia de que os agricultores se movimentarão em defesa dos seus direitos e interesses.

É nessa perspectiva que se insere a criação da Associação Regional de Agricultores de Viseu, que pretende vir a ter um papel importante na defesa dos direitos e interesses de todos aqueles que venham a ser seus associados, através de acções e actividades comuns.

Da comissão instaladora da ARALVIS fazem parte agricultores, técnicos e dirigentes associativos de Tarouca, Mangualde, Nelas, Viseu, São Pedro do Sul, Farminhão, Mortágua, Vouzela e Tondela.

Carlos Carvalhas com associações de deficientes

O secretário-geral adjunto do PCP e candidato à Presidência da República encontrou-se na passada segunda-feira com dirigentes de associações de deficientes. No encontro, que se realizou no fim da tarde na sede da Associação Portuguesa de Deficientes, Carlos Carvalhas fez uma intervenção de que aqui ficam alguns extractos.

«Deixemos aqui registado o alto apreço que a minha candidatura e o meu Partido têm pelas associações de deficientes que, ao longo de sucessivos anos nas mais difíceis condições de sobrevivência, tiveram a coragem de levantar, firmemente, a bandeira

reivindicativa dos deficientes portugueses.»

(...)

«Mesmo nos enunciados básicos, como no Art.º 71.º, alínea 3, quando se afirma textualmente "O Estado apoia as associações de deficientes", a prática do actual Go-

verno trai, de forma inequívoca, o espírito da Lei Fundamental. As associações, verdadeiramente formadas por deficientes e para deficientes, têm sido obrigadas a suportar dolorosos cercos das mais diferentes naturezas, políticas, administrativas, financeiras, etc.

«É necessário que se cumpra o art.º 71.º da Constituição: que o Estado se obrigue a realizar uma efectiva "política nacional de prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos deficientes; a desenvolver uma pedagogia que

sensibilize a sociedade quanto aos seus deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo de efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores».

Mas acaso é isto que se passa?

Atente-se nos acidentes de trabalho. Nos verdadeiros crimes que são os acidentes no trabalho infantil, no acréscimo dos acidentes de trabalho e no não cumprimento das mais elementares regras de higiene e segurança com a complacência do Executivo...»

(...)

«Compartilhamos as dúvidas expressas por muitos deficientes quanto à vontade política do Governo de regulamentar e pôr em prática a Lei 9/89 que bem poderia, a ser cumprida, constituir a base, com dimensão sócio-cultural e humanista, de um verdadeiro plano orientador de integração do deficiente português. Mas muitas das leis que este Governo tem feito ficam-se pelo papel, sempre que apresentam algum conteúdo social. Destinam-se a responder às exigências da propaganda que procura ocultar os verdadeiros interesses do poder.»



As associações de deficientes têm levantado com coragem e nas mais difíceis condições de sobrevivência a bandeira reivindicativa dos deficientes portugueses — sublinhou Carlos Carvalhas no encontro na APD (na foto, o 1.º Congresso dos Deficientes, em Abril de 1980, na FIL)

No Natal



ofereça
livros

Comunidade Europeia

Futuro da Comunidade debate-se em Roma

No próximo dia 14 de Dezembro terão início em Roma as duas Conferências Intergovernamentais sobre a União Política e a União Económica e Monetária da Comunidade Europeia. Duas iniciativas a realizar em paralelo, tendo como elo de ligação os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros, a que se atribui a maior importância, malgrado até ao momento persistirem as indefinições (e contradições) quanto aos reais objectivos da primeira e, em relação à segunda, serem cada vez mais notórias as tendências para a sua redução à liberalização de capitais com a subalternização da sempre tão falada como adiada coesão económica e social.

No Conselho Europeu de Outubro último, realizado em Roma, foram delineadas as linhas mestras que deverão presidir às Conferências Intergovernamentais do próximo dia 14. De acordo com as conclusões da Presidência, o Conselho Europeu reiterou a sua vontade de «transformar progressivamente a Comunidade numa União Europeia, desenvolvendo a sua dimensão política, reforçando a sua capacidade de acção e alargando a sua competência a outros sectores», enquanto entende a União Económica como «um sistema de mercado aberto que conjugue a estabilidade de preços com o crescimento, o emprego e a protecção do meio ambiente». Quanto à União Monetária, considera-se que ela passa pela «criação de uma nova instituição, constituída pelos Bancos Centrais nacionais e por um órgão central, com plena responsabilidade pela política monetária».

Ambos os processos têm vindo a ser desenvolvidos - pelo menos no que diz respeito a Portugal - com uma insuficiente participação das forças

políticas e dos parceiros sociais. Um debate apressado na Assembleia da República, uma informação do Primeiro-Ministro aos partidos da oposição sobre as conclusões do Conselho Europeu de Roma, é manifestamente pouco para a importância do que está em causa.

Na verdade, os parlamentos nacionais terão tido uma noção mais clara da situação em que se encontram os processos em causa na reunião que no final do mês de Novembro os juntou em Itália. Uma reunião que apesar da sua importância não deixou de ser um significativo exemplo da subalternização a que têm sido votados os parlamentos nacionais, tal como o Parlamento Europeu, nos processos de decisão comunitários.

Neste encontro, em que os parlamentares representavam os respectivos partidos, o PCP esteve presente através do deputado Rogério de Brito. As críticas e as preocupações com a forma como se está a desenrolar o processo das uniões política e económica e monetária foram a tônica da sua intervenção.

Lembrou Rogério de Brito que com as alterações qualitativas que se estão processando com o evoluir do processo económico de integração e a configuração que delas resulta com a progressiva realização da UEM se torna evidente que «a arquitectura institucional» da CEE dificilmente se molda à «engenharia comunitária» que vai avançando, algumas vezes forçando-a, outras vezes servindo ela de pretexto para que não se avance em áreas que registam um evidente atraso».

A questão das competências

Para Rogério de Brito, a manutenção da regra da unanimidade para as questões sociais é bem um exemplo dos mecanismos criados para dificultar o seu avanço. Tal regra é responsável, em grande parte, «pelo ritmo mais lento da dimensão social relativamente a outras dimensões da construção do mercado interno, com o inevitável prejuízo para a realização efectiva da coesão económica e social.» Mas não se trata apenas de uma questão

de ritmo, como fez notar aquela camarada, que nos deve preocupar. Em causa está também «o modo como este processo, na sua tendência irreversível, se vai e irá concretizando».

Estas preocupações, sublinhou Rogério de Brito, são tanto mais justificadas quanto a CEE tem concretizado efectivas transferências de competências, dos níveis nacionais para o comunitário, sendo tais competências retiradas de órgãos nacionais eleitos directamente, para outros que o não são.

No contexto de uma nova arquitectura institucional, entendem os comunistas que, se por um lado, se devem manter, no essencial, os actuais poderes do Conselho e da Comissão, por outro, os poderes do Parlamento Europeu deverão ser reforçados, nomeadamente no respeitante à fiscalização e controlo da Comissão e do Conselho, à iniciativa legislativa, a maiores poderes no âmbito orçamental, e à eleição do presidente da Comissão.

A coesão económica e social

Na sua intervenção, o camarada Rogério de Brito defendeu ainda «o gradualismo do processo em curso, assente em avanços efectivos no que respeita ao objectivo da coesão económica e social», sublinhando que os comunistas recusam «a adopção de modelos supranacionais de Estado, consagrados constitucionalmente». Por outro lado, considera-se fundamental o reforço das políticas estruturais e regionais comunitárias, de forma a reduzir os desequilíbrios regionais e a permitir a convergência real das economias, bem como o seu alargamento a áreas sociais, como a da saúde, da habitação e da emigração, e às pequenas e médias empresas.

Considera-se igualmente necessária a alteração «das regras e dos procedimentos de decisão comunitários respeitantes à coesão económica e social, eliminando o obstáculo da exigência da regra da unanimidade para as questões sociais».

Não menos importante é o

desenvolvimento e a aceleração do programa de aplicação da Carta Social, a par da concretização do princípio do nivelamento no progresso das normas sociais, designadamente no respeitante a condições de trabalho, padrões de higiene e segurança, horários máximos de trabalho, níveis de rendimento.

Quanto à eventual política monetária comum, defendeu Rogério de Brito que ela não deve ter por exclusivo objectivo a estabilidade dos preços, mas também a necessidade de financiamento do crescimento real das economias. Por outro lado, consideram os comunistas que é de recusar a «imposição de regras vinculativas supranacionais de combate aos défices e de definição de estruturas das despesas e receitas dos orçamentos nacionais», bem como de «incondicionais transferências de soberania para órgãos comunitários», antes defendendo o «reforço do controlo democrático desses órgãos, nele se inserindo os Parlamentos Nacionais».

Naturalmente, Rogério de Brito defendeu uma «maior e mais efectiva cooperação entre os Parlamentos Nacionais e o Parlamento Europeu», assim como o «reforço do papel dos Parlamentos Nacionais, de outros órgãos institucionais e dos chamados parceiros sociais no acompanhamento e nas tomadas de decisão sobre as questões da integração europeia».

Finalmente, em matéria de segurança, aquele camarada afirmou a necessidade de privilegiar o papel que deve desempenhar a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) na construção da Casa Europeia «entendida como um largo espaço, todo o espaço europeu, de paz, progresso e cooperação».

Preocupações que não serão, certamente, apenas dos comunistas portugueses, mas que arriscam estar ausentes, ou ser minimizadas, nas Conferências Intergovernamentais da próxima semana, se aos interesses dos povos da Europa comunitária se sobrepuserem os interesses do capital e dos que aspiram, ainda que veladamente, ao domínio político e económico do velho continente.

Que Europa queremos?

A Conferência de parlamentares realizada em Roma constituiu uma «oportunidade singular para uma análise séria e aprofundada do futuro da Comunidade e do papel que nela deverá assumir o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais». Esta a opinião do eurodeputado comunista Joaquim Miranda, para quem a grande questão que hoje se coloca é a de saber «Que Europa queremos?».

Ao intervir nos trabalhos da Conferência, Joaquim Miranda salientou que os avanços pretendidos no sentido da União Política «não podem deixar de integrar uma concepção e a perspectiva de uma Europa democrática e de progresso», mas também de uma «Europa inteira, solidária, de cooperação e de paz», orientada para a «dissolução dos blocos, na base do reforço do papel de instituições como a ONU e a CSCE», empenhada na construção de «uma nova ordem política e económica mundial».

Para o eurodeputado, este objectivo não deve fazer esquecer, num plano mais imediato, a necessidade de resolver os desafios específicos que se colocam ao nível interno da Comunidade e que passam, em primeiro lugar, «pela ultrapassagem dos sérios défices democráticos que se verificam, quer ao nível comunitário, quer ao nível de cada Estado membro».

O que exige, segundo disse, «um efectivo reforço dos poderes do PE», designadamente aos níveis da fiscalização e controlo das restantes instituições, da capacidade de iniciativa legislativa, do processo orçamental e da designação do Presidente da Comissão. Um reforço de poderes que não deve traduzir-se em maiores prejuízos para os poderes dos Parlamentos nacionais, antes pelo contrário, garantindo-lhes «um papel relevante quer no que toca às decisões comunitárias fundamentais, quer quanto ao acompanhamento e controlo da sua execução ao nível de cada Estado».

O que pressupõe, com fez notar Joaquim Miranda, «não uma concorrência com o PE, mas sim uma estreita cooperação com este, uma estreita articulação com as orientações adoptadas ao nível comunitário, um eficaz controlo das posições e da execução daquelas pelos respectivos governos».

Para o nosso camarada, é igualmente indispensável «assegurar uma efectiva participação dos trabalhadores na vida comunitária, através de uma consulta real, e não meramente formal, do conjunto das suas organizações, de forma a permitir-lhes a formulação e defesa dos respectivos direitos e aspirações», sem a qual de resto não haverá uma efectiva implementação de uma dimensão social do desenvolvimento.

Também para a UEM importa ser claro e objectivo. Como salientou o nosso camarada, «as significativas disparidades de desenvolvimento, as relevantes desigualdades sociais e também o próprio fosso que separa, em termos de peso e de influência a todos os níveis, as diferentes moedas nacionais, são dados que não podem ser ignorados». Por isso mesmo é que, se se pretende «calendarizar, de forma rígida, a evolução no sentido da UEM, então é igualmente necessário dar corpo a um conjunto rigoroso e calendarizado de medidas conducentes à efectivação da coesão económica e monetária».

Sem um tal procedimento, disse Joaquim Miranda, mais não se conseguirá do que uma Comunidade irremediavelmente a duas velocidades, com a inevitável acentuação das profundas assimetrias de que já hoje enferma.

Agricultores protestam em Bruxelas

Cerca de 30 mil agricultores manifestaram-se segunda-feira em Bruxelas, onde estão a decorrer as negociações do GATT, contra as reduções dos subsídios à agricultura. Organizada pela COPA, organização dos profissionais agrícolas da CEE, a manifestação contou ainda com a presença de algumas centenas de norte-americanos, japoneses, sul-coreanos, suíços e escandinavos, que subscreveram uma declaração comum de protesto contra a redução dos subsídios e a liberalização do comércio mundial dos produtos agrícolas.

A manifestação dos agricul-

tores, se visou por um lado protestar contra as propostas da CEE de redução em 30 por cento dos subsídios à agricultura, pretendeu por outro lado pressionar os responsáveis comunitários de forma a impedir que novas e mais gravosas cedências sejam feitas aos Estados Unidos nesta matéria.

Com efeito, as negociações do GATT encontram-se num impasse. Os EUA pretendem da CEE reduções dos apoios à agricultura entre os 70 e os 90 por cento, até ao final do século; a Comunidade, por seu turno, afirma que a sua proposta de diminuir em 30 por cento todos os apoios, até 1996, é o máximo possível, na actual conjuntura. A disparidade das propostas é evidente. Como evidente é para os agricultores europeus a grave perspectiva de futuro que se lhes apresenta com o fim da Política Agrícola Comum (PAC).

Os apoios à agricultura, segundo os norte-americanos, perturbam os mercados internacionais, já que permitem a manutenção artificial de preços; mas a verdade é que, embora não o reconheçam, também os EUA utilizam medidas proteccionistas dos seus produtos, designadamente barreiras alfandegárias, de que não estão dispostos a abdicar.

Para os europeus, o fim dos subsídios faria disparar os preços para níveis incontroláveis, com a agravante de terem ainda de enfrentar a concorrência de países asiáticos, altamente competitivos, já que conseguem preços de produção substancialmente reduzidos devido ao sistemático recurso do chamado *dumping* social.

Assim, enquanto os EUA insistem em negociar compromissos específicos «para reduzir os apoios internos, abrir os mercados às importações e

reduzir os subsídios à exportação», a Comunidade, como afirmou o comissário responsável pela política comercial dos Doze, Frans Andriessen, não pode deixar de se preocupar com a situação de debilidade de certos sectores, como é o caso «dos têxteis, da agricultura ou serviços». Em todo este processo, a França é o país mais renitente em fazer novas concessões já que, sendo o maior produtor e exportador de produtos agrícolas, arrecada a maior parte das ajudas comunitárias. Mas não só a França tem motivos de preocupação. A serem feitas cedências tão vastas como as pretendidas pelos EUA, também Portugal seria seriamente afectado, já que é um dos países com menor desenvolvimento nos sectores em causa e onde os custos de produção estão longe de poder competir com os dos seus parceiros.

Conscientes desta realidade, os partidos que integram o Grupo «Coligação de Esquerda» no Parlamento Europeu, de que faz parte o PCP, aprovaram uma mensagem de apoio à manifestação de Bruxelas.

Na mensagem afirma-se que a posição da Comunidade «constitui uma grave ameaça para as explorações familiares que enfrentam já uma situação muito difícil» e considera que «o desmantelamento dos mecanismos de apoio dos preços e dos mercados, com uma baixa de 30 por cento das ajudas entre 1986 e 1996, será acompanhado de novos atentados à preferência comunitária e de novas concessões no plano das exportações em benefício dos americanos que, fortalecidos com as primeiras cedências, reclamam cada vez mais».

Considerando que as medidas em causa são «suicidas»

para a economia comunitária, o Grupo Coligação de Esquerda exige que as conversações do Uruguay Round se centrem num novo reequilíbrio do mercado mundial baseado em fórmulas equitativas de salvaguarda dos interesses dos países em vias de desenvolvimento.

A mensagem exige ainda às autoridades comunitárias e aos Estados membros que se empenhem num processo de reforma da PAC, tornando-a mais justa e equitativa, com medidas socioestruturais coerentes e complementares da política de preços e de mercados, a fim de encorajar formas de exploração agrícola respeitadoras do ambiente, de valorização dos recursos naturais comunitários face aos produtos importados, contribuindo para o desenvolvimento dos agricultores e o desenvolvimento harmonioso do território.

Internacional

Solidariedade com a Palestina

Uma nova ordem internacional para todos defendida em encontro em Lisboa

«A solução não é de certeza a guerra» — com este breve comentário terminou o encontro com a imprensa promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, e pelo Centro de Informação da ONU, por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina. Encontro que decorreu nas instalações do Centro de Informação da ONU em Lisboa, e contou com a presença do representante da OLP, Issam Bessise, e do representante da ONU em Portugal, António Muinos.

A necessidade — e mais do que nunca, urgência — de implementar uma solução justa e duradoura para o Médio Oriente, e no concreto para o povo palestino, foi a tónica do discurso do representante da ONU no nosso país. António Muinos sublinhou três questões fundamentais — a necessária retirada das forças de Israel dos territórios ocupados; a garantia de soberania de todos os Estados da região; uma solução satisfatória para o povo palestino, que contemple o reconhecimento dos seus direitos políticos, incluindo naturalmente o da autodeterminação e o direito a uma pátria independente.

O representante das Nações Unidas referiu-se à deterioração da situação na região, a «mais explosiva do mundo», e aos graves perigos que tal hoje representa, mesmo a nível mundial.

Sublinhou ainda a oportunidade que simultaneamente esta situação abre para a superação dos problemas fulcrais do Médio Oriente, e chamou a atenção para o imenso sofrimento que o arrastar destes problemas acarreta às populações árabes e israelitas.

O elemento central da declaração do representante da OLP, neste encontro com a imprensa, foi a exigência de uma resolução do Conselho de Segurança que aponte no sentido de uma retirada simultânea das tropas iraquianas do Kuwait e das tropas israelitas dos territórios

ocupados. Um processo que deveria ser completado pela realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente.

Issam Bessise chamou a atenção para o facto de haver «milhares de resoluções da ONU e do Conselho de Segurança sobre a Palestina, Jerusalém, o Líbano», mas nada ser feito «para o cumprimento de tais resoluções».

Conforme sublinhou Bessise, uma decisão do Conselho de Segurança e das Nações Unidas no sentido da simultânea solução dos problemas graves que hoje se vivem no Médio Oriente, pondo em causa todas as agressões, teria o apoio dos povos árabes.

No historial das lutas do povo palestino, avançado pelo representante da OLP, particular destaque foi dado à Intifada, grande revolta popular palestina iniciada em Dezembro de 1987. A repressão desencadeada por Israel contra este movimento de revolta já fez milhares de vítimas — 1380 mortos, 60% dos quais com menos de 16 anos; 64 mil feridos, mais de 100 mil presos.

Em síntese, o representante da Organização de Libertação da Palestina defendeu — «uma nova ordem internacional, sim, mas para todos».

CPPC, solidariedade «com os que não desistem enquanto não lhes for feita justiça»

«A solidariedade com os que não desistem enquanto não lhes for feita justiça terá de ressuscitar as palavras mortas das resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina» — afirma-se na Declaração do Conselho Português para a Paz e Cooperação, por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com a Palestina, lida por Piteira Santos, no encontro com a imprensa no Centro de Informação da ONU.

Nesta declaração, que aqui reproduzimos, é anunciada a realização, «de colaboração com a representação da OLP em Lisboa e com o apoio de autarquias, sindicatos e colectividades, iniciativas de sensibilização, através de debates, filmes e exposições nas seguintes localidades:

Viana do Castelo, Porto, Figueira da Foz, Vila Franca de Xira, Sacavém, Lisboa, Moita, Évora e Beja».

São assinaladas, em particular, as iniciativas projectadas para o Porto, em 7 de Dezembro, e para Lisboa, a encerrar o conjunto de acções, em 14 de Dezembro.

Declaração do CPPC

Há exactamente 43 anos, em 29 de Novembro de 1947, as Nações Unidas aprovaram uma resolução determinando a partilha da Palestina em dois Estados: um de maioria judaica, outro de maioria árabe.

Mais tarde, a 29 de Novembro de 1977, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Resolução 32/40B, proclamando esta data com o DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO.

Há três anos, a 9 de Dezembro de 1987, o povo palestino da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém Leste entrou em revolta permanente contra a ocupação militar da sua Pátria, exigindo a criação do Estado que a lei, a História e a consciência internacional lhe devem.

Quarenta anos separam os dois acontecimentos, que têm uma dramática relação de causa e efeito. A rebelião palestina, ou Intifada — essa palavra tão de-

pressão assimilada pelo vocabulário universal —, é uma resposta directa à violência militar e política praticada por Israel, mas é também um dedo acusador apontado contra a comunidade das nações.

Nestes dias em que algumas decisões das Nações Unidas são brandidas como dogmas, outras há que continuam letra morta. E, entre elas, algumas centenas exigem o restabelecimento dos direitos indiscutíveis do povo palestino. A começar pela que foi adoptada em 29 de Novembro de 1947, cancelada com o número 181.

Na falta dos mísseis dos caças, dos porta-aviões e dos majestosos exércitos de centenas de milhares de homens convocados para fazer cumprir algumas determinações da ONU, os palestinos batem-se com pedras e coragem contra um poderoso ocupante a que não faltam armas, dólares e outros incitamentos oferecidos por afamados dirigentes que se auto-elegeram como justiceiro em nome da Humanidade. As crianças, mulheres e homens da Palestina que oferecem quotidianamente as suas vidas mostram outro lado, heróico e tantas vezes traiçoeiramente escondido, de uma luta que também é em defesa da credibilidade das decisões internacionais.

Intifada

O Intifada, que tem 3 anos, é a última etapa de um combate que se trava há mais de 40. O Intifada não é apenas uma sublevação cívica, uma revolta política, uma explosão de raiva, um grito contra a opressão; é um gesto sublime em defesa da justiça e do Humanismo. Aquele

que condena a revolta das pedras, a ignora ou lhe vaticina o fracasso distanciou-se, infelizmente para si, da realidade e dos ideais que foram e são alavancas das vitórias do Homem.

O Intifada é a escolha decisiva de um povo que sobreviveu e amadureceu pelas vias mais trágicas. Na precariedade humilhante e miserável dos campos de refugiados, na clandestinidade de recônditas aldeias patrulhadas dia e noite, nos milenares kasbahs de históricas cidades, nas universidades e escolas onde resiste uma cultura que é de todos nós, entre as oliveiras e figueiras que testemunharam cenas do nosso imaginário veneradas por gerações, desenvolve-se o embrião de um Estado. Um Estado construído, pedra a pedra, por todos.

O Intifada é uma expressão avançada da capacidade de auto-organização de um povo que vive sob ocupação, ligado com nós indestrutíveis a outra parte de si expulsa da Pátria e espalhada pelas sete partidas.

O Intifada é um exemplo de que não é possível dizimar um povo, apagá-lo da face da Terra e da História, e perpetuar ocupações. O exemplo heróico mas doloroso. Para o manter vivo morrem diariamente, sob balas, gases, torturas e matracas, muitos seres humanos. Uns, ainda mal sentiram a vida, outros, quase têm a idade do século.

A solidariedade com os que não desistem enquanto não lhes for feita justiça terá de ressuscitar as palavras mortas das resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação, desde sempre solidário com a luta heróica do povo mártir da Palestina, associa-se ao esforço de sensibilização e informação da opinião pública portuguesa para apoiar as acções da comunidade internacional e do povo palestino para que alcancem e vejam satisfeitos os seus inalienáveis direitos.



Encontro com a imprensa, no quadro da solidariedade com a OLP. Na foto os representantes do CPPC, das Nações Unidas e da OLP

Carta ao «Avante!» dos Pioneiros de Moscovo

A delegação de Pioneiros de Moscovo, que este Verão esteve em Portugal, a convite dos Pioneiros do nosso país, enviou à redacção do «Avante!», uma carta, que transcrevemos.

«Esta delegação faziam parte representantes do município de Moscovo, veteranos da associação de amizade soviético-portuguesa, funcionários do Fundo da Paz e o conjunto juvenil «Dialog», do Palácio dos Pioneiros e Alunos de Moscovo.

«Queríamos, através do vosso jornal, expressar o nosso sincero agradecimento ao CC do PCP, aos militantes comunistas e a todas as pessoas que

fizeram com que, para nós, esta fosse uma viagem inesquecível. Estamos profundamente reconhecidos aos presidentes das câmaras das cidades que visitámos, pelo seu vivo interesse em nos ajudarem a concretizar o objectivo principal da viagem — estabelecer estreitas ligações culturais e de trabalho com Portugal.

«Um sentimento muito especial deixaram nos nossos corações aqueles que mais directamente nos receberam com muita alegria — os pioneiros e os monitores, com quem passámos toda uma semana nos acampamentos perto de Setúbal e de Lisboa, os autar-

cas do Alentejo e do Ribatejo, as famílias que nos receberam como pessoas muito próximas, e, claro, as pessoas que nos esperavam no aeroporto, à chegada, e que nos acompanharam durante toda a viagem. É impossível nomear todos. Uma longa lista não teria fim.

«Aguardamos ansiosamente a vinda a Moscovo de uma delegação dos pioneiros portugueses. E queremos especialmente acreditar que tanto a juventude portuguesa, como a soviética, vão continuar as tradições de amizade dos camaradas portugueses e soviéticos, iniciadas pelos veteranos há décadas.»



A delegação dos pioneiros da URSS, quando participou numa festa realizada, este Verão, na Brandoa

Internacional

GOLEO

Nova fase da crise

Em escassos dias, os acontecimentos sucederam-se, marcando uma nova fase da crise do Golfo. A aprovação, pelo Conselho de Segurança da ONU, de uma resolução que admite a utilização de «todos os meios necessários para fazer respeitar e aplicar» as resoluções que se têm vindo a suceder contra a ocupação do Kuwait pelo Iraque, pode facilitar perigosos caminhos de guerra. Prosseguem entretanto esforços da diplomacia, no sentido de uma solução pacífica. Um diálogo marcado também por múltiplas ambiguidades, claramente exploradas pelo presidente iraquiano.

A resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, aprovada com a abstenção da China e os votos contra de Cuba e do Líbano, dá um prazo — concretamente até 15 de Janeiro — para o início de uma retirada das tropas iraquianas do Kuwait, findo o qual admite o recurso a qualquer meio para impor as resoluções entretanto aprovadas. Uma margem de 45 dias que entretanto deverá ser intensivamente utilizada para o diálogo.

Armas e diplomacia

Imediatamente a seguir, o presidente Bush, em discurso na Casa Branca, propõe a Saddam Hussein que receba o secretário de Estado James Baker e anuncia que vai convidar o ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, Tarek Aziz, a visitar Washington. A data limite destes contactos seria o próprio dia 15 de Janeiro.

As reacções oficiais são rápidas e favoráveis, nos diferentes quadrantes da cena política internacional. A Arábia Saudita acolhe favoravelmente a proposta da Casa Branca. O ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Isidoro Malmierca, afirma que o convite de Bush significa que a paz ainda poderia ser alcançada. A resposta iraquiana é afirmativa. O que aliás vem na linha de propostas de diálogo anteriormente avançadas por Bagdad.

Entretanto, as ambiguidades fundamentais que prepassam todo este processo (porquê continuar a tolerar a ocupação dos territórios palestinos por Israel?), dão a Hussein a possibilidade de se afirmar como o defensor de uma solução «global» para os problemas da região, sublinhando mesmo que «A Palestina, assim como os outros territórios árabes ocupados, estará em primeiro lugar nas questões a examinar durante todo o diálogo».

Num processo paralelo com os encontros entre a Casa Branca e Bagdad, estão previstas iniciativas diplomáticas de cada um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mas não só de iniciativas diplomáticas se trata. Também dia 15 de Janeiro, o dispositivo militar americano no Golfo ficará concluído, na óptica do Pentágono, atingindo cerca de 400 mil homens, após a chegada de mais 250 mil soldados. Um número a que haverá que somar ainda quase 200 mil homens da França, Itália, Turquia, Grécia, Holanda, Espanha, Austrália, Canadá, Bélgica, Argentina, Egipto, Síria, Marrocos, Paquistão, Bangladesh, Senegal, Níger e Reino Uni-

do. Para além das tropas dos Emiratos que mandaram igualmente efectivos para a Arábia Saudita.

Do outro lado, as autoridades iraquianas destacaram já 450 mil soldados para o Sul do país e para o Kuwait, sendo entretanto anunciada a mobilização suplementar de 250 mil soldados.

Um quadro intrinsecamente irracional. E no entanto bem real. Que inclui poderosos e sofisticados arsenais. Armas químicas. E a ameaça nuclear, bem perto — pois em caso de conflito militar dificilmente Israel ficaria de fora.

Bush fala de paz e promete aos norte-americanos que não haverá um outro Vietnam. Mas que previsões seria possível fazer se toda esta concentração militar fosse detonada?

As grandes ambiguidades

O chefe do governo israelita, Shamir, voltou a afirmar nestes dias, em Telavive, numa assembleia de veteranos do Likud, o seu empenhamento «em preservar Eretz Israel (o país de Israel), do mar Mediterrâneo à Jordânia, em proveito das próximas gerações e de uma imigração maciça».

Uma declaração que de facto representa um desafio às inúmeras resoluções da ONU para que Israel retire dos territórios ocupados. E que não têm sido poucas. Concretamente, e segundo o representante da OLP em Lisboa, «todos os anos, desde 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova 20 a 30 resoluções relativas a Israel e o Conselho de Segurança mais umas 14».

Comentando factos como este, Claude Julien afirma nas páginas de «Le Monde Diplomatique»: «Dois pesos, duas medidas: esta prática verifica-se em todos os domínios; e desprestigia a ONU. Justamente severo quando o Iraque ocupa o Kuwait, o Conselho de Segurança mostrou-se muito indulgente em relação a outras ocupações de território, verbalmente condenadas mas toleradas na prática».

E esta está longe de ser a única ambiguidade de fundo que atravessa a crise do Golfo.

A crise do Golfo — para além da sua intrínseca gravidade e perigos imediatos que comporta — reflecte muitas outras crises, nomeadamente no plano da economia mundial.

Em Setembro passado, o Banco Mundial divulgava que, em 1989, os países subdesenvolvidos forneceram na prática aos países desenvolvidos 42,9 mil milhões de dó-

lares. A conquista da paz passa também, necessariamente, pela solução destes problemas fundamentais.

São estas as verdadeiras questões de fundo.

A que há que somar os jogos de apoios políticos e militares, os chorudos negócios de armas em nome dos quais muitas guerras têm sido de facto estimuladas. Na verdade é com essas armas que hoje Hussein conta. E não é menos verdade que as denúncias que se sucedem de violações dos direitos humanos no Iraque são bem recentes. Até Julho, a Casa Branca após o seu veto a quaisquer medidas legislativas sancionando Bagdad por violação dos direitos do homem.

De acordo com uma sondagem divulgada em Outubro pelo «New York Times», 9 em cada 10 americanos opõem-se a que o seu país desencadeie a guerra.

Já neste mês de Dezembro, em Boston e Washington, milhares de pessoas desceram à rua para se manifestarem contra o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo. Estas manifestações pacifistas têm-se sucedido de forma particularmente intensa depois da aprovação, pelo Conselho de Segurança da ONU, da reso-



lução que na prática admite o recurso ao uso da força contra o Iraque.

Nos Estados Unidos, o movimento contra a guerra, tem vindo a assumir dimensões crescentes, e abarca os mais diversos sectores, naturalmente por diferentes razões.

Entre as tomadas de posição contra qualquer iniciativa militar, conta-se a do Conselho Nacional das Igrejas dos EUA que pede «a retirada das tropas americanas do Golfo, à excepção daquelas cuja presença seja explicitamente solicitada pela ONU». O documento, adoptado por

unanimidade pelos representantes de trinta e duas igrejas americanas (entre elas as principais igrejas protestantes e ortodoxas), pede a abertura de negociações directas entre os Estados Unidos e o Iraque para se alcançar a retirada iraquiana do Kuwait.

PCP contra utilização de força militar no Golfo

Na sequência da adopção da resolução do Conselho de Segurança da ONU, abrindo caminho à utilização da força militar no Golfo, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português divulgou uma nota que aqui transcrevemos.

1. A resolução ontem adoptada pelo Conselho de Segurança da ONU relativa ao conflito no Golfo constitui uma decisão de extraordinária gravidade, já que não só não insiste explicitamente

no empenhamento numa solução política negociada, como abre caminho à utilização da força militar, objectivo que os EUA têm procurado de modo inquietante impor através da escalada militarista na região.

2. O PCP salienta que a via do confronto não resolverá, antes agravará de forma incalculável, a perigosa situação que há muito se vive no Médio Oriente, designadamente em resultado da ocupação por Israel de territórios árabes e a negação

dos direitos nacionais palestinos, situação repetidamente condenada pela ONU sem que o Conselho de Segurança tenha nesse caso manifestado o empenhamento e comprometimento que agora assume.

3. Reafirmando a necessidade da retirada das tropas iraquianas do Kuwait e de todas as tropas estrangeiras da região, o PCP considera que ainda é tempo e se torna urgente a procura por todas as partes de uma solução política negociada da cri-

se que envolva o conjunto dos problemas acumulados na região. Neste sentido, o PCP insiste na importância da convocação de uma Conferência Internacional visando assegurar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

4. O PCP considera que o Estado português não deve envolver Portugal numa escalada militar na região e, pelo contrário, deve contribuir activamente para que seja alcançada uma solução pacífica, justa e negociada da grave crise no Médio Oriente.

Turquia, as outras vítimas do clima de tensão e guerra

A crise do Golfo já tem vindo a fazer muitas vítimas. E não apenas no Iraque, no Kuwait, ou entre os palestinos, vítimas de agravada repressão por parte de Israel. As situações de tensão e guerra geram climas propícios a maiores limitações de direitos humanos e democráticos. E há quem as explore o mais possível exactamente para reforçar tais limitações. O que hoje se passa na Turquia é disso um exemplo.

No quadro do agravamento de tensão no Médio Oriente, o presidente turco Turgut Ozal pediu — e obteve — da Assembleia Nacional, a 12 de Agosto, a atribuição de poderes de tempos de guerra. Na posse «constitucional» de tais direitos, apressou-se a advertir o Conselho da Europa de que «suspendia» a

aplicação da Convenção europeia dos direitos do homem nas «províncias de Leste», ou seja, no Curdistão, zona particularmente martirizada pela repressão. Que entretanto se agravou.

O «regime especial» imposto nesta zona desde os decretos de 19 de Abril, sofreu ainda maior agravamen-

to. E a própria imprensa turca — apesar da censura — noticia que dezenas de aldeias foram entretanto destruídas e publica fotos da fuga em massa das populações, no que parece um verdadeiro êxodo.

No total, desde Abril, pelo menos duas centenas de aldeias foram total ou parcialmente destruídas pelo exército turco, e as populações expulsas de suas casas. Os exemplos sucedem-se, como os nomes de terras varridas do mapa. Os habitantes de Donmezler, que se tinham instalado em tendas, esperando regressar às suas casas depois da partida dos

soldados, viram a sua aldeia ser incendiada. O mesmo aconteceu em Dereler e Demietepe, onde, para além disso, o exército queimou culturas e florestas.

Ultimamente, as autoridades turcas lançaram uma vasta operação de intimidação contra os operários de Nusaybin e de Cirze, duas terras particularmente atingidas pelo embargo contra o Iraque, e onde se desenvolve um poderoso movimento contra a guerra. A polícia invade as instalações sindicais e espanca os militantes, como aconteceu em 15 de Setembro em Nusaybin, onde 18 membros do sindicato de Petrol foram feridos.

Internacional

ARGENTINA

Estado de sítio e crise

O estado de sítio foi decretado na Argentina, na sequência da quarta tentativa de golpe militar desde que os generais foram afastados do poder. Na madrugada de dia 9, cerca de 300 militares ocuparam o Estado-Maior do Exército, situado a uns 300 metros da sede do Governo, e outras instalações militares de Buenos Aires — o regimento de Patrícios e a fábrica de tanques de Boulogne, contando ainda com o eventual apoio de dois regimentos, de Villaguay e Concórdia, na província de Entre Rios. A situação encontra-se virtualmente controlada pelo governo de Menem.

Segundo anunciou a um rádio local um oficial participante na revolta, esta não visaria o governo argentino mas sim uma alteração na hierarquia militar. É exigida a substituição do actual chefe do exército, general Martin Bonnet, e a nomeação, para a chefia das Forças Armadas, do coronel na reserva Mohamed Seinelidín.

Seinelidín é um veterano das «guerras sujas» que as várias juntas militares promoveram contra as forças de esquerda, e que se concretizaram nomeadamente no drama dos «desaparecidos». Esteve também na guerra das Malvinas e instalou-se no Panamá depois do afastamento dos generais fascistas do poder.

Regressou clandestinamente à Argentina, onde chefiou a revolta militar de Campo de Mayo, em Dezembro de 1988 — a última tentativa de golpe militar contra o governo de Raul Alfonsín.

Posteriormente, o actual presidente Menem anunciava o perdão para os condenados por inúmeros crimes cometidos contra militantes de esquerda, sindicalistas e, na verdade, qualquer pessoa que então se batesse pelas liberdades e a democracia.

Na rebelião agora desencadeada, participaram, de par de militares no activo, elementos civis de extrema-direita e antigos militares das Forças Armadas, expulsos por Alfonsín, por comprometimento na re-

pressão antipopular que foi política corrente dos governos dos generais. Os revoltosos não se abstiveram de disparar sobre civis, nomeadamente pessoal médico, que tentava transportar feridos para fora da linha de fogo.

«Perdoados» os responsáveis pela repressão antipopular das juntas fascistas, a ameaça militar da extrema-direita é ainda uma realidade.

Um país em crise

As crises militares alimentam-se também de outras crises, ou encontram nelas terreno particularmente favorável. E no caso concreto vive-se uma clara crise socioeconómica, que já gerou mesmo revoltas populares, como em 1989, quando habitantes do bairro do Rosario assaltaram armazéns. Então a inflação tinha alcançado a barra incrível dos 4000% ao ano. Em fins desse mesmo ano, a inflação alcançava os 5000%, um verdadeiro recorde mundial.

Números e factos como este têm gravíssimas repercussões na vida das pessoas. Tanto mais quanto os reajus-



tamentos salariais são bem relativos.

Um exemplo concreto. Em Dezembro de 89, os salários nos sectores público e privado foram revalorizados, atingindo em média os 124 000 austrais. Entretanto, e para cobrir as necessidades mínimas, de acordo com as normas há anos definidas pelo Instituto Nacional de Estatística, seriam hoje necessários 354 545 austrais. Isto significa que o salário médio hoje praticado cobre apenas 34,9% das despesas essenciais.

Segundo a «Comissão de investigação sobre a pobreza», um organismo oficial, 50% dos sete milhões de habitantes da Grande Buenos Aires; podem ser considerados como pobres, pois não conseguem garantir a subsistência mínima.

Uma situação que tem gerado grande tensão social. Nos anos 80 registaram-se mais de cinco mil movimentos de protesto dos trabalhadores, contra a degradação das condições de vida.

Gorbatchov defende socialismo

«O socialismo está profundamente enraizado entre nós, e não creio que deva ser varrido, como alguns o tentam fazer», disse Mikhail Gorbatchov, em encontro com intelectuais realizado em Moscovo, em fins de Novembro, e em que defendeu a opção socialista e se opôs à propriedade privada da terra.

Segundo a APF, Gorbatchov sublinhou que defendia o socialismo como profunda convicção pessoal, e não por ser secretário-geral do PCUS. «Nunca estaremos de acordo com os que tentam espezinhar tudo o que foi feito pelos nossos pais e avós», disse.

O presidente soviético considera que a propriedade privada da terra irá ao arripio das tradições colectivistas da comunidade rural russa pré-revolucionária. Nos outros sectores da economia, a propriedade privada é aceitável mas nunca será a forma dominante. «O povo não o aceitará», disse Gorbatchov.

Alemanha — CDU ganha FDP sobe

Nestas primeiras eleições na Alemanha reunificada, a vitória dos democratas-cristãos não constitui surpresa. Era um facto esperado no actual contexto. E os resultados da CDU, de Kohl, surgem mesmo de alguma forma contrabalançados, pela percentagem obtida pelos liberais de Gensher. A FDP foi o único partido que subiu significativamente e atingiu uma cotação que lhe dá maior força na coligação que irá continuar a governar o país.

Surpresa constituiu a quebra acentuada do SPD e o desaparecimento dos Verdes do Parlamento. De assinalar ainda os relativamente bons resultados alcançados pelos comunistas (PSD) em Berlim (19%).

Em termos numéricos, a CDU/CSU obteve quase 44% dos votos e 319 lugares no Parlamento, o SPD, 33,5% e 239 lugares, os liberais 11,9%

e 79, a Aliança 90 (aliança de diferentes grupos políticos da ex-RDA, que inclui Verdes) fica com 8 deputados e o PDS 17.

Conhecidos os resultados eleitorais, serão naturalmente múltiplas as suas interpretações. Alguns factos entretanto parecem evidentes. Kohl aposta e beneficia de uma situação histórica em que aparece como actor fundamental

no processo de unificação política da Alemanha, aceleradamente concluído. Baseia-se numa campanha de promessas que a prática concreta da vida ainda não teve o tempo de pôr em causa.

Os outros partidos políticos (com excepção da FDP) em muito se viram marginalizados em todo este processo político, e a esquerda não pode deixar de se ressentir de uma fase em que os mais profundos abalos se registam exactamente na sua área.

Acréscimo de factos como a defesa, feita por Oskar Lafontaine, o dirigente do SPD, de um aumento de impostos para pagar os custos da unificação, estão longe de ser populares.

O PCP considera necessário que, tudo se faça para que se alcance uma solução negociada para a crise no Golfo, que leve à retirada das tropas iraquianas do Kuwait e de todas as tropas estrangeiras da região, bem como a solução de outras graves violações dos direitos humanos e dos povos do Médio Oriente, em particular do povo palestino.

Desejando os maiores sucessos ao vosso III Congresso, de novo o PCP manifesta a sua vontade de continuar a actuar sempre para que entre os dois partidos se reforcem os laços de amizade e solidariedade, no interesse dos dois povos e países.

Viva a amizade entre os povos de Portugal e Angola!

Viva a amizade entre o PCP e o MPLA-PT!

PCP saúda MPLA-PT

Por motivo do III Congresso do MPLA-PT, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, a saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas

Certo de interpretar os sentimentos dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o III Congresso do MPLA-PT e, por intermédio dos seus delegados, o povo de Angola.

Desde há muitos anos que o PCP e o MPLA forjaram sólidos laços no combate pelos ideais comuns da independência nacional, da paz, da democracia, da liberdade e do progresso social. Ao longo dos anos esses laços constituíram um forte património para o entendimento e amizade entre os nossos dois povos, base para uma cooperação livre e mutuamente vanta-

josa entre Portugal e a República Popular de Angola.

O PCP foi sempre e continua a ser solidário com a luta do MPLA-PT em defesa da revolução angolana e a independência nacional de Angola ameaçadas pelas intervenções imperialistas e seus agentes, e na construção e desenvolvimento da sociedade correspondendo aos interesses, aspirações e vontade do povo angolano.

O PCP é hoje igualmente solidário com os esforços do MPLA-PT no sentido de pôr termo à guerra e iniciar finalmente um período de paz na vida da nação angolana que, sem ingerências e pressões externas, permita ao

povo angolano escolher livremente o seu futuro e construir uma vida melhor.

No que se refere à África Austral, o PCP considera como um elemento particularmente importante para a estabilidade e a solução dos graves problemas existentes nos países da região e para a paz mundial a completa erradicação do «apartheid» na África do Sul.

A crise do Golfo constitui um elemento particularmente importante para a evolução da situação internacional e a defesa da paz no mundo. Uma guerra na região, que não se poderia desligar das novas tentativas do imperialismo norte-americano de impor a sua hegemonia mundial, pelas imensas perdas humanas e materiais previsíveis, teria consequências e repercussões incalculáveis.

ANO 20 - N.º 114 - V. 21 - 1990 - Nº 114 - 110
Publicação de todos os meses UNL/VOSI

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A greve dos 5 mil operários da Lisnave eclodiu como resposta à terminante recusa patronal de dar satisfação às suas justas reivindicações: aumento geral de 25\$00 diários, pagamento de 30 dias, fim das horas extraordinárias.

Teve início nos estaleiros da Margueira, às 13.30 de 11 de Novembro. Mil e 500 operários concentraram-se em frente da Administração. Grupos de operários percorreram os barcos chamando os seus camaradas para a luta. A empresa ficou ocupada dia e noite pelos operários, permanecendo estes de braços caídos junto das máquinas. No dia seguinte, mais de metade do pessoal do escritório aderiu também à greve. Nos Estaleiros da Rocha de Conde de Óbidos, em Lisboa, informados pelos seus camaradas da Margueira, os operários paralisaram. A partir das 13 horas do dia 12 a greve era geral nos estaleiros da Lisnave.

Nesse dia, agentes da Pide vestindo fatos-macacos procuraram criar a confusão e a divisão gritando: «A malta vai pegar à uma!», mas não conseguiram enganar ninguém.

(...)No dia 13 de madrugada, a empresa foi brutalmente invadida pelas forças da GNR a cavalo e brigadas de choque da PSP com cães polícias e metralhadoras. Centenas e centenas de trabalhadores, envergando os seus fatos de trabalho, saíram sob escolta policial, com os canos das metralhadoras junto às costas.

As forças policiais voltaram a intervir nesse dia de manhã para impor aberta e escandalosamente as exigências do patronato aos trabalhadores que se apresentavam decididos a prosseguir a greve: só podia entrar quem tivesse mais de 5 anos de casa; quem se compromettesse a dar bom rendimento no trabalho; quem quisesse fazer horas extraordinárias; quem concordasse em receber a irrisória remuneração de 8% estabelecida pela empresa.

Nos estaleiros da Rocha os 2.300 operários ofereceram uma corajosa resistência à repressão, defendendo-se dos cães e das coronhadas com ferros e instrumentos de trabalho. No dia 15 os estaleiros de Lisboa estavam ainda cercados e a 17 a PSP ainda ocupava a empresa.

(...)Através das forças repressivas contra os operários em greve e lançando no desemprego centenas deles, os exploradores da Lisnave e o seu governo procuraram provocar o desânimo e a inação dos trabalhadores. Porém, a sua manobra fracassará. Depois da sua heróica greve, os operários da Lisnave não se deixaram enredar no jogo paralisante do patronato. «Devagar e pára», tal é a sua palavra de ordem neste momento.

«Greve na Lisnave» - «Avante!», VI série, nº 410, Dezembro de 1969)

AVANTE!

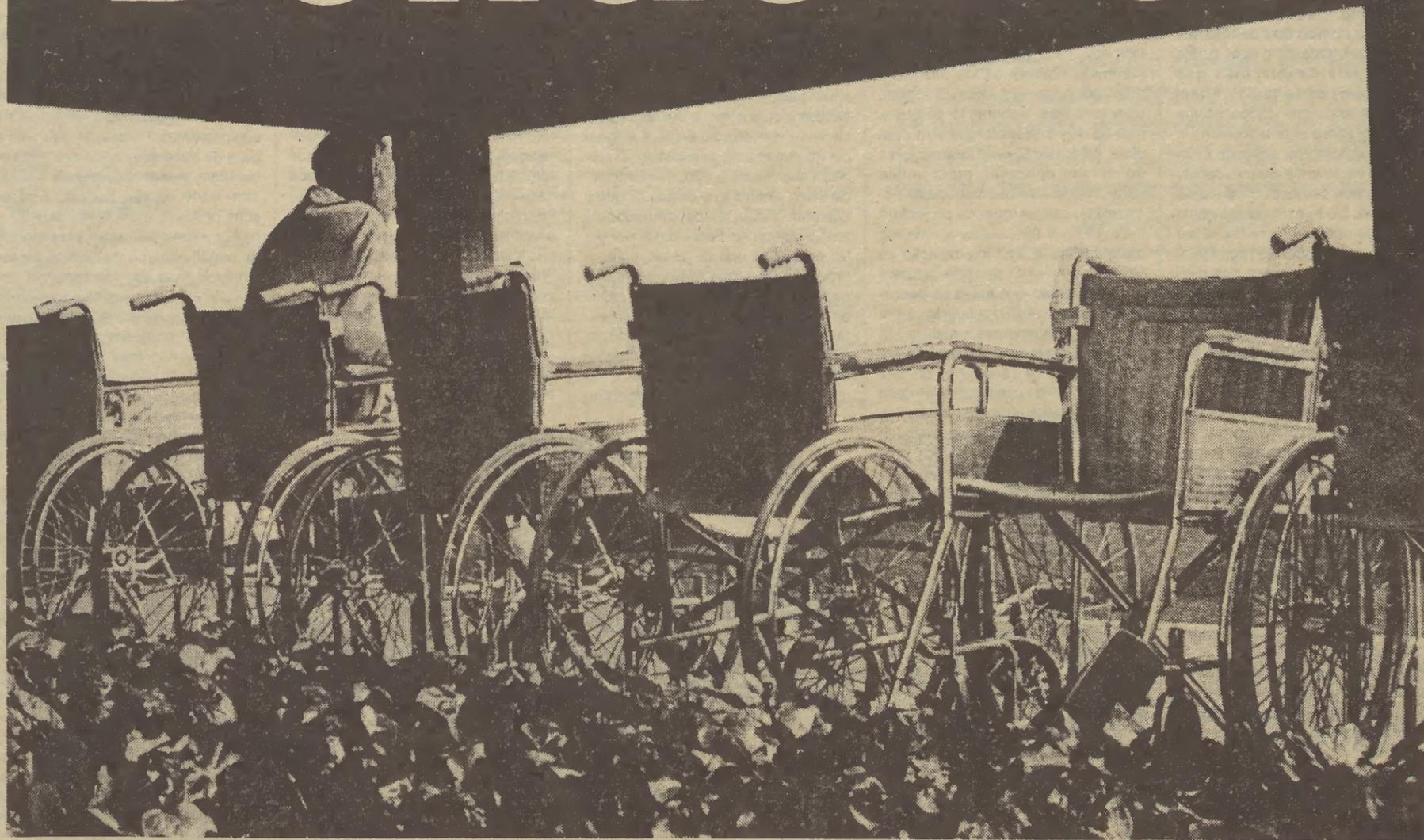
«Anunciando a dissolução da odiada Pide, Marcelo Caetano acaba de lançar mão de mais uma grande manobra demagógica e espectacular, jogando infamemente com os profundos anseios do povo português.

Ante a exigência verdadeiramente nacional de abolição da Pide, gritada insistentemente por centenas de milhares de portugueses durante a recente campanha eleitoral, Marcelo Caetano fez apenas isto: mudou o nome à Pide.

Agora é na «Direcção Geral de Segurança» que se aquartela o bando criminoso da Pide, de mãos livres para prosseguir como até aqui a sua sinistra acção. Com efeito, todas as «disposições constantes dos diplomas que até agora disciplinavam o funcionamento da Pide» passam para a DGS que, tal como a sua antecessora, tem competência para proceder «à instrução preparatória dos respectivos processos». Tudo como dantes.

«Nem Pide nem DGS!» - «Avante!», VI série, nº 410, Dezembro de 1969)

Deficientes



A vitória contra a indiferença

○ Dia Nacional do Deficiente está à porta e dois tipos de comemorações se avizinham. Uma promovida pela União Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes (UCNOD) através da qual as associações de deficientes vão lembrar em todo o país os problemas que nesta área afectam mais de um milhão de portugueses, sendo em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, que vai ocorrer a comemoração de maiores dimensões. Na Feira Internacional de Lisboa (FIL) o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, vai inaugurar uma exposição de três dias, uma *surpresa* este ano preparada pelo Governo, que pediu às associações de deficientes para que ali mostrassem algum material, já que o próprio Governo não foi capaz de, por sua iniciativa, fazer incluir nessa exposição peças que justificassem o interesse do visitante. Será assim, na prática, uma exposição levada a cabo por todas as associações de deficientes do país e que parece ter, para os responsáveis da iniciativa, o interesse particular dessa *novidade* já referida: a visita do senhor Primeiro-Ministro, muito provavelmente acompanhado de câmaras de televisão para dois minutos de demagogia no Telejornal. Resta saber como as próprias associações de deficientes serão nesse dia ouvidas pelos órgãos de comunicação social.

Depois de acabar com as participações na fisioterapia, depois de deixar de reconhecer os tradutores gestuais para os surdos, depois de no chamado «acordo social» se incluir o termo «inadaptação do

trabalhador» (que afectará especialmente a pessoa deficiente), depois de na Lei de Bases de Ensino se terem incluído mecanismos que diminuem drasticamente a possibilidade de um deficiente poder dar aulas, depois de os hemofílicos portugueses verem diminuídos os apoios na profilaxia da sua doença e aumentado o perigo do contágio da SIDA (uma das primeiras mortes em Portugal tendo por motivo a SIDA foi precisamente a do presidente da Associação dos Hemofílicos), depois de muitos centros de reabilitação terem fechado ou sobrevivem na exiguidade de verbas para o seu trabalho; depois de todo um mundo de dificuldades já existentes para os deficientes portugueses, a acção dos diversos Governos, desde os tempos dos governos do Partido Socialista, tem aumentado ainda mais esse aperto que cerca a vida do deficiente em Portugal: seja pela pura indiferença, seja pela aprovação de medidas que na prática não são aplicadas, seja pela aplicação de outras que directamente prejudicam os deficientes.

Com a aprovação da Lei de Bases (9/89), uma lei que contou com a colaboração decisiva das associações de deficientes, seria de prever que alguma coisa melhorasse, mas entretanto a falta de regulamentação impediu já que ao longo de 1990 fossem aplicadas todo um conjunto de

acções previstas na própria Lei. *É um corpo sem membros*, como dizem os deficientes.

Outro dos graves problemas com que as associações têm de se defrontar diz respeito ao Conselho Nacional de Reabilitação, um fórum onde Governo e associações se sentam para a discussão destes problemas. A verdade é que o próprio edifício do Conselho Nacional de Reabilitação é um edifício para pessoas não deficientes, com escadarias, elevadores sem dimensões para acolher pessoas que se desloquem em cadeiras de rodas, etc. Um exemplo do que são as barreiras arquitectónicas postas aos deficientes espalhadas por todos os edifícios públicos ou privados. Mas o mais grave no Conselho Nacional de Reabilitação é a sua inoperância, o facto de os diversos grupos de trabalho que ali foram criados depararem constantemente com dificuldades postas pelos técnicos e representantes dos diversos departamentos governamentais, que não fornecem os dados necessários e/ou faltam constantemente às reuniões, inutilizando assim grande parte do possível trabalho realizado ou a realizar.

Ao longo dos últimos treze anos, o PCP tem apresentado na Assembleia da República inúmeras iniciativas que dizem respeito à defesa e melhoria das

condições de vida do cidadão deficiente. Foi o caso, por exemplo, da apresentação de um projecto-lei intitulado «Carta dos Direitos do Cidadão Deficiente» que aproveitava muito do trabalho já desenvolvido pelas associações de deficientes e esteve na base da aprovação da Lei de Bases, impedindo que esta ficasse eternamente adormecida na gaveta de um qualquer ministério. Para além disso, o PCP tem já agendada para o próximo dia 20 a discussão no plenário da Assembleia de um projecto-lei para as associações de deficientes que pretende conceder crédito de horas nos locais de trabalho aos dirigentes associativos, tal como sucede com os dirigentes sindicais, elaborar um esquema de subsídios para o trabalho dessas associações e conceder o porte pago à imprensa delas emanada.

Outra ideia do PCP é fazer aprovar um cartão do deficiente, semelhante ao já usado pelos deficientes das Forças Armadas, que conceda um conjunto de direitos na vida prática do cidadão deficiente e por outro lado contribua para, finalmente, ser feito um recenseamento desta população.

Finalmente foi ainda proposta do PCP acrescentar ao Orçamento de Estado para este ano uma verba de 500 mil contos para esta área.

Há uma vitória que pertence já aos deficientes: a indiferença terminou!



Deficientes

Henrique Mendonça é sócio da Associação de Deficientes das Forças Armadas e da Associação Portuguesa de Deficientes. Sá Flores é representante da Assembleia de Representantes da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal e elemento do Conselho Nacional de Reabilitação, onde representa a CGTP. Carlos Chaparro é dirigente do PCP, da Organização Regional de Lisboa. Estes três interlocutores do «Avante!» para esta mesa redonda pertencem à Comissão junto do Comité Central para os problemas dos deficientes.

AV: Como é que podemos caracterizar o mundo dos deficientes em Portugal. Quantos são, quais as principais deficiências que transportam, onde residem, em que trabalham... que dados há (se há alguns) sobre esta matéria?

HM: Os deficientes, segundo a Organização Mundial de Saúde, constituem dez por cento da população portuguesa. Se tomarmos em conta que no todo nacional cerca de 30 por cento da população portuguesa é afectada pelos problemas dos deficientes teremos pois uma ideia da dimensão do problema...

SF: Pensa-se que em Portugal há cerca de um milhão de deficientes. Embora não haja uma estatística por deficiência, sabemos que os sinistrados de trabalho com deficiência permanente são cerca de 300 mil, os deficientes das forças armadas são cerca de 20 mil, cegos pensa-se que há à volta de vinte mil. Estes dados são conseguidos através de uma estimativa feita a partir do número de sócios que existem nestas três associações de deficientes, específicas. Nas outras associações, embora tenham muitos sócios, as contas são mais difíceis porque também há pessoas não deficientes.

HM: Aliás a actuação negativa do Governo em relação a estes problemas começa logo por não ter vontade política de fazer um censo da população ou incluir no censo que vai ser feito em 1991 dados pelos quais se consiga saber quem são e quantos são os deficientes em Portugal. Esta situação torna difícil às próprias associações poderem englobar num conceito geral a definição das medidas a tomar, as que seriam mais eficazes, as que seriam as prioritárias das prioritárias.

Tivemos um congresso em 1989 na Cova da Piedade onde foi feito um

ria o ponto de partida para qualquer política a ser aplicada nesta área em Portugal, mas que não está regulamentada, embora exista um plano orientador aprovado pelo Governo, plano em cuja elaboração participaram as associações e que tem para cima de trezentas medidas, muitas delas com aplicação programada para 1990 (e não foram aplicadas nenhuma), outras que se projectam para 1991 e 92... Aliás a semana passada houve uma interpelação ao Governo pelo PRD sobre os deficientes e foi notório que todas as bancadas, excepto o PSD, criticaram a actuação do Governo nesta matéria.

CC: Nós temos uma situação em Portugal que se caracteriza por um forte movimento associativo formado e liderado pelos próprios deficientes e temos depois uma *desactuação*, digamos assim, da classe política, com excepção do nosso partido que desde há treze, catorze anos desenvolve actividade nesta problemática. Mas em relação aos diversos governos, nomeadamente os governos do PS e depois os governos de direita, há uma desactuação em relação aos problemas reais dos deficientes. O que se tem assistido é à tomada de medidas avulso, muitas vezes por imposição do próprio movimento associativo, que depois por falta de vontade política, vão caindo. Nós tivemos uma lei de ensino especial apresentada pelo PCP em 1978 e aprovada por unanimidade na Assembleia da República e que depois deixou de existir no tempo do governo Balsemão, porque não foi regulamentada, dentro do prazo legal, pelos sucessivos governos. Nós tivemos uma Lei que foi aprovada, sobre o problema das barreiras arquitectónicas, que por imposição dos grandes construtores o primeiro Governo de Cavaco Silva deixa igualmente cair. Tratava-

A vitória contra a indiferença

para as medidas que se impõe serem de facto aplicadas...

CC: Eu creio que há. Mas o necessário para a aplicação de qualquer política global é que o censo de deficientes seja feito, tal como é exigência do movimento associativo. É preciso saber quantos são, que deficiências têm, onde é que estão... É que é diferente a situação de um deficiente em Lisboa ou no Porto, da de um outro deficiente que às vezes está na província, às vezes misturado com o gado... Perspectivando-se que existe no nosso país um milhão de deficientes; perspectivando-se que cada família tem no mínimo, no seu agregado, três pessoas, já estamos a ver quantas são afectadas por este pro-

tro aspecto refere-se à assistência pré-natal, ao diagnóstico precoce, ao rastreio pós-natal e vacinação universal e à aprovação de medidas conducentes à criação do *cartão deficiente*... Estes aspectos referem-se à prevenção da deficiência... Queremos também que seja criada uma rede nacional de reabilitação, uma regionalização de acordo com o recenseamento dos deficientes e em articulação com a rede de cuidados primários de saúde (cá está o problema do censo dos deficientes). Queremos que determinadas doenças causadoras de deficiências, como por exemplo a hemofilia, sejam consideradas doenças sociais com estatuto e protecção própria. Que as empresas do

ses e ortoses foi alterada: antes estava centralizada em Lisboa mas este ano foi descentralizada, só que não foram atribuídas verbas às ARS para poderem fornecer esse tipo de equipamentos. Resultado: estão para cima de trezentos deficientes que necessitam desses aparelhos e não sabem onde os vão buscar. Têm as suas próteses e ortoses partidas e muitas vezes vão arranjá-las através de serralheiros ou mecânicos de automóveis (que isto são sistemas mecânicos e esses homens podem colaborar na sua reparação mínima); têm próteses e ortoses atribuídas mas na prática não lhes são entregues; por outro lado não há uma descentralização de empresas que efectuem esse tipo de trabalho, obrigando a que os deficientes que necessitam desse equipamento se desloquem a Lisboa ou ao Porto.

Outras medidas por nós defendidas: que sejam criados e mantidos pelo orçamento da segurança social centros de dia e centros de apoio pelo trabalho, no mínimo em todas as capitais de distrito.

Uma reivindicação com mais de dez anos exige que seja instituído um seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais por forma a que sejam criadas efectivas garantias no acidente e nas sequelas do acidente.

Temos depois o problema do ensino, o ensino especial e o ensino integrado, mas queremos também que haja subsídios de modo a tornar o ensino gratuito, nomeadamente o ensino especial onde se pagam enormes quantidades de dinheiro que muitos agregados familiares não têm capacidade de suportar.

Ainda o problema da formação profissional e a necessidade de adaptar cursos no sentido de os tornar acessíveis ao deficiente... Por exemplo, nós temos os cegos: muitos cegos portugueses tiram cursos de história e filosofia; a maior parte dessa população não tem acesso a livros em Braille e os mecanismos que existem para os obter não funcionam. Na Biblioteca Nacional um cego pode pedir que se grave uma determinada obra em Braille, mas depois fica à espera uma quantidade enorme de tempo para que o livro lhe seja entregue...

CC: E na Universidade não tem nada!

HM: E na Universidade um deficiente em cadeira de rodas ou tem alguém que o transporte ao colo ou



Carlos Chaparro

Henrique Mendonça

Sá Flores

blema. Aliás é por isto que hoje nós vemos medidas demagógicas do Governo, que nós vemos o Governo PSD a tentar dizer que toma medidas... só que na prática essa legislação é depois contrariada... Temos o PS a dizer que se interessa pelos problemas dos deficientes, temos o PRD a fazer uma interpelação ao Governo sobre este problema. Eles sentem o peso que este problema tem na sociedade.

Isolamento social

Por exemplo, nós temos famílias que têm pessoas grandes deficientes cujos pais não têm vida social, não podem sair. Pelo facto de não haver apoios onde o deficiente, sobretudo o grande deficiente, possa estar (lares, centros de assistência, etc.) esses pais não podem ir ao cinema, não podem sair à noite... E os apoios que há custam dezenas e dezenas de contos e não é qualquer pessoa que os pode suportar. É um problema social de extrema importância para o qual cada vez maior número de pessoas está desperta, até porque nós temos em Portugal o maior movimento associativo de deficientes da Europa.

AV: E o que é que esse movimento associativo reivindica em termos concretos? Por exemplo, falem-me um pouco dessas quarenta medidas há pouco referidas como tendo sido aprovadas no congresso dos deficientes...

HM: Um dos aspectos é o movimento associativo ser reconhecido e ter o estatuto de parceiro social. Ou-

Estado ou privadas tenham uma quota de emprego para deficientes, seja na forma de emprego protegido seja na forma de emprego integrado, conforme o tipo de deficiência, sendo concedidos benefícios às empresas que empreguem deficientes. Em toda a Europa esta situação existe, mas em Portugal só existe para o funcionalismo público e nos bancários, com quotas de emprego para os deficientes de três por cento.

Outras medidas por nós reivindicadas referem-se à assistência médica e medicamentosa, que achamos que deve ser revista, e que a maior parte dos doentes crónicos tenham os remédios, que lhe são necessários, atribuídos gratuitamente.

A liberdade de movimentos

Existe também a problemática da liberdade, da mobilidade, da acessibilidade dos deficientes que se traduz não só no fim das barreiras arquitet-

Hoje é raro que um deficiente em cadeira de rodas tenha acesso a um cinema. Não pode ir! É rara a biblioteca onde tem acesso. Não pode ir! Há edifícios públicos onde ele tem de ir tratar de problemas, secções de finanças, etc., onde ele não tem acesso, tem de ficar à porta...

levantamento muito sério da situação existente em Portugal. Nessa altura apontámos 40 medidas como sendo de urgente aplicação. Até hoje ainda não se viu nenhuma aplicada... Isto apesar de a Constituição Portuguesa, no artigo 71, ter três alíneas onde se faz menção ao problema dos deficientes em Portugal e onde se defende, nomeadamente, o apoio às associações e organizações dos deficientes.

Lei de bases por regulamentar

O ano passado foi aprovada a Lei de Bases relativa aos deficientes (reabilitação e integração da pessoa deficiente) que é a Lei 9/89 e que se-

se de um regulamento essencial que acabava com as barreiras arquitectónicas nos edifícios públicos e previa uma série de medidas para terminar com as barreiras arquitectónicas nos edifícios privados. É uma questão fundamental! Hoje é raro que um deficiente em cadeira de rodas tenha acesso a um cinema. Não pode ir! É rara a biblioteca onde tem acesso. Não pode ir! Há edifícios públicos onde ele tem de ir tratar de problemas, secções de finanças, etc., onde ele não tem acesso, tem de ficar à porta...

AV: Mas para além das associações próprias dos deficientes, parece não haver por parte das outras pessoas um apoio a essas organizações por forma a existir uma pressão sobre o Governo ou sobre quem quer que seja necessário,

Perspectivando-se que existe no nosso país um milhão de deficientes; perspectivando-se que cada família tem no mínimo, no seu agregado, três pessoas, já estamos a ver quantas são afectadas por este problema.

tónicas mas também na introdução de sistemas diferentes de atribuição de próteses e ortoses (isto são as pernas e aqueles aparelhos que os paráliticos utilizam). Sucede que durante este ano a atribuição de próte-

não consegue deslocar-se de sala para sala.

Estas são as nossas reivindicações em traços gerais. Outro aspecto refere-se a algo que tem a ver com as autarquias: achamos que é



importante que as autarquias locais criem um gabinete para um trabalho junto dos deficientes no sentido de apoiarem e dinamizarem localmente o processo de integração social. Também pretendemos que seja dado o apoio necessário para que as associações de deficientes possam desenvolver os contactos nacionais e internacionais a que têm direito e para que possam participar nas medidas políticas nas quais os deficientes estejam interessados.

AV: Há algum tipo de apoios, algum tipo de mecanismos que apoiem o trabalho das associações de deficientes?

apoio do peditério

HM: A prova de que na prática não existem apoios é que muitas associações de deficientes são obrigadas a fazer peditérios para subsistirem, tal como sucedeu recentemente com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que é uma das maiores se não a maior associação deste tipo. Há algumas associações que têm recebido largos milhares de contos, seja da CEE seja dos sacos azuis dos ministérios, mas isso integra-se numa política governamental de favorecer algumas associações

deficientes. Mas a verdade é que os deficientes não podem usar essas tecnologias porque elas não suportam um preço compatível com a sua capacidade financeira. Por exemplo, um Optacom, que é um aparelho que foi inventado para os cegos lerem qualquer texto através de uma câmara, pequenino e que se pode transportar facilmente, custa à volta de mil contos. Não há um cego hoje que consiga adquirir um aparelho desses! Muitos desses aparelhos não estão isentos de impostos alfandegários. Daí as associações de deficientes exigirem que os custos desses aparelhos sejam comparticipados pela Segurança Social e pelo Governo...

CC: Em alguns casos pagam impostos como produtos de luxo...

SF: Exactamente! As deficiências dividem-se em três campos: sensoriais, mentais e motoras; dividem-se também em congénitas e não congé-

tar que um cego pode ser um escritor, ou um bom advogado. Assim como não acreditam que um deficiente em cadeira de rodas possa ser um homem que domine bem a informática ou um bom dactilógrafo...

É esta *exposição* do deficiente, pondo a sua capacidade no trabalho, que prova por «A» mais «B» que ele é capaz de fazer isto ou aquilo.

É claro que os centros de reabilitação por onde muito disto passa, em vez de avançarem, regredem. Havia um centro de reabilitação em Portugal para cegos, que era a Fundação Saín, que teve de fechar por falta de verbas. Se havia só dois centros de reabilitação em Portugal para cegos, que era esse e o estatal (Nossa Senhora dos Anjos), vemos como a situação será grave.

Quando se quer uma reabilitação e se fecham centros... temos aqui

Um Optacom, que é um aparelho que foi inventado para os cegos lerem qualquer texto através de uma câmara, pequenino e que se pode transportar facilmente, custa à volta de mil contos. Não há um cego hoje que consiga adquirir um aparelho desses!

hoje assistimos em Portugal à *febre da formação profissional*. Hoje faz-se muita formação profissional em Portugal mas o que acontece é que depois do deficiente ter feito o seu curso de formação, fica parado por não haver emprego para ele.

AV: Isso tem a ver também com o receio dos empresários em empregar deficientes...

SF: Pois, e muito por não haver informação sobre as capacidades dos deficientes, do que eles são capazes de fazer. A nível da informação em Portugal há muito a fazer: a televisão devia organizar debates, havia de passar *spots* com deficientes a trabalhar, era necessário uma grande divulgação sobre o que o deficiente é capaz de fazer. É triste, por exemplo, que o programa «Novos Horizontes» tenha passado a ser transmitido, às sextas-feiras, às duas da tarde! Também a informação escrita teria um papel determinante a fazer nesta área.

O Governo fez sair um decreto que isenta de certos impostos as empresas que tivessem deficientes a trabalhar. Isso não foi suficiente para que os empresários empregassem mais deficientes. Tem de haver outras formas de o conseguir, que passam por coisas como esta: devia ser abolida na informação escrita e falada o termo «inválido»... não há «inválidos»! Poderá haver deficientes mais capazes ou menos capazes, mas todos

eles, mesmo o deficiente mental, são capazes de fazer alguma coisa!

AV: Como é que comentam as afirmações do ministro Silva Peneda, no já referido debate na Assembleia da República, segundo o qual nunca nenhum Governo terá feito tanto pelos deficientes?

HM: Bom, ele começa por dizer que o Governo criou o apoio ocupa-

cional a deficientes graves. Eu pergunto o que são deficientes graves? Fala do subsídio de assistência à terceira pessoa. Temos camaradas nossos que precisam desse subsídio e eles próprios dizem que esse subsídio foi uma medida demagógica do Governo: foi aumentado mas não beneficia de facto essa terceira pessoa (a mulher ou a mãe) e em casos em que o deficiente esteja só, não é por esse subsídio que alguém vai passar a dar assistência a esse deficiente. O subsídio a entidades empregadoras de deficientes e prémios de integração: em 1989 os jornais referiam isto como sendo um *código de boa conduta* das empresas; o facto é que falando com a maioria dos deficientes estes dizem que não foram melhoradas as condições de acesso ao trabalho — a Lei existe mas não tem repercussão. Programas de emprego protegido, segundo fala o ministro Silva Peneda... à nossa volta, nós que somos deficientes, perguntamos: onde é que eles estão?

Depois, e isto para mim é muito mais grave, o ministro, manipulando os números, afirma que dos 24 países da OCDE, Portugal surge em termos de percentagem do PIB à frente dos Estados Unidos, da Inglaterra e de todos os outros países à excepção dos nórdicos. Ora bem, o que sucede é que se verificarmos o caminho que esses países já percorreram ao longo dos anos e o que nós ainda agora iniciámos, ver-se-á que nós tínhamos era de investir muito mais do que estamos a investir! Para não falarmos de uma Alemanha ou de uma Inglaterra, onde se sabe que o Serviço Nacional de Saúde é praticamente gratuito... por cá...



que são favoráveis à sua política, procurando assim quebrar a unidade do movimento associativo...

AV: Questões de discriminação política?

HM: Por exemplo, é o caso de um deficiente que é presidente da organização de cúpula do movimento dos deficientes que é a União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes (UCNOD) e presidente da Associação Portuguesa de Deficientes. Conforme denunciou o nosso camarada António Filipe na interpegação ao Governo, a actual Secretária Nacional de Reabilitação está empenhada em discriminar associações e em perseguir dirigentes em actuações que não lembram a democracia nem o diálogo. Até parece que a Lei 9/89 é um mero incidente porque a acção concreta do Governo tem revelado propósitos restritivos. Tanto assim é que o presidente da APD e da UCNOD é impedido de estar presente nas reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação pela Secretária Nacional apenas pelo facto inaudito, sublinhe-se, de ser funcionário desse mesmo organismo.

AV: Como é que as novas tecnologias que todos os dias aparecem no sentido de facilitar a vida ao deficiente, são ou não aplicadas em Portugal?

SF: De facto os inventores trabalham muito para avançarem novas tecnologias de uso específico para os

Passando pela integração e reabilitação do deficiente, há aqui umas certas diferenças. É que enquanto o deficiente congénito tem de ser reabilitado, o deficiente não congénito tem apenas de ser integrado. Se a reabilitação não foi bem feita o deficiente não pôde ser inserido no mundo do trabalho. Antes do 25 de Abril acontecia que os familiares tinham medo de trazer os deficientes para a rua, deixavam-nos estar em casa, havia uma grande segregação. Ainda há pouco tempo noticiou-se o facto de a família de um deficiente o ter colocado na capoeira das galinhas... infelizmente ainda existem situações dessas. Mas hoje há um grande avanço na nossa sociedade. E esse avanço deve-se ao próprio deficiente. É que o deficiente está hoje capacitado que não tem só direitos, também tem deveres, que ele próprio tem de ajudar a reabilitar a sociedade...

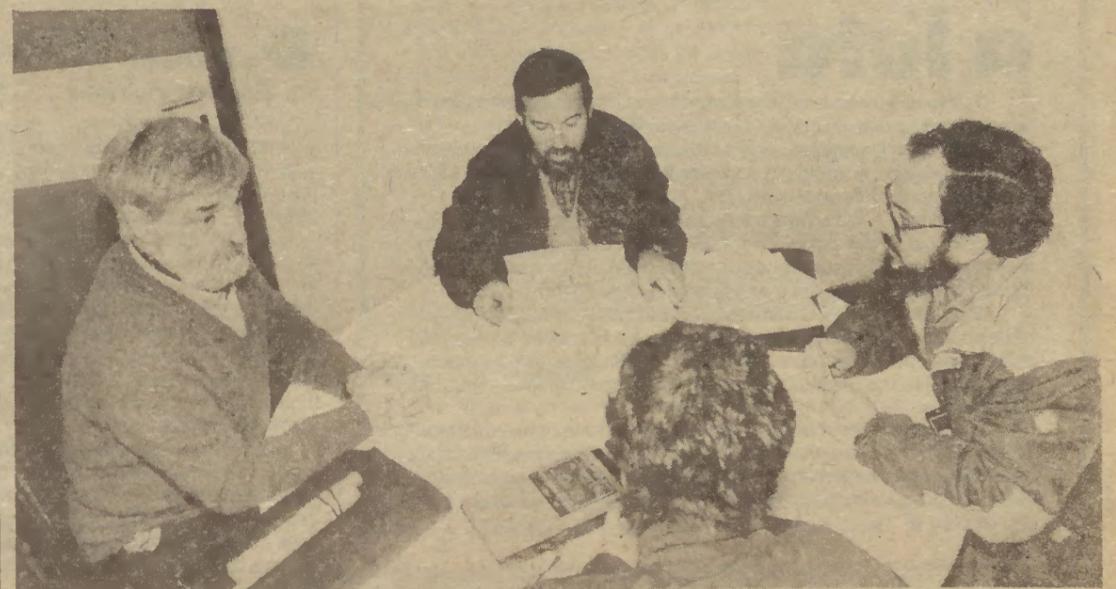
AV: Mas como é que ele pode fazer isso?

SF: Pode fazer isso no seu campo de trabalho, integrando-se junto das pessoas não deficientes demonstrando que é capaz de fazer isto ou aquilo. Muitas vezes as pessoas ficam admiradas... ainda há dias fui fazer o lançamento de um livro meu e as pessoas duvidavam que eu o tivesse de facto escrito, por ser cego... É que as pessoas continuam a não credi-

uma situação completamente antagónica.

Aliás isto faz-me lembrar a situação do emprego para deficientes: nós

A prova de que na prática não existem apoios é que muitas associações de deficientes são obrigadas a fazer peditérios para subsistirem.



Negócio ou autocarros?

Em plenários realizados na semana passada, os trabalhadores da UTIC manifestaram-se contra o encerramento de unidades de produção, exigindo do Governo, do IPE e do Conselho de Gerência a capacidade e a vontade políticas e as medidas financeiras e técnicas necessárias para o desenvolvimento da empresa.

As estruturas representativas do trabalhadores têm denunciado ao longo dos anos a política seguida para aquela empresa produtora de autocarros. Além de responsabilizarem directamente o IPE pela má gestão - para cujas consequências em devido tempo e insistentemente alertaram -, os sindicatos e a comissão de trabalhadores da UTIC acusam o Governo de permitir o escândalo da importação de autocarros em segunda mão.

O negócio, pelo que sabemos, é altamente rentável e o procedimento muito simples, facilitadas que estão as coisas pelo vazio legislativo para esta área (ao contrário das barreiras que são levantadas à importação de automóveis ligeiros, por exemplo).

Um autocarro novo pode custar entre 10 mil e 20 mil contos (conforme for para carreiras urbanas ou para circuitos de turismo). Mas neste momento estão a entrar em Portugal -

confirmou ao «Avante!» o coordenador da CT da UTIC, Roque Vaz - centenas de viaturas com 10 ou 12 anos de utilização no estrangeiro; são adquiridas a preços que variam entre os 1300 e os 1500 contos, que sofrem ligeiras adaptações para responder a exigências mínimas legais; mas as empresas que as compram beneficiam largamente da falta de condições para uma efectiva fiscalização do cumprimento dessas normas (para além do referido

Trabalhadores pronunciam-se contra encerramentos na UTIC

vazio legislativo). Ainda por cima, passado algum tempo podem candidatar-se (e obter) subsídios estatais para abate de viaturas velhas e sua substituição!

Os 600 autocarros usados que entram nos últimos meses em Portugal correspondem a 6 meses de produção de todas as empresas que funcionam no País.

Este problema foi já, por parte dos representantes dos trabalhadores da UTIC, objecto de uma exposição ao Primeiro-Ministro e de uma audiência na Presidência da República.

Esta é mais uma dificuldade com que se defrontam as empresas nacionais construtoras de autocarros, num contexto em que a produção instalada é já superior à procura. Reflexo dos problemas que defrontam é - referiu nos Roque Vaz - a redução a um turno da laboração na Salvador Caetano.

de estratégia do accionista IPE, erros dos sucessivos conselhos de gerência».

Aprovado pelos accionistas (Instituto de Participações do Estado, largamente maioritário, e empresas privadas de transportes) em Maio de 1980, foi implantado a partir de 1984 o desmembramento da UTIC, com a constituição de uma holding e outras 18 empresas. A partir daqui, o IPE e os conselhos de gerência procederam à alienação dos sectores mais rentáveis. Do grupo UTIC foram desligadas a Ucar, a Unicar, a Retic, a Utilcabi, a Visautocar e, mais recentemente, a Portic, a Altice e a Funchaltic. A Faborim, no Porto, vai encerrar este mês, bem como a Comeipel e a Valcar, em Lisboa, segundo o próprio Mário Ferreira, responsável do IPE, confirmou recentemente («Público», 9 de Novembro).

Este processo tem sido acompan-

rência, Alves dos Reis, onde a decisão fora anunciada.

Já nesse comunicado a comissão de trabalhadores afirmava estar «totalmente contra a estratégia global, agora redefinida, para a empresa, sobretudo no que se refere ao encerramento de áreas que sempre foram consideradas vitais para o grupo UTIC», protestando por os trabalhadores, «que tudo deram ao longo dos anos», se verem agora privados do seu emprego.

A CT entende - e Roque Vaz sublinhou esse aspecto nas declarações que prestou ao «Avante!» - que a decisão de encerrar aqueles sectores é essencialmente política, apesar das justificações economicistas que as acompanham. Também as estruturas sindicais são dessa opinião, expressa recentemente no «Metalúrgico», o jornal da Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP/CGTP-IN): «O Governo, através do IPE (seu instrumento para o SEE) e os conselhos de gerência por ele nomeados, conduziram deliberadamente a empresa a uma situação caótica, para agora justificarem o seu desmembramento e alienação e o despedimento».

Para os trabalhadores e os seus representantes, a situação de crise que a UTIC atravessa é o exemplo mais evidente dos erros de gestão, da inoperância organizativa e da falta de capacidade dos sucessivos conselhos de gerência e do IPE.

«O IPE agora encerra. Mas só responsabiliza os gestores quando os substitui» - comenta, a propósito, o coordenador da CT.

Em relação aos encerramentos agora anunciados, a resolução de 28 de Novembro afirma preto no branco que não foram esgotadas todas as hipóteses alternativas para os evitar.



Há mais de 5 anos que a Rodoviária Nacional, a Carris e os Serviços de Transportes Colectivos do Porto não fazem grandes encomendas de autocarros para a renovação das suas frotas. Entretanto, o Governo manda fechar importantes sectores da UTIC, uma empresa onde o Estado detém a maioria do capital e que é das mais importantes do sector. A Salvador Caetano, que com a UTIC se destaca das restantes pequenas e médias empresas construtoras, apesar de - como as estruturas de trabalhadores têm denunciado - ser favorecida pelos governantes, também já depara com dificuldades

Prosseguir a luta

Os trabalhadores da UTIC, de acordo com a resolução aprovada na passada quinta-feira no plenário geral, decidiram:

- Denunciar e responsabilizar o Governo, o IPE e o CG pelas consequências sociais e económicas do encerramento de áreas de actividade fundamentais à continuação da UTIC;

- Manifestar a sua solidariedade aos camaradas directamente atingidos pela perda dos postos de trabalho, na certeza de que a luta por melhores condições económicas e sociais, pela segurança no emprego e pela dignificação humana e profissional vai prosseguir;

- Exigir do IPE e do CG o fim das reduções sistemáticas de postos de trabalho, e os meios financeiros e técnicos, a capacidade e a vontade política que possibilitem com segurança a continuação e o desenvolvimento da UTIC com as áreas que afirmam poder continuar a manter-se no futuro;

- Elaborar e apresentar um caderno reivindicativo, contendo a tabela salarial para 1991 e outros aspectos de âmbito social, que, além duma necessidade premente, constituirão um factor de motivação e empenhamento de todos aqueles que vão continuar na empresa a dar o melhor do seu esforço. ■

Defender e desenvolver

A UTIC tem tradições na construção de autocarros e ocupa uma posição fundamental para a política de transportes nacional. A resolução aprovada no plenário geral de trabalhadores de dia 28 de Novembro lembra que a empresa «tem importância no contexto económico e social, está bem localizada, tem boas instalações, tem meios técnicos e humanos que, apesar das muitas oportunidades perdidas, ainda podem, se bem aproveitadas, viabilizar a rentabilização e o desenvolvimento» da UTIC.

Não é isso, contudo, o que tem vindo a suceder nos últimos anos, em que a empresa tem - como se refere na resolução - «seguido um processo conturbado, reflexo da falta de uma política de transportes, da indefinição

hado por uma drástica redução do pessoal, assente sobretudo nas rescisões de contrato por mútuo acordo. A UTIC, que já empregou mais de 2500 trabalhadores, tem agora poucas centenas. Depois de, em Novembro e no final do corrente mês, deixarem a empresa cerca de 200 pessoas, ficará com menos de 400 trabalhadores - revelou ao nosso jornal o coordenador da CT, chamando a atenção para as «centenas e centenas de milhares de contos» que são gastos em indemnizações para liquidar postos de trabalho.

Política e gestão

O anúncio daqueles encerramentos fora dado a conhecer aos trabalhadores numa informação da CT no início de Novembro, após uma reunião com o presidente do Conselho de Ge-

Vem aí monopólio

Além das consequências para os trabalhadores da UTIC, os seus organismos representativos alertam para alterações importantes que a degradação da situação na empresa pode acarretar. Uma delas é o perigo de, com o fim da UTIC, a construção de autocarros no nosso país ficar, na prática, entregue em exclusivo à Salvador Caetano, deixando de haver a actual concorrência equilibrada. Por isso, outras empresas construtoras e operadores privados (contando já com a privatização na Rodoviária Nacional) resistem à ideia do encerramento da fábrica de Lisboa, a única no Sul do País. A capacidade de concorrência da UTIC é no imediato diminuída com os encerramentos deste mês - como refere a resolução do plenário de quinta-feira. ■

Encontro Nacional da EDP contesta lógica de privatização Parem a

desmembramento e a privatização da Electricidade de Portugal EP marcam a política que tem orientado a empresa nos últimos anos, mas não servem os interesses dos trabalhadores, das populações, nem do País. No Encontro Nacional da EDP, realizado na semana passada, em Lisboa, pela federação sindical das Indústrias Eléctricas (FSTIEP/CGTP-IN), foi contestada com múltiplos e fortes argumentos esta lógica privatizadora, que aponta para o regresso à situação anterior ao 25 de Abril.

Os participantes no encontro manifestaram a sua disposição de continuarem a mobilizar os trabalhadores para a luta em defesa da estabilidade no emprego, dos direitos conquistados e de um serviço público melhor.

Além da resolução que destacamos nesta página, os cerca de cem delegados e dirigentes sindicais, membros da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical da EDP e especialistas que participaram no encontro aprovaram ainda, também por unanimidade, um documento-base que analisa a situação na Electricidade de Portugal e defende que esta deve ser **não uma empresa cujo objectivo seja a mera realização de lucros a curto prazo, mas sim como empresa determinante no desenvolvimento económico e social e com capacidades de impulsionar o progresso científico e tecnológico do País.** Opondo-se à reestruturação pretendi-

uma forma que corresponda consequentemente às necessidades do serviço público que se propõe prestar.

A passagem a SA e o mais que virá

A anunciada decisão do Conselho de Ministros de passar a EDP a *sociedade anónima* é - até por exigência legal - o primeiro passo para a privatização. A partir da SA - prevê-se no documento-base do encontro - poderão ser criadas várias empresas a partir da EDP e do seu actual património (casos

marcha-atrás!

credores internacionais, já que se manteria uma *holding* (EDP, SA) de capitais públicos.

Só que, advertem os representantes dos trabalhadores da EDP, invocando a realidade que se viveu em Portugal até à nacionalização, em 1975, e à criação da empresa única de produção, transporte e distribuição de electricidade, **as empresas que daí resultarem, e na busca imediata do lucro, jamais prestarão ao público consumidor um serviço de qualidade.**

Antes da criação da EDP, recorda-se, a cobertura do espaço nacional era insuficiente, a qualidade do serviço era fraca, havia acentuadas diferenças tarifárias com prejuízo para as populações do interior. «Não acreditamos que alguma empresa privada fizesse o esforço de electrificação nacional que a EDP, EP tem feito ao longo da sua existência» - afirma-se no documento.

Em discussão no Conselho da Europa estão directivas que, de acordo com o documento-base aprovado no encontro, terão graves consequências para Portugal, uma vez que apontam para a protecção dos interesses dos países mais poderosos e mais desenvolvidos da CEE. «O mercado interno da energia, levado às últimas consequências, deixar-nos-ia na dependência e debaixo das pressões de interesses que não são os nossos» - advertem os trabalhadores da EDP e as estruturas que os representam. Estas questões deverão ser analisadas mais profundamente num encontro internacional a realizar pela FSTIEP no primeiro semestre de 1991.

E o País?

Para a privatização da EDP - como foi recordado no encontro de dia 29 de Novembro - o Governo não apresenta outros argumentos que não seja o facto de esse objectivo figurar no seu programa, no quadro geral da ofensiva contra o sector empresarial do Estado. Mas

tem sido essa orientação que determina a política para a empresa e a actuação do seu Conselho de Gerência, considerado no documento-base como *autêntica comissão liquidatária*.

Entre as medidas tomadas na EDP, são especialmente criticadas a venda da central termoeléctrica do Pego e o recurso desmesurado a empreiteiros. Sem um Plano Energético Nacional e com falta de transparência na planificação, as medidas do CG e do Governo para a empresa enquadram-se numa gestão em estilo *tableau de bord*, acompanhando a evolução a curto prazo, que os trabalhadores criticam por não ter em conta «a elevada inércia do sector eléctrico, o qual não admite soluções a curto prazo na produção, sob pena de aumentar perigosamente a nossa dependência do estrangeiro».

Igual consequência teria a venda da central do Pego, que, a concretizar-se, seria «um dos mais gravosos negócios para o País». A produção desta central representará cerca de um terço de toda a electricidade produzida no país em centrais térmicas, e o seu preço elevado implica que, certamente, só o capital

multinacional estará em condições de a comprar.

«Empresas como a EDP têm uma função social a desempenhar e podem conferir ao Estado um forte poder negociador na defesa dos interesses nacionais» - afirma-se no documento-base do encontro.

A par dos interesses do País e dos consumidores, os trabalhadores da EDP colocam, no combate ao desmembramento e à privatização da empresa, a defesa dos importantes direitos e regalias que conquistaram com a sua luta e dos quais não estão dispostos a abdicar.

Para contrariar a política actual, há que desenvolver uma forte acção concertada e em unidade dos trabalhadores da empresa, que, como se refere no documento do encontro nacional, **conseguiu evitar até hoje o desmembramento e a privatização, objectivos perseguidos pelo grande capital desde 1980.** A Federação e os participantes no encontro sublinham hoje que **existem argumentos e capacidades de mobilização e luta suficientemente fortes para contrariar tal política.** ■

Números

De 1979 a 1988 a EDP levou a electricidade a 6250 lugares, que envolvem 350 mil habitantes. Destes, 4350 lugares tinham menos de 50 habitantes.

Em 1976 havia, por cada trabalhador da EDP, 84 consumidores. Em 1988 a EDP tinha 22818 trabalhadores para 3890 mil consumidores, o que eleva aquela relação para 1/170.

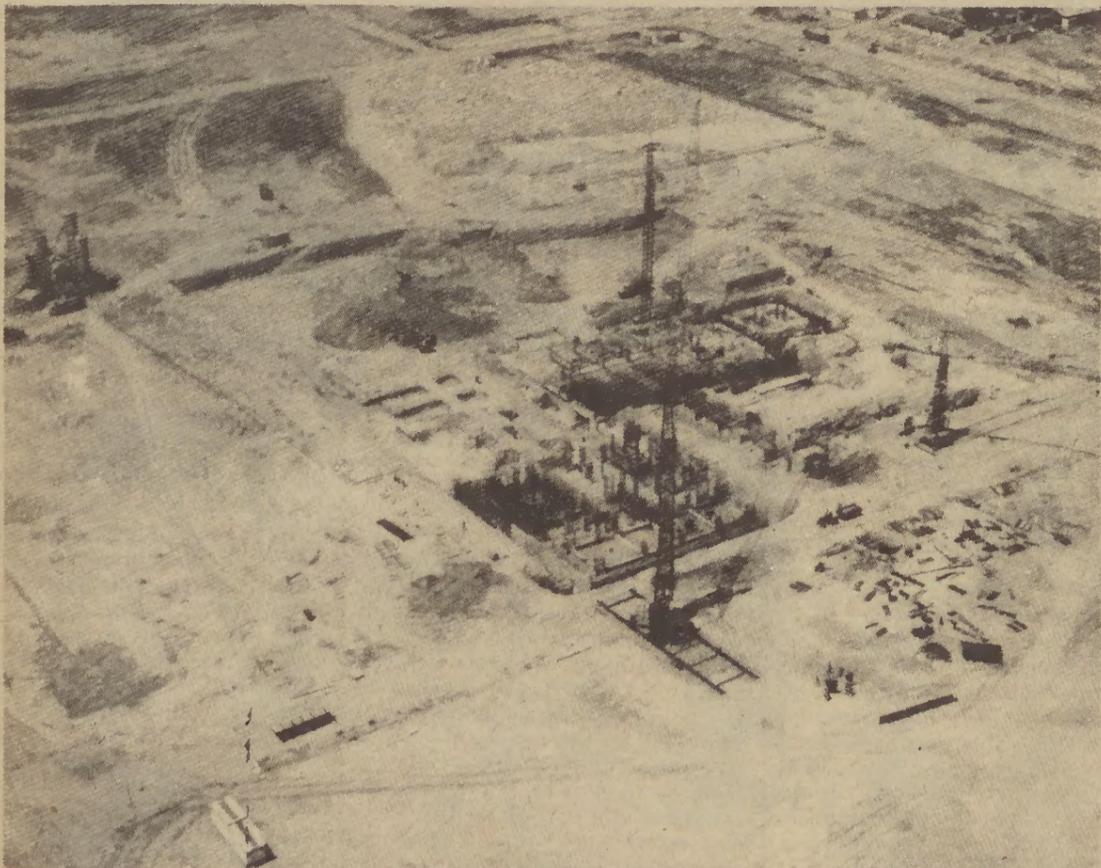
No mesmo período, em que o número de trabalhadores aumentou 78,9%, o consumo de electricidade aumentou 122%.

A facturação nesses doze anos passou de 6775 milhões de contos para 254276 milhões de contos.

(Do documento-base do Encontro Nacional da EDP)

da pelo Governo e o Conselho de Gerência por ele nomeado, na qual se prevê a eliminação de 6 mil postos de trabalho até 1993, os representantes dos trabalhadores da EDP defendem que esta **pode ser reestruturada de**

da Internet, Enerfim e Informática), e poderão ser vendidos sectores a empresas privadas (4 ou 6 empresas regionais de distribuição, empresas de produção, de transporte...), medidas que não deverão ter a oposição dos



A venda da central termoeléctrica do Pego poderá vir a ser um dos negócios mais gravosos para o País. A concretizar-se, colocaria certamente nas mãos de uma multinacional uma central cuja produção representará um terço de toda a energia térmica produzida em Portugal. É bom não esquecer que quem a comprar o fará porque a considera altamente rentável

Parlamento vai discutir EDP

Os trabalhadores da EDP estão a recolher assinaturas para uma petição a apresentar na Assembleia da República exigindo que sejam discutidas em plenário as medidas preconizadas pelo Governo para a empresa, bem como os reais fundamentos dessas medidas e as consequências que a sua concretização pode ter para o País.

Esta é uma das iniciativas previstas na resolução aprovada por unanimidade no encontro nacional que a FSTIEP promoveu na passada quinta-feira. Além desta e do envolvimento da estrutura sindical e dos trabalhadores na realização das decisões do recente plenário de activistas do sector empresarial do Estado (nomeadamente a semana de luta de 10 a 16 de Dezembro), a resolução aponta ainda outras iniciativas a curto prazo.

Os representantes dos trabalhadores vão fazer uma **exposição ao Presidente da República**, solicitando a sua intervenção para que os direitos dos trabalhadores da EDP (nomeadamente os que estão consagrados no Acordo de Empresa e no Estatuto Unificado do Pessoal) sejam salvaguardados.

Vão ainda pedir **audiências ao ministro da Indústria e Energia e ao presidente do Conselho de Gerência da EDP**. Além da garantia dos direitos e regalias dos trabalhadores, com o cumprimento integral do AE e do EUP, apresentam a estes responsáveis outras reivindicações, nomeadamente:

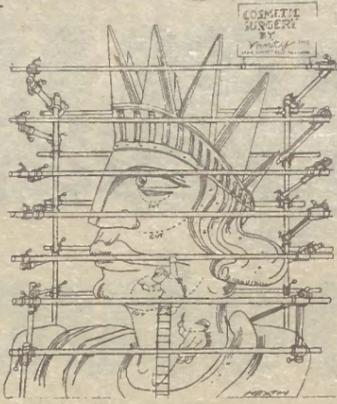
- que cesse o leilão do património da EDP;
- que seja elaborado um Plano Energético Nacional que corresponda aos interesses nacionais e tenha em conta os problemas criados pela integração na CEE (e que os representantes dos trabalhadores possam acompanhar as negociações relativas ao mercado interno europeu no que respeita à energia eléctrica);
- que prossiga a construção de novos centros produtores e que seja definitivamente lançado o empreendimento do Alqueva;
- que o recurso à importação de energia só seja admitido como meio de apoio ao sistema electroprodutor nacional e em condições mutuamente vantajosas para os países participantes;
- que seja posto termo à descapitalização técnica da empresa (que é feita através da política de recurso desmesurado a todo o tipo de empreiteiros, degradando a qualidade do serviço público que a EDP deve prestar) e à orientação de encerramento de centros de distribuição (que está a originar grande indignação entre as populações e os trabalhadores afectados);
- que parem as pressões sobre trabalhadores para que rescindam contratos e apressadamente aceitem antecipar o seu processo natural de reforma.

Justo e realista

Na resolução do encontro considera-se que os objectivos apontados são realistas, correspondem aos justos anseios dos trabalhadores e devem contribuir para o reforço da sua unidade.

Os participantes no encontro reafirmam na resolução a sua total disponibilidade para mobilizarem os trabalhadores da empresa e, em unidade, desencadear «as acções de luta necessárias». ■

■ **A. Villaverde Cabral**



EUA: Uma sedução em declínio

A história da ascensão e declínio dos principais países no sistema das grandes potências (...) mostra uma correlação muito significativa, no mais longo prazo, entre, por um lado, as capacidades produtivas e de crescimento do rendimento e, por outro lado, o poder militar, afirma Paul Kennedy na sua obra «Ascensão e queda das grandes potências».

Como que pedindo desculpa, o mesmo historiador, professor na Universidade de Yale, diz que «pode parecer cruamente mercantilista exprimi-lo deste modo, mas a riqueza é habitualmente necessária para apoiar o poder militar, e o poder militar é habitualmente necessário para adquirir e proteger a riqueza». O autor defende a teoria de que as grandes potências acabam esgotando-se quando a gula as leva excessivamente longe por demasiado tempo. Os compromissos de ordem militar acabam por ser tão onerosos que terminam afectando a economia ao ponto de não ser mais possível «proteger a riqueza». Os «exageros imperiais», diz, acabam por ser os coveiros dos impérios.

As graves crises por que passam os EUA e a URSS (de dimensão e carácter diverso) são hoje equiparadas por historiadores norte-americanos.

No mundo a que agora se chama de «pós-guerra fria», as duas potências protagonistas durante cerca de 40 anos estão exaustas.

Diz Christopher Lash, professor na Universidade de Rochester, que «é bem possível que o Ocidente tenha ganho a guerra fria. Porém os Estados Unidos não poderão gozar os frutos dessa vitória», uma vez que, com a guerra fria, afirma, «a União Soviética e os Estados Unidos se destruíram mutuamente».

Não pretendemos aqui questionar a verdade destas afirmações. Elas são, porém, matéria de necessária reflexão neste mundo em mudança acelerada.

As consequências da guerra fria, a serem elas determinadas, manifestam-se de maneira muito diversa na URSS, país onde o Estado assumiu aberta e orgulhosamente um carácter de classe, e os Estados Unidos, onde esse carácter, tão claro e acentuado como no país dos soviéticos embora de sinal contrário, sempre foi e é escondido atrás de um processo democrático mais do que duvidoso. As dificuldades económicas num e noutro país, exactamente pelo carácter do Estado, não deram os mesmos resultados.

○ fosso eleitoral

Forte ainda de muito poder económico e do, sem qualquer dúvida, maior poder militar, os Estados Unidos agarraram-se ao papel de polícia mundial para manter a supremacia, a hegemonia. A sociedade norte-americana, no entanto, não parece excessivamente interessada nessa política hegemónica. O dia-a-dia pesa muito mais do que os grandes desígnios imperiais.

As recentes eleições de *mid term* (entre presidenciais) vieram demonstrar o fosso existente entre o que se vai chamando (até por pessoas que deveriam pensar duas vezes antes de pronunciarem a expressão) de classe política e o resto do país. Comentaristas e sociólogos norte-americanos reconhecem agora a existência de apenas dois partidos no país. Mas não se referem aos democráticos e aos republicanos. Querem significar, como dizem, o partido de Washington, a «classe política», e o resto do povo norte-americano. É por existir esse fosso que as abstenções atingiram os 63,6 por cento. As pessoas acham que «a política é para os políticos» e que tanto faz este como aquele que tudo vai a dar no mesmo.

«We the people» (nós, o povo), diz a Constituição dos países fundado-

res, mas a realidade é bem outra. Já ninguém acredita nessa conversa em que Ronald Reagan tanto insistiu na sua retórica enganadora. Se tivermos em conta que mais de 30 por cento dos americanos com direito de voto nem sequer se dão ao trabalho de se recensearem, já podemos ver bem como aquele «nós, o povo» é falso. Depois, dos menos de 70 por cento que se recensearam, apenas 36,4 por cento se deram ao incómodo de ir votar... Que quer isto dizer? Quer dizer que cerca de 24 por cento dos cidadãos com capacidade eleitoral «decidem» sobre quem são os representantes de todo o povo dos EUA. Os votos ainda se dividem entre republicanos e democráticos, pelo que a percentagem dos votos obtidos pelos eleitos passa a ser pouco mais do que ridícula.

Fantástico é que, com estes números, um candidato que se afirma socialista tenha sido eleito. Natural é que o resultado global tenha introduzido pequeníssimas mudanças.

Diz-se muito para aí que os democráticos obtiveram grossa vitória. Mentira. Quem obteve grossa vitória foi o imobilismo. No essencial, o que estava ficou.

Vejamos o que diz respeito à Casa dos Representantes, a câmara baixa do Congresso dos EUA e

aquela que pela sua grandeza em números mais se aproxima da realidade eleitoral. Dos 406 membros da Câmara que concorreram, venceram 391. Apenas 15 perderam os seus lugares. Perderam o tacho apenas 3,69 por cento daqueles que já o tinham e pretendiam conservá-lo. Acrescente-se que 79 desses senhores nem sequer tiveram oposição e que 168 não tinhampositor com apoio financeiro.

Vale a pena dizer a esmagadora maioria dos representantes e senadores norte-americanos são milionários?

O sistema norte-americano perpetua os dirigentes, afastando-os cada vez mais dos eleitores e ainda mais do povo que se marginaliza da política na mesma medida em que é marginalizado da vida social e económica.

A grande mentira

Num momento em que a *american way of life* (a maneira americana de viver) tanto seduz muita gente por essa Europa do Leste fora, talvez não seja inútil lembrar ao que conduziu essa grande mentira americana, tanto no que diz respeito à vida dos americanos como à presença económica americana no mundo.

De acordo com sondagens efectuadas no país de Reagan e Bush, apenas 15 por cento dos norte-americanos dizem que o seu país é uma potência económica mundial. Exagero motivado pela descrença. É porém verdade que a supremacia absoluta há muito que se foi. Os EUA são os maiores devedores do mundo, deixaram de ser os maiores credores e perderam o lugar de primeiros exportadores. O Japão e a

RFA (agora reforçada) impõem-se no mundo da competição capitalista.

Durante o ano corrente a Lockheed não vendeu um único avião e o mercado internacional está a ser tomado pela Airbus europeia; o Chase Manhattan Bank dos Rockefeller desce vertiginosamente na lista dos maiores bancos do mundo e, para sobreviver, tem de despedir 5000 trabalhadores. O Citicorp era o primeiro no mundo e hoje é o décimo. Hoje, apenas 10 por cento dos televisores nos lares americanos foram fabricados no país; razão: nos EUA já não se fazem tais aparelhos (há 20 anos, a indústria norte-americana fornecia 90 por cento dos televisores). Na estratégica indústria dos computadores, os EUA dominavam o mercado mundial nos anos 70 com 90 por cento das máquinas, mas hoje eles foram ultrapassados pelo Japão e dependem dele em muitos aspectos. Quanto ao negócio que se avizinha e promete ser um dos maiores de sempre — a televisão de alta definição — a competição tem apenas dois concorrentes, o Japão e a CEE.

Esta situação gravíssima para a economia norte-americana levou um director da revista «Time», Henry Grunwald, a afirmar: «O sector privado não é de modo algum um modelo. Na América, o mundo dos negócios, em muitos aspectos, abandonou a América.» Que diferença em relação a um seu antecessor, Henry Luce, que proclamava em 1941 o «século americano»!

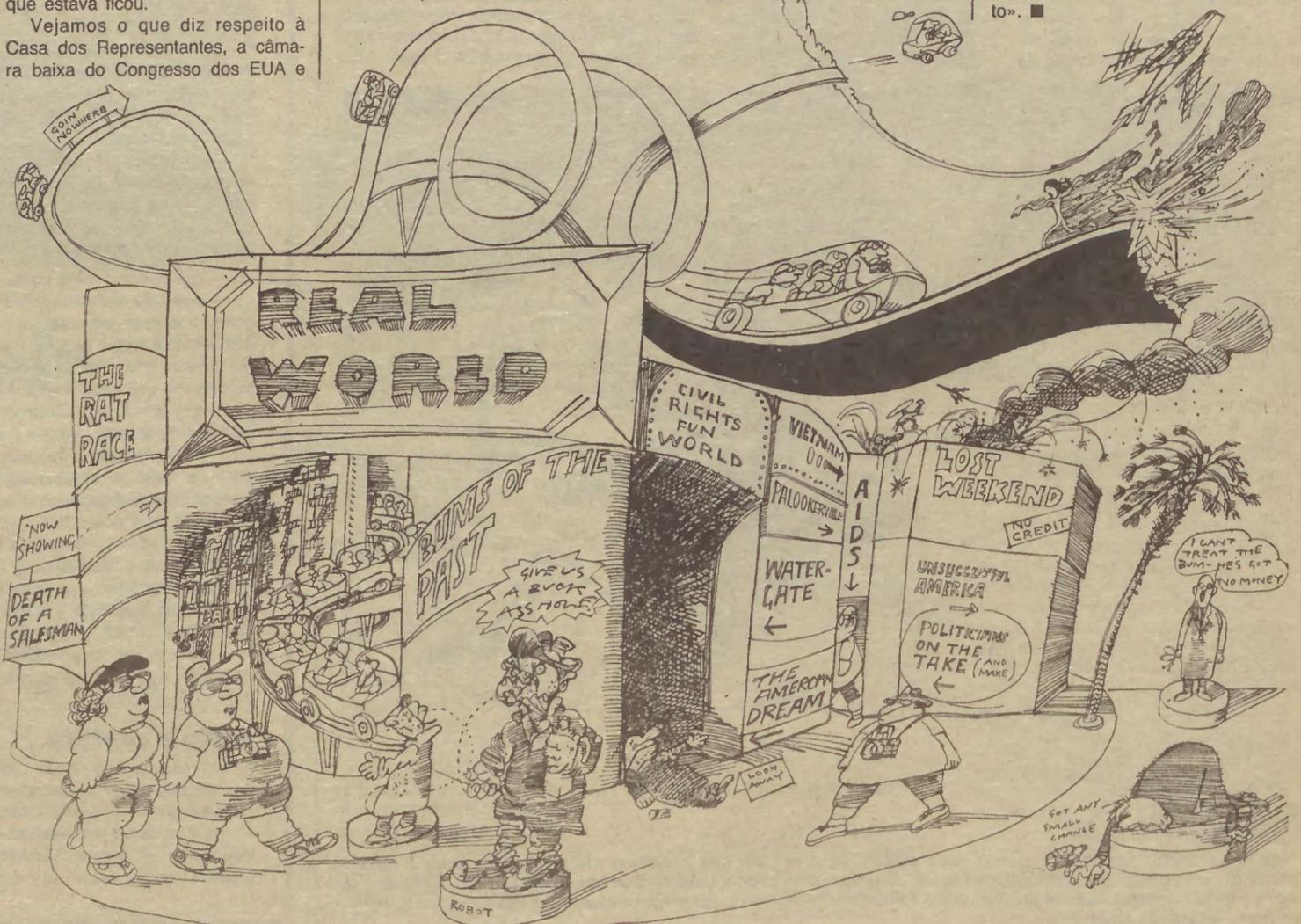
Celebrada por tantos como a grande política do final do século, a orientação que Ronald Reagan deu aos assuntos económicos e militares dos EUA é hoje o bombo da festa de todos os comentadores.

Ninguém se atreve já a defender o ultraliberalismo de Reagan e até a mais fiel intérprete dessa filosofia devastadora acaba de cair na Inglaterra.

Ao mesmo tempo que desenfreava a corrida aos armamentos, Reagan promoveu a economia da especulação e a desindustrialização. Os resultados estão à vista. E são catastróficos. Já se diz e escreve que infra-estruturas como pontes e estradas estão, nos EUA, que alguns querem tardiamente copiar, ao nível da Tanzânia (sem ofensa). Mais grave do que os buracos nas estradas e a ameaça de ruína das pontes é o facto de dois milhões de crianças norte-americanas abandonarem anualmente a escola sem nunca terem aprendido a ler e a escrever.

George Bush tem pela frente uma tarefa ingrata e difícil. Escolheu o caminho mais difícil, mas também o mais perigoso: fugir para a frente. Incapaz de resolver os problemas internos, Bush procura uma solução no campo em que o seu país é ainda o mais forte (tanto mais que está sem oposição). Usa a força militar para manter ao mais baixo nível possível os preços do petróleo; dispõe-se a apresentar o poderio militar norte-americano como força policial de aluguer de forma a que se mantenha e agrave o *status quo* internacional.

Chama a esta política a construção de uma nova ordem. Dificilmente serão os Estados Unidos a ganhar com tal ordem. Os países mais pobres, esses serão sempre perdedores. Os ganhadores temporários terão de ser procurados entre os que vão conquistando mercados e demonstrando «capacidades produtivas e de crescimento do rendimento». ■



Desenho de Michael Heath

■ Carlos Brito

Orçamento do Estado 1991

As opções de classe sob o manto da demagogia

O debate na generalidade sobre o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1991, efectuado recentemente na Assembleia da República, trouxe um inestimável contributo ao esclarecimento e desmascaramento da propaganda e do eleitoralismo de que o Governo rodeou a apresentação da sua política económica para o próximo ano.

No termo do debate tornou-se muito claro que os portugueses devem contar não com a «melhoria do bem-estar» que lhes prometeu Cavaco Silva, mas com exíguos aumentos nominais de salários, vencimentos e reformas para fazer face a maiores impostos (directos e sobretudo indirectos), a mais inflação e a menor apoio real orçamental à habitação, à saúde, ao ensino e às autarquias.

O debate revelou também as reais opções de classe governamentais sob o manto espesso da retórica demagógica do relatório das Grandes Opções e dos discursos do Primeiro-Ministro e de outros membros do Governo.

reverso do «crescimento»

Todos os membros do Governo que intervieram no debate exaltaram «grandes êxitos» governamentais, nomeadamente: «os quatro anos de crescimento», «o sucesso de integração», «a situação de virtual pleno emprego».

O debate revelou em contrapartida:

- Em relação ao «crescimento» que o Governo apregoa ficou demonstrado que não se tratou de verdadeiro desenvolvimento. As desigualdades sociais em vez de serem atenuadas agravaram-se, ampliaram-se as manchas de pobreza, os salários reais subiram menos que a produtividade, o trabalho foi crescentemente preterido na distribuição do rendimento nacional. O próprio Cavaco Silva foi obrigado a reconhecer que «o crescimento económico não é um fim em si próprio» e que «a sua razão de ser reside no bem-estar dos portugueses». Não é isso que tem acontecido como ficou provado exuberantemente. Além de tudo isto acentue-se que o «crescimento» não é tão grande como o Governo pretende fazer crer. É inferior ao da Irlanda e é pouco superior ao de Espanha, o que quer dizer que por este andar nunca mais nos aproximaremos do nível dos espanhóis.

- Em relação ao «sucesso da integração» o que o debate revelou foi o escandaloso facto do Governo se ter recusado a prestar contas à Assembleia da República sobre os níveis de execução dos programas comunitários. Isto é tanto mais grave quanto os resultados publicitados pela Comissão de Bruxelas para os primeiros seis meses do ano revelam níveis baixíssimos -17% para o FEDER e 19% para o FSE. O Governo também não prestou quaisquer esclarecimentos sobre as denunciadas situações de clientelismo, de esbanjamento, de desvio e até de corrupção que continuam a acompanhar a atribuição e a utilização dos fundos comunitários. Revelador de embaraços do Governo em matéria de integração, é a circunstância de nem o Ministro da Agricultura, nem qualquer Secretário de Estado deste Ministério terem intervido no debate orçamental, a acrescentar as parcas e fugidias referências que a Agricultura mereceu no Orçamento e nas Grandes Opções. Isto acontece, repare-se, num momento crucial para a agricultura portuguesa resultante da passagem à aguda fase de integração europeia e em pleno processo de negociações no GATT, que podem ter consequências desastrosas para Portugal.

- Em relação ao emprego o Governo pretende esconder de todas as formas possíveis, incluindo através de números manifestamente falsos citados pelo Ministro Silva Peneda, que a questão fundamental que caracteriza a situação do emprego no nosso país é a precariedade do emprego, como fenómeno generalizado e massivo, compreendendo centenas de milhares de trabalhadores, que oscilam entre o mau emprego e o desemprego (como foi referido pela bancada comunista) e se sujeitam a situações absolutamente ilegais e a formas de exploração medievais. Ao escamotear esta realidade o Governo declina de facto as suas responsabilidades não só em matéria de justiça social, mas até na obrigação de fazer respeitar a legalidade.

Os sacrifícios e os benefícios

Apenas numa questão o Governo não se atreve a cantar vitória e, apesar das desculpas que procura arranjar, não pode disfarçar o evidente fracasso: trata-se da derrapagem da inflação.

Mas o imperativo da redução da



taxa de inflação como condição para a adesão à UEM é o grande pretexto que o Governo invoca para apelar a novos sacrifícios aos trabalhadores, aos reformados, aos agricultores, à generalidade dos que vivem dos rendimentos do trabalho, aos sectores mais depauperados da nossa sociedade — sempre os mesmos.

Pediram-se-lhes sacrifícios nos tempos das vacas magras do «bloco central», voltam a pedir-se-lhes sacrifícios nos tempos das decantadas vacas gordas do «crescimento cavaquista».

O Ministro das Finanças não escondeu no seu discurso que um dos objectivos do Governo no acordo económico-social foi a contenção dos salários reais que têm, como explicou, «um lugar poeminente numa estratégia de desinflação» sem sequer garantir que não possam vir a ser «demasiado afectados».

O acordo económico-social ao

contrário do que se tem pretendido fazer crer é uma viva demonstração da política de permanente exigência de sacrifícios aos trabalhadores. Os decantados quatro anos de crescimento económico não têm nenhum reflexo nos mediocres objectivos do acordo em matéria de actualizações de salários, reformas e prestações da segurança social. Preparam novos e mais gravosos sacrifícios às cláusulas do acordo que visam a desregulamentação e a flexibilização dos horários de trabalho e as que visam despossar os trabalhadores de garantias contra os despedimentos.

Em contrapartida, o Orçamento e as Grandes Opções contemplam o grande capital com benefícios de toda a ordem. É o capital que sai contemplado com o único desagravamento fiscal que o Orçamento comporta, a redução de 36,5% para 36% na taxa do IRC.

A propósito desta redução vale a pena citar o comentário do Ministro das Finanças. Disse ele: «é um primeiro passo no sentido claramente apontado pelos nossos parceiros europeus». A bancada comunista perguntou-lhe então: porque não faz o mesmo com as reformas mínimas que segundo os nossos parceiros devem ser pelo menos de 55% do salário mínimo nacional? Estamos longe disso e o Governo não mostra vontade de se aproximar, pois, o PSD chumbou dias depois do debate orçamental um Projecto do PCP que visava precisamente este objectivo.

No final do debate a ninguém subsistiam dúvidas de que a propagandeada prioridade das funções sociais do Estado não tem qualquer correspondência nas dotações do Orçamento que vai ser aprovado. Tornou-se uma evidência que as

para dar benefícios fiscais, isenções e taxas especiais aos grandes rendimentos, as mais-valias financeiras, aos rendimentos das acções cotadas na Bolsa.

Nas entrelinhas do debate, o Governo explica perfeitamente estes favores.

O ministro do Parlamento hierarquizou as preocupações do Governo em relação aos agentes económicos por forma que não deixa dúvidas sobre as verdadeiras opções de classe governamentais. São três afirmações pela seguinte ordem: «Queremos facilitar a vida dos empresários», é a primeira; «Queremos alargar o número de empregadores», é a segunda; «Queremos ver prósperos todos os trabalhadores», é a última.

Não se trata de simples favores, mas de toda uma estratégia ao serviço do grande capital.

Nas Grandes Opções, define-se, com efeito, «o processo de formação e desenvolvimento dos grupos económicos» (isto é a restauração e a reestruturação do capital monopolista) como o primeiro elemento-chave da dinâmica do sector empresarial.

Cavaco Silva ao encerrar o debate do Orçamento apontou duas direcções fundamentais para a concretização desta dinâmica restauracionista: «a reestruturação do sistema financeiro e o prosseguimento do programa de privatizações».

As privatizações aparecem assim despojadas da demagogia com que durante anos foram preconizadas e apresentadas. Torna-se cada vez mais difícil esconder que se trata de uma gigantesca operação de delapidação do riquíssimo património nacional a favor de grandes potentados capitalistas com o objectivo declarado de incrementar e acelerar a toda a força a restauração e a reestruturação do capital monopolista. Esta escandalosa operação marcada pela absoluta falta de transparência, favorece a crescente influência do poder económico sobre o poder político, entrega ao controlo de grupos estrangeiros de empresas básicas da nossa economia e compromete uma estratégia de desenvolvimento verdadeiramente nacional.

o papel do PS

O PS teve um papel relativamente apagado e frouxo no debate orçamental (notando-se a ausência de diversas vozes socialistas habituais nestes debates) e cometendo a ingenuidade de apresentar um orçamento alternativo muito fraco, dando assim todo o flanco à crítica demolidora do Governo.

O PS distinguiu-se afinal por ter aparecido logo no início do debate a propor a aceleração do processo de indemnizações relativas às nacionalizações, não querendo de maneira nenhuma atrasar as privatizações, como declarou.

O PS vai mesmo ao ponto de anunciar a sua disponibilidade para considerar positivamente uma alteração à Lei Quadro das Privatizações por forma a permitir que os detentores primários de títulos de indemnizações possam ter praticamente e à

semelhança do que acontece com os trabalhadores e os pequenos aforradores algum tratamento privilegiado na privatização das empresas nacionalizadas. Isto é, nem mais nem menos que favorecer o regresso em força dos Mellos, Champalimaud, Espírito Santo e outros grupos marcantes nos tempos da ditadura fascista, às empresas que controlavam.

A opinião democrática não pode deixar de reagir em face de uma tal perspectiva.

Assinale-se ainda que o PS, que assumiu especiais responsabilidades no aceleramento do processo de privatizações através do seu acordo de revisão da Constituição com o PSD, não só não levanta um dedo contra os escândalos que o estão a assinalar, como quer alargar o bodo ao grande capital e privilegiar os sectores mais comprometidos com a ditadura.

As propostas do PCP

Através de intervenções globais e sectoriais o PCP desmascarou a retórica demagógica e eleitoralista com que foi feita a apresentação e a propaganda do Orçamento e das Grandes Opções e pôs em evidência a verdadeira estratégia de fundo que está subjacente às duas propostas e a sua natureza antipopular e antinacional.

O PCP demonstrou que é possível aumentar as receitas, sem aumentar a carga fiscal que pesa sobre a generalidade dos contribuintes. Impõe-se, para isso, eliminar ou reduzir drasticamente os benefícios fiscais, as isenções e taxas especiais actualmente concedidas aos rendimentos e mais-valias financeiras. Demonstrou que a eliminação dos tratamentos especiais dos rendimentos de títulos da dívida pública, das mais-valias financeiras, dos rendimentos das acções cotadas em bolsa e de múltiplas aplicações e produtos financeiros, originava dezenas de milhões de contos de receitas adicionais para o Orçamento do Estado.

Com este objectivo e a partir dele, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto coerente de propostas alternativas, dando sequência às preocupações manifestadas durante o debate, em especial no que respeita ao reforço das dotações para a habitação, a saúde, a educação, as autarquias locais. Propôs também um significativo aumento das reformas e pensões e das prestações da Segurança Social.

O PCP demonstra assim, também pela positiva, que há outras orientações e soluções diferentes e opostas à política governamental que rege os destinos do País há cinco anos e com toda a probabilidade encontrará o seu termo nas eleições legislativas do próximo ano.

O debate travado na Assembleia da República confirma plenamente a imprescindibilidade dessa viragem democrática para que o País retome finalmente os caminhos do desenvolvimento e da justiça social. ■

Obras públicas: destes números não fala o Governo

Na TV e nos outros órgãos de Comunicação Social têm sido frequentes os *raids* de propaganda governamental sobre obras públicas. Um simples projecto no papel, uma «primeira pedra» solenemente colocada ou, até uma simples promessa merecem desde logo títulos de caixa alta. O mesmo critério já não serve quando se divulgam números como estes: entre Janeiro e Novembro deste ano os concursos de obras públicas baixaram 21,3 por cento em valor e 44,3 por cento em número, relativamente ao ano passado. Na sua prolongada edição do Telejornal de sábado o Moniz vai já explicar que não é bem assim...

Se a moda pega...

A notícia chegou da Alemanha. A ministra para os Assuntos das Mulheres, Ursula Lehr, anunciou em Bona que não iria integrar o próximo Executivo de Helmut Kohl, seguindo assim em apenas dois dias as pisadas

de outro destacado membro do Governo. Ursula Lehr garantiu que esta sua atitude prende-se exclusivamente com a vontade de regressar à carreira de investigação. Mas círculos geralmente bem informados garantem que esta demissão tem a ver com uma grave acusação feita à ministra de Kohl, dentro do próprio partido: durante a sua passagem pelo Executivo a ministra das mulheres pouco ou nada terá feito. É caso para perguntar: se a moda pegasse por cá?

Macaquices

O dr. Mário Soares parece ter introduzido na campanha que se avizinha para a presidência da República um novo estilo. Sob aplausos dos seus apoiantes, declarou no Porto que o dr. Basílio Horta é «um macaco num armário de vidro». A asserção do actual Presidente da República levanta diversos problemas, o menor dos quais não é seguramente o da pouca elevação argumentativa assim introduzida no debate político que ora se desenrola. Mas convirá sublinhar que o delicado epíteto coloca outras inquietações sobre a experiência de vida do dr. Mário Soares. Na verdade, conhecem-se

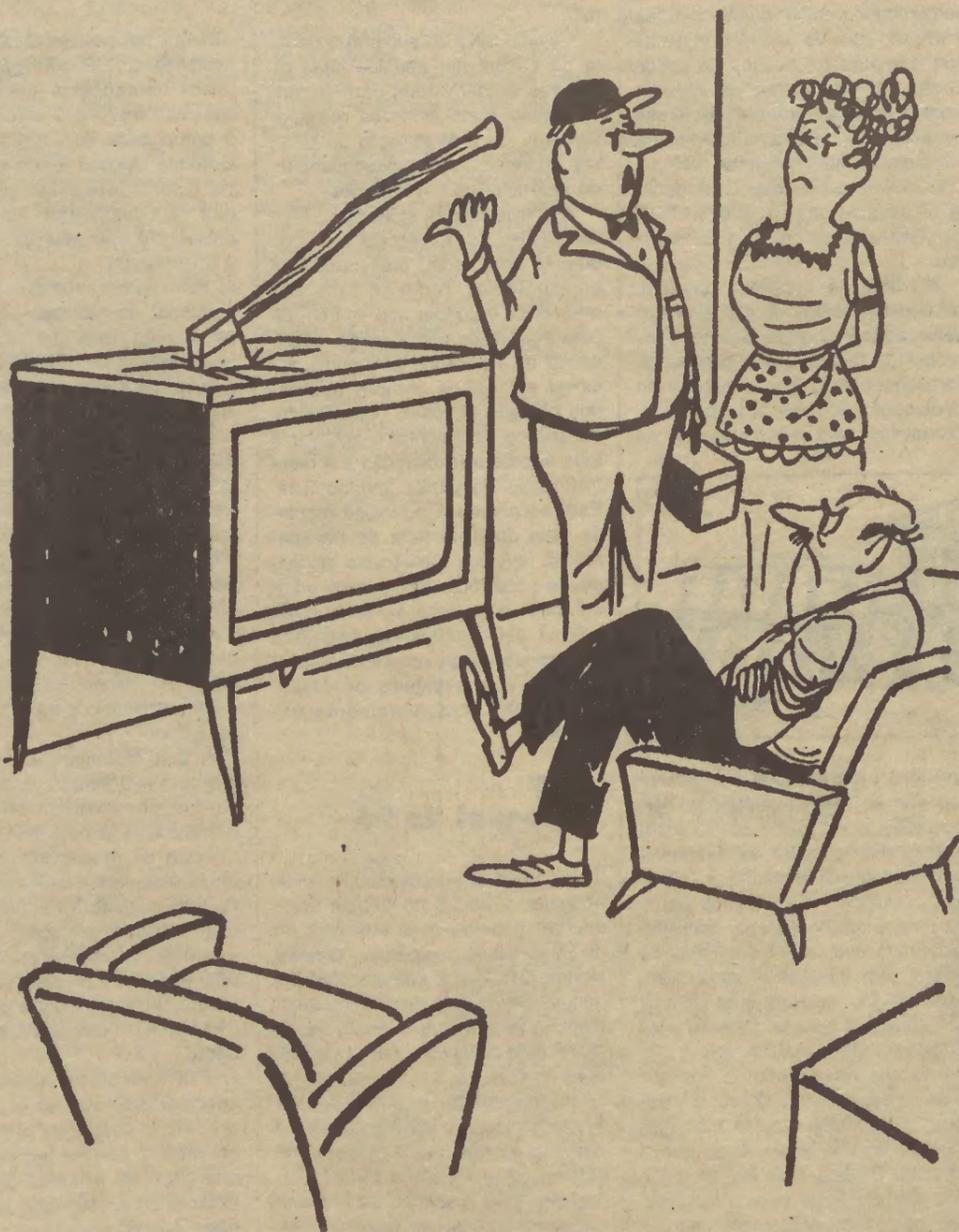
Pontos Cardeais

referências à presença de símios em diversas circunstâncias. Em jaulas, ao ombro de tocadores de realejo, nos estúdios de Hollywood convivendo com «tu Tarzan, mim Jane», pendurados em coqueiros tropicais, etc. Mas o que é verdadeiramente bizarro é um chimpazé albergado dentro de um armário de vidro. A subtilidade da insólita situação escapa por completo. Porquê o vidro? De que espessura? Armário absolutamente estanque? O dr. Mário Soares tem, como se sabe, viajado com exuberância: em que recôndita paragem do planeta terá observado o envidraçado antropóide que lhe sugeriu a mimosa comparação com o seu adversário político?

Moscas

Por vezes acontecem coisas neste mundo tão bizarras quanto as que nos inquietam, mas que, na sua estranheza, fazem recordar que, apesar

de tudo, ainda há lugar para o homem e para a esperança. Sabe-se da conflitualidade entre os EUA e a Líbia. Recordar-se mesmo que a Casa Branca ordenou já um inqualificável bombardeamento aéreo a Trípoli. Pois desta feita, ao mesmo tempo que de bases várias nos States continuam a ser embarcados marines para os desertos árabes, do mesmo continente parte um tão insólito quanto fraterno carregamento: da cidade do México para a Líbia foram enviadas 3,2 milhões de larvas de «moscas verdes»! Trata-se de auxiliar o combate à praga que constitui o dito insecto, que ataca o gado e faz presentemente graves estragos na Líbia. As tais larvas são tratadas para serem estéreis e, uma vez espalhadas, interromperem o ciclo de reprodução da praga. Nestes dias em que os noticiários se enchem de notícias sobre guerra química e máscaras de gás, é bom saber que o homem continua a utilizar a ciência para a defesa da vida e do futuro.



— SINTO MUITO, MINHA SENHORA, MAS ISTO NÃO ESTÁ INCLUÍDO NA GARANTIA.

Gazetilha

por Ignotus Sum

A solução

Na Inglaterra, que é terra que é a terra dos cifrões amontoados pois, só na Inglaterra, contam-se os desempregados por milhões...

E na RFA onde há onde há marcos aos montões tão desejados pois só na RFA já se contam por milhões pobres e desempregados...

Contam-se os desempregados por milhões bem alargados na dança e na contradança de Espanha, de Itália e França. O Capital dá o nó cego logo o desemprego avança...

Estão a pensar em quê? O capitalismo é que tem razão o capitalismo tem a solução...

... como se vê.

Acções

Não há norte nem travões há sarilho, barafunda e, afundando-se as acções, dizem que a Bolsa se afunda.

Se o povo mais desembolsa como hão-de ser, taco a taco, boas as acções da Bolsa com as más acções de Cavaco?

Afinal, como é?

Diz o Orçamento em ar de provocação que vai ser de dez por cento o aumento da inflação.

O PS acorda e já solicita aos seus vizinhos: — Ao menos escrevam lá doze e alguns decimaizinhos...

Os empresários olham de través de quem conhece do negócio a lei: — Qual doze por cento, ou dez, ponham lá uns dezasseis!

Com que então dez por cento... Uma aldrabice? Um frete? Isto afinal é um orçamento ou um barrete...

A prenda de Cavaco

Abençoado o tempo do Natal! Mandamos a tristeza para as calendas acabam-se os amuos e as contendas há na aleluia gestos de cristal...

Pra não fugir à regra, que é geral, Cavaco entra no jogo das oferendas tombam das suas mãos as muitas prendas sem pregão, sem barulho ou estendal...

Lá vai ele, modesto, caladinho. Procura-nos no lar o sapatinho e nele, com um gesto paternal

de quem sorrindo acalma os desalentos, deita novos aumentos, mais aumentos. Abençoado o tempo do Natal...

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 885

6 de Dezembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Carlos
Carvalho

Portugal **Anos 90**
pode ser
Melhor!

Quinta-feira, 6

Santarém

●Visita à Câmara Municipal, às 10.30, e encontro com a União dos Sindicatos de Santarém, às 11.30.

●Almoço com representantes dos órgãos de Comunicação Social locais.

●Coruche: visita à Câmara Municipal, às 15.30, seguindo-se visita à cooperativa Compor; jantar com apoiantes no restaurante «O Farnel».

●Sessão com apoiantes, às 20.30, na Casa do Povo do Couço.

Sexta-feira, 7

Santarém

●Torres Novas: visita à RN e encontro com os seus trabalhadores, a partir das 9.30; às 11.00, visita à cooperativa Madeiarte; visita ao centro da cidade.

●Almoço com apoiantes e representantes dos OCS no restaurante «Manuel Dias», em Torres Novas.

●Visita à empresa Vitor Guedes, de Abrantes (às 16.00).

●No Tramagal, às 18.30, encontro com os órgãos representativos dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos; jantar com apoiantes no restaurante «A Tendinha», a partir das 20.00.

Sábado, 8

Lisboa

●Carlos Carvalho intervém cerca das 16.30 na sessão de encerramento do Seminário sobre Pescas promovido pelo Grupo Coligação de Esquerda do PE e pela Comissão das Pescas junto do CC do PCP, que decorre a partir das 10.00 no Hotel Altis.

Barreiro

●Intervenção na sessão de encerramento da 3ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal.

Domingo, 9

Faro

●Assembleia da Organização Regional do Algarve, que decorre no Cinema Sto. António, em Faro: Carlos Carvalho intervém, cerca das 18.00, na sessão de encerramento.

Quinta, 6

●SETÚBAL

Reunião sobre os problemas do Ensino Superior - a partir das 21.00, no Centro de Trabalho da DORS (Av. Manuel Arriaga, 6, 2º Dtº), com a participação do camarada Edgar Correia

Sábado, 8

●BARREIRO

3ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal: a partir das 9.30, na Casa da Cultura da Quimigal.

Participam os camaradas Álvaro Cunhal, que fará a intervenção de encerramento, e Carlos Carvalho.

●AVEIRO

2ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro. No Salão Cultural de Aveiro com a participação do camarada Domingos Abrantes.

●LISBOA

Uma Europa Azul para os Trabalhadores do Mar - lema do seminário sobre «As Pescas e a CEE» que decorre na sala Madrid do Hotel Altis a partir das 10.00, numa organização conjunta do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu e da Comissão de Pescas junto do CC. Na sessão de encerramento - cerca das 16.30 - participa o camarada Carlos Carvalho.

Encontro-convívio promovido pela célula do Metro - no Centro de Trabalho Duque de Loulé.

Domingo, 9

●FARO

2ª Assembleia da Organização Regional do Algarve: no Cinema Sto. António, a partir das 9.00. Na sessão de encerramento participa o camarada Carlos Carvalho.

●MARINHA GRANDE

3ª Assembleia da Organização Regional de Leiria - no Sport Império Marinhense, no Engenho, a partir das 10.00.

Na sessão pública de encerramento, com início às 18.00, intervém o camarada Albano Nunes.

●LOURES

4ª Assembleia da célula do PCP no Município de Loures - no antigo Cinema de Loures, a partir das 10.00. Participa o camarada Henrique de Sousa.

Assembleias das Organizações Regionais do PCP

Sábado

Na Casa da Cultura do Barreiro

3ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal

Com Álvaro Cunhal e Carlos Carvalho

No Salão Cultural de Aveiro

2ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro

Com Domingos Abrantes

Domingo

No Cinema Sto. António em Faro

2ª Assembleia da Organização Regional do Algarve

Com Carlos Carvalho

No Sport Império Marinhense na Marinha Grande

3ª Assembleia da Organização Regional de Leiria

Com Albano Nunes

Distrito de Lisboa 2ª Assembleia da ORL

Assembleias Plenárias para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados:

Dia 6

LISBOA

Sector da Comunicação Social - 21.00, CT Vitória;
Célula da TAP - CT António Serpa;
Célula da Carris - 18.30, CT Vitória;
Célula da EDP - 19.00, CT António Serpa;
Células da Petrogal e Petroquímica - 18.30, CT Vitória;
Célula dos TLP - 19.00, CT António Serpa;
Célula da EPAL - 18.30, CT Vitória.

AMADORA

Célula dos trabalhadores comunistas na CM - 18.00, Centro de Trabalho;
Célula da Sorefame - 18.00, Centro Social da Sorefame.

CASCAIS

Célula da Alcatel - 19.30, CT de Cascais, com participação da camarada Marília Vilaverde Cabral;
Organização de Freguesia da Parede - 21.30, no Centro de Trabalho.

OEIRAS

Organização de Freguesia de Porto Salvo - 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Romeu do Rosário.
Organização de Freguesia de Queijas - 21.30, no CT, com a participação do camarada António Andrez.

VILA FRANCA DE XIRA

Células da Câmara e Serviços Municipalizados - Centro de Trabalho de V. Franca de Xira;
Organização de Freguesia de Vialonga - 21.30, CT de Vialonga.

Dia 7

AMADORA

Células das Indústrias Farmacêutica e Química - 18.00, Centro de Trabalho;
Organização de Freguesia de Venteira - 21.30, CT da Amadora;
Organização de Freguesia da Reboleira - 21.30, salão da Junta de Freguesia.

SINTRA

Organização de Freguesia de Pero Pinheiro - 21.30, CT de Fação

VILA FRANCA DE XIRA

Organização de Santana da Carnota (Alenquer) - 21.00;
Célula da Mague - 17.45;
Células de empresa de Vila Franca de Xira - 21.00, CT de Alhandra;
Organização de Freguesia de Forte da Casa (2ª parte) - 21.30, salão da Junta de Freguesia.

Dia 8

AMADORA

Organização de Freguesia da Buraca - 15.00, salão da Junta de Freguesia;
Organização de Freguesia da Mina - 15.00, Centro de Trabalho da Amadora.

CASCAIS

Organização de Freguesia de Alcabideche - 15.00, Centro de Trabalho, com participação do camarada Romeu do Rosário;
Organização de Freguesia do Estoril - 15.00, CT de Cascais.

LISBOA

Organização de Freguesia de Alcântara - 15.00, CT de Alcântara;
Organização de Freguesia de Ajuda - 15.00, CT da Ajuda;
Organização de Freguesia de Campolide - 15.30, CT Vitória;
Organizações dos balços de Alfama, Mouraria, Avenida, Anjos, Pena - 15.00, CT Vitória;
Organização de Freguesia de Carnide - 15.00, Junta de Freguesia de Carnide;
Organização de Freguesia de Charneca - 15.00, CT do Lumiar;
Organização de Freguesia da Amelxoeira - 15.00, CT do Lumiar;
Organização de Freguesia de Benfica - 15.00, CT de Benfica;
Células da Autocoop e Táxis - 15.00, CT António Serpa;
Organização de Freguesia de Santo Condestável - 15.00, CT Pedro Soares.

OEIRAS

Células de empresa do concelho de Oeiras - 15.00, CT de Algés.

SINTRA

Organização de Freguesia de Rio de Mouro - 16.00, Centro de Trabalho;
Organização de Freguesia de Queluz - 15.30, Centro de Trabalho;
Células da Tabaqueira e da Portucel - 15.00, garagem do cam. Lacerda (Albarraque);
Organização de Freguesia de Belas - 21.30, Pavilhão Polivalente;
Organização de Freguesia de Cacém - 15.00, Centro de Trabalho;
Organização de Freguesia de Almargem do Bispo - 17.00, garagem do cam. Lacerda (Sabugo).

VILA FRANCA DE XIRA

Organização de Freguesia de Alverca - 16.00, CT do Bom Sucesso.

Dia 9

CASCAIS

Célula da SIPE - 15.00, CT de Tires

Dia 10

CASCAIS

Concelhia - 21.00, Centro de Trabalho.

Dia 11

LISBOA

Organização dos Bancários/Lisboa - 17.30, CT Vitória.
Sector da Saúde - 20.30, CT Vitória.
Célula dos trabalhadores de organizações sindicais - 19.00, CT Vitória, com a participação do camarada José Casanova;
Sector dos Seguros - 18.00, CT Chiado.

Dia 12

LISBOA

Células de dirigentes sindicais - 20.00, CT Vitória, com a participação de José Casanova.

TV O Programa



Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model (31º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca-Pisca
- 14.25 - Primeira Matinée - «O Cisne», real. Charles Vidor, interpr. Grace Kelly e Alec Guinness (EUA/1956, 108 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (últ. epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.40 - Roda da Sorte (58ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta (24º epis.)
- 21.25 - Euronico
- 22.15 - Primeira Página Especial
- 23.15 - Twin Peaks (3º epis.)
- 00.20 - 24 Horas
- 00.50 - Boletim meteorológico
- 00.55 - Remate

RTP2

- 12.00 - A Força Astral (12º epis.)
- 12.40 - Filhos e Filhas (614º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (12º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (12º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (6º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - O Menino Doutor (23º epis.)
- 19.00 - Ti-ti-ti (78º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy (46º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Conversações
- 22.00 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Cineclube - «A Vida do Coronel Blimp», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBR/1943, 156 min.)
- 01.55 - Boletim meteorológico

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca-Pisca

- 14.30 - Primeira Matinée - «Por Favor não me Morda o Pescoço», real. Roman Polanski (GBR/1966, 91 min.)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Transatlântica (5º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.25 - Sessão da Noite - «No Limiar da Realidade», real. John Landis, Steven Spielberg, Joe Dante, George Miller (EUA/1983, 97 min.)
- 23.30 - Chefe, Mas Pouco (43º epis.)
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Boletim meteorológico
- 00.35 - Remate
- 01.25 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (12º epis.)

RTP2

- 12.00 - Universo Juvenil (2º epis.)
- 12.25 - Documentário
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.25 - Armação Ilimitada (19º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - O Mundo do Coral (3º epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Charlott (11º progr.)
- 19.00 - Ti-ti-ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (12º epis.)
- 22.10 - Rotações
- 23.10 - Pop-Off
- 23.35 - As Teias da Lei (5º epis.)
- 00.25 - Boletim meteorológico

Sábado

RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 11.50 - Documentário sobre Coimbra
- 12.00 - Missa
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Os Melhores Anos (12º epis.)
- 14.20 - Musical: «Diamonds Awards» (1ª parte)
- 15.15 - Grandes Viagens (3º epis.)
- 16.05 - Primeira Matinée - «O Casamento de Sophie Ware», real. John Frizzell (Canadá/89, 97 min.)

- 17.45 - John Lennon Atributo
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Napoleão e a Europa (5º epis.)
- 22.30 - Casa Cheia (concurso)
- 23.20 - Tanamera (2º epis.)
- 00.10 - Última Sessão - «Os Selvagens da Noite», real. Walter Hill (EUA/1979, 91 min.)

RTP2

- 09.00 - Circo
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - National Geographic (18º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.00 - Agarra o 2
- 14.00 - Cine-Sábado - «Até as Nuvens Passarem», real. Richard Whorf, interpr. Richard Whorf, interpr. Judy Garland, Robert Walker (EUA/1946, 132 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Clube Paraiso (4º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Kassav no Zenith
- 00.30 - Dinheiro do Céu (série, 1º epis.)
- 01.25 - Boletim meteorológico

Domingo

RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (12º epis.)
- 13.40 - Fronteiras (4º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.20 - Primeira Matinée - «A Velha Raposa», real. Henry Hathaway, interpr. John Wayne (EUA/1969, 123 min.)
- 17.20 - Que Família! (9º epis.)
- 17.45 - Regresso ao Passado (12º progr.)
- 18.55 - McGyver (24º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico
- 21.00 - Kananga do Japão (12º epis.)
- 22.30 - Domingo Desportivo
- 00.00 - Controvérsias

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (12º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - A Embaixada em Londres (2º epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra (11ª sessão)

- 21.35 - Artes e Letras - «Rossini, o Mestre Cozinheiro»
- 22.25 - Noite de Cinema - «O Vale era Verde», real. John Ford, interpr. Walter Pidgeon, Maureen O'Hara e Donald Crisp (EUA/1941, 117 min.)
- 00.25 - Boletim Meteorológico

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca-Pisca (6º epis.)
- 14.25 - Primeira Matinée - «Há Lodo no Cais», real. Elia Kazan, interpr. Marlon Brando, Eva Marie Saint, Lee J. Cobb, Rod Steiger (EUA/1954, 108 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 17.00 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Alf
- 21.50 - O Preço Certo (concurso)



- 23.20 - O Fascínio dos Deuses (série, 1º epis.)
- 01.05 - 24 Horas
- 01.55 - Remate

RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
- 12.25 - Documentário
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - 500 Anos dos Correios
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Maravilhas do Planeta
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.20 - Ópera - «Viagem a Rheims», de Rossini, pela Ópera de Viena, com os solistas Monserrat Caballé, Cecilia Gasdia, Ferruccio Furlanetto, entre outros. Encenação de Luca Ronconi e direcção musical de Claudio Abbado.
- 24.00 - Boletim Meteorológico

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Bairros Populares de Lisboa
- 14.40 - Primeira Matinée - «E o Sol Também Brilha», real. Henry King, interpr. Tyrone Power, Ava Gardner, Mel Ferrer, entre outros (EUA/1957, 126 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (12º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Modelo e Detective (13º e últ. epis.)
- 22.20 - Primeira Página

Filmes

- «O Cisne» - 5ª, 14.25, RTP-1
- «A Vida do Coronel Blimp» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «Por Favor não me Morda o Pescoço» - 6ª, 14.30, RTP-1
- «No Limiar da Realidade» - 6ª, 21.25, RTP-1
- «Até as Nuvens Passarem» - sáb., 14.00, RTP-2
- «O Casamento de Sophie Ware» - sáb., 16.05, RTP-1
- «Os Selvagens da Noite» - sáb., 00.10, RTP-1
- «A Velha Raposa» - dom., 15.20, RTP-1
- «O Vale Era Verde» - dom., 22.25, RTP-2
- «Há Lodo no Cais» - 2ª, 14.30, RTP-1
- «E o Sol Também Brilha» - 3ª, 14.00, RTP-1
- «O Morto Era Outro» - 4ª, 14.25, RTP-1
- «Verão Indiano» - 4ª, 21.40, RTP-1

Ópera

- «Viagem a Rheims» - 2ª, 22.20, RTP-2

Música

- Quinta
 - 19.45, RTP-2: Via Rápida
- Sexta
 - 19.45, RTP-2: Via Rápida
 - 23.10, RTP-2: Pop-Off
- Sábado
 - 11.50, RTP-2: Forum Musical
 - 14.20, RTP-1: Diamonds Awards - I
 - 23.30, RTP-2: Kassav no Zenith
- Domingo
 - 09.00, RTP-2: Outras Músicas
 - 14.30, RTP-1: Mapa Cor de Rock
- Segunda
 - 19.40, RTP-2: Via Rápida
- Terça
 - 13.05, RTP-2: Variedades no Teatro Apollo
 - 19.40, RTP-2: Via Rápida
- Quarta
 - 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (00.55), 6ª (00.35), 2ª (01.40), 3ª (00.30), 4ª (00.40)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 22.10
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00

- 23.15 - Allô, Allô (12º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Documentário
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Variedades no Teatro Apollo (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Viajando pelo Mundo (13º epis.)
- 16.20 - Os Henderson (15º epis.)
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal de Júri (4º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.55 - Prémios do Cinema Europeu 1990
- 23.30 - Universidade Aberta

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca-Pisca
- 14.25 - Primeira Matinée - «O Morto Era Outro», real. Jerry Lewis (GBR/1969, 93 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (13º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte

- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.40 - Lotação Esgotada - «Verão Indiano», real. James Ivory (GBR/1982, 125 min.)
- 00.05 - 24 Horas
- 00.40 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Documentário
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Lutar para Vencer (7º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Cá entre nós
- 16.55 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Rainhas de Beleza (3º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (42º epis.)
- 21.50 - Joaquim Letria
- 23.30 - Especial Desporto
- 23.55 - Universidade Aberta

Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Sala Nova - O Estrangeiro em Casa, de Richard Demarcy, encen. João Mota.

1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. S'Óres, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16. Loucos por Amor, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. Desejo Sob os Ulmeiros, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb.

às 21.30, dom. às 16. Muito Barulho Por Nada, de Shakespeare, encen. Luis Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. Ai Cavaquinho.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Liberdade em Bremen, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca (estreia provável hoje)

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Quem Tem Medo de Virginia Woolf?, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Maizum, Rua Poais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. A Teia,

de Graça Gonçalves, encen. Silvína Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a dom. às 19.30. Vincent, de Leonard Nimoy, encen. António Feio, interpr. Virgílio Castelo.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Casa de Boneca, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano (estreia amanhã, dia 7)

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. Os Bancários Também

Têm Alma, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

Para crianças

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16; dom. às 11. Cada Macaco no seu Galho, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada. Sala Estúdio - 3ª a sáb. às 19.00, dom. às 15. Amor a Quanto Obrigas, de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite - Pelo Teatro de Almada.

LOURES

Teatro da Malaposta, R. de Angola, Olivais Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Osso de Mafoma, de António de Macedo, encen. José Martins.

Cinema A selecção

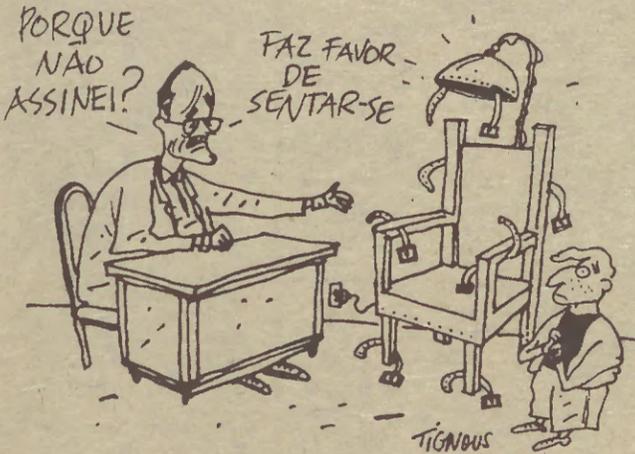
		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Fantasia	—	—	★★★★	★★★★★
B	Non ou A Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
C	Henry e June	—	★★	★★	★★★
D	O Expresso dos Malditos	—	★★	—	★★
E	Tudo Bons Rapazes	—	★★	★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Walt Disney — Forum Picoas/2 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Manoel de Oliveira — Forum Picoas/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22.00); Lisboa.
- C — Real. Philip Kaufman — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); São Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.
- D — Real. Peter Hyams — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Martin Scorsese — Alfa/2 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), Amoreiras/6 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), Fonte Nova/1 (14.00, 16.40, 19.15, 21.45), Quarteto/2 (14.15, 17.00, 20.00, 22.30) — Lisboa.

ANTOLOGIA

Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças



TIGNOUS (França)
in «Humanité Dimanche», n.º 29
Outubro 1990

...e ainda

Música, debates, etc.

Grande Mercado de Natal

PAVILHÃO DO C.T. DO PCP DA BOAVISTA

- ★ MERCEARIA * BACALHAU * CHARCUTARIA ★
- * SALPICÃO / ENCHIDOS VÁRIOS DA SERRA DA ESTRELA *
- * AZEITE / MEL DOS CAMPOS DE VILA FLOR *
- * BEBIDAS VÁRIAS (VODKA genuína / RUM / WHISKY/
- ESPUMANTES / VINHO DO PORTO/VINHOS DE MESA DE ALIJÓ
- / VINHO VERDE DA REGIÃO DE Sto. TIRSO) *
- ★ FILIGRAMAS DE PRATA * PELES DE DIVERSAS REGIÕES *
- * ARTESANATO DE BARRO E MADEIRA *
- * BRINQUEDOS * LIVROS E DISCOS *
- * LOUÇAS ★ ELECTRODOMÉSTICOS ★ MOBÍLIAS ◆
- * TÊXTEIS LAR * MALHAS * MANTAS REGIONAIS *

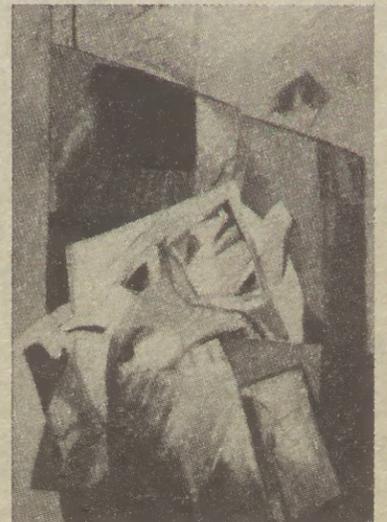
Isto e muito mais poderás encontrar no Mercado de Natal do Centro de Trabalho da Boavista do PCP

Camarada e amigo(a)

Aguardamos a tua visita com a certeza que encontrarás a qualidade garantida dos nossos produtos, ao mesmo tempo que contribuirás para o reforço da luta do PCP

A PARTIR DE 30 DE NOVEMBRO
Todos os dias úteis das 14.30 às 23 horas
Sáb. / Doms. / Feriados das 10 às 23 horas

Exposições



Eduardo Neves, Eduardo Lima Teixeira e Fátima Neves na Voz do Operário



- ca, R. S. Filipe Neri, 42, c/v (até 15/12)
- Marieta Miguel** - Tapeçarias. Galeria Diário de Notícias, R. António Maria Cardoso, 41 (até 7/12)
- Menez** - Pintura (retrospectiva). Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Dezembro)
- Rogério Silva** - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/12)
- Sara Mendes** - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, s/cv. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 4/1/1990)
- Um Século de Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.
- Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
- Design Holandês** (artistas contemporâneos). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian (até 9/12)
- D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa** - biblio-icnográfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)
- Figueiredo Sobral** - Pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 10/12)
- Gil Heitor Cortesão** - Desenho; Axel Hutte - Arquitectura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a 6ª das 16 às 20 (até 10/12)
- Gracinda Candelas** - «Homenagem a João Barata», pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 8/12)
- Isabel Augusta** - Pintura. Galeria de Santa Justa, R. Sta. Justa, 93, 2ª (até 10/12)
- João Antas** - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 8/12)
- José Rodrigues** - Exposição antológica de escultura e desenho. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D (até 5/1)
- Malangatana** - Desenhos. Galeria Moira, Rua Nova da Piedade, 33 (até 13/12)
- Manuel Vieira** - Pintura. Galeria Diferen-

LISBOA

Ana Marchand - Pintura. Galeria Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 29/12)

António Martinez - «Retábulos», pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 31/12)

António de Matos - Escultura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 5/1)

Armando Alves - Objectos (1970-1990). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

Armando José Gonçalves - Pintura. Casa do Alentejo, Rua Portas de Santo Antão (até 15/12)

Artur José - Pintura; azulejos. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (até 7/12)

Canto da Mala - Escultura. Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)

Cristina Iglésias (Espanha) - Escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (até 4/1)

Colectiva de pintura (Eduardo Santos Neves, Eduardo Lima Teixeira, Fátima Cruz Neves). Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/12)

Daniel Nave - Pintura. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 10/12)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos

para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Design Holandês (artistas contemporâneos). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian (até 9/12)

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-icnográfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Figueiredo Sobral - Pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 10/12)

Gil Heitor Cortesão - Desenho; Axel Hutte - Arquitectura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a 6ª das 16 às 20 (até 10/12)

Gracinda Candelas - «Homenagem a João Barata», pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 8/12)

Isabel Augusta - Pintura. Galeria de Santa Justa, R. Sta. Justa, 93, 2ª (até 10/12)

João Antas - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 8/12)

José Rodrigues - Exposição antológica de escultura e desenho. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D (até 5/1)

Malangatana - Desenhos. Galeria Moira, Rua Nova da Piedade, 33 (até 13/12)

Manuel Vieira - Pintura. Galeria Diferen-

Júlio Sarmento - Pintura recente. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 29/12)

Eustáquio Segrelles - Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista 1471 (até 16/12)

Manuela Bronze e Rosa Ramos - Pintura. Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 5/12)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

Rui Aguiar - Pintura. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva (Cândida Conde Miranda, Graciete Rosa Rosa, João Duarte, Carmo Pólvora, Ilda Pombreira, Vitor Alves). Até 30/12, Casa Museu dos Patudos, ALPIARÇA

III Exposição de Arte Postal da Amadora. Recreios Desportivos (até 10/12)

AMADORA

Cabrira Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

PORTO

Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves, das 14 às 20 (até 9/12)

Eduardo Batarda - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

Manuel Gamboa na Costa da Caparica

Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para sábado e domingo:

Céu geralmente nublado, vento fraco ou moderado de noroeste.

Aguaceiros que serão de neve nas terras altas do norte e centro. Descida de temperatura.

a TV

O árbitro e o apito

1

A entrevista de Cavaco Silva na **Primeira Página** foi, antes de mais nada, uma exibição de «eus». Eu fiz, eu aconteci, eu dei, eu concedi.

Desapareceu o Governo, desapareceu o PSD, tudo se perdeu no nevoeiro para apenas ficar em campo o **Eu Futebol Clube**.

A jogar sozinho - que é como ele gosta de jogar. Para ganhar sempre...

2

Diz o povo que o diabo tem uma capa com que tapa e outra com que destapa. E apesar de jogar sozinho, o **Eu Futebol Clube** deixou entrar uma data de bolas dentro da baliza.

Assim, foi incapaz de minimamente fundamentar a presunção do limite de 10 por cento para a inflação referida no Orçamento.

Para tal, o governo, por intermédio de Beleza, em vez de ir à Economia deve ter ido à bruxa.

Uma bruxa amiguinha, está claro...

3

O prof. Cavaco Silva é um político desgraçado. Mau político é aquele que se deixa cair na armadilha das suas próprias palavras - porque, das palavras dos outros, qualquer político se defende.

Exemplifiquemos.

A certa altura, o moderador recordou-lhe a expulsão de Carlos Macedo do PSD, cometendo o erro de afirmar que ela se deveria ao apoio dado à candidatura de Mário Soares.

Cavaco Silva, sensatamente, deveria pura e simplesmente negar a acusação. Mas não. E explicou tudo. Por apoiar uma candidatura? Que ideia! Carlos Macedo fora expulso por ter criticado a acção da ministra Leonor Beleza...

A audiência, que, por falta de leitura ou de memória, estaria longe do assunto, deve ter ficado perplexa. O quê! Expulsar um militante só por ter feito críticas... a um ministro? Então é isto a tão falada democracia?...

Que outros denunciaram a hipocrisia de Cavaco Silva, enfim. Mas que seja o próprio a fazê-lo?...

4

Aliás, o Primeiro-Ministro sabe de antemão que deve ter cuidado com o que diz. Sabe-o e, não satisfeito com isso, di-lo.

Ouvimo-lo insistir na sua convicção de que «os portugueses são inteligentes».

Pois. Ele sabe isso. Mas às vezes esquece-se...

5

Uma das notas mais curiosas desta entrevista (da qual se faria, sem dificuldade, uma antologia da tolice e da barretice política) foi a recusa sistemática de Cavaco Silva em afirmar, em clara voz e claras palavras, que o PSD aconselha, aos seus militantes, o voto em Soares. Fugiu sempre à questão. Ficou-se pelo «O PSD deseja a reeleição de Mário Soares»...

Entretanto, nomes graúdos daquele partido batem palmas, argumentam publicamente a favor, dão a cara...

Entretanto, dado o apoio generalizado de socialistas e sociais-democratas, Cavaco Silva diz que, de uma provável reeleição de Soares, o PS não pode retirar dividendos para as legislativas. Não apoia, mas... apoia!

Entretanto, muitos são os socialistas que se mostram desagradados com a colagem da direita...

6

Aliás, certas companhias são inconvenientes - e não apenas por motivos políticos. Mas também por motivos de ordem prática que, afinal de contas, revelam a ética, o comportamento, o carácter das pessoas e das instituições.

Freitas do Amaral sabe disso como ninguém. Da responsabilidade do PSD nos custos da sua campanha presidencial, não veio nem um tusto. Lá tem vindo o insigne professor a alombar com os 60 mil contos do calote do PSD. Por ele soubemos, na televisão, que lhe falta ainda pagar 10 mil contos.

Pobre dele. Quantos mais pareceres terá de dar, quantas mais horas de sono perderá ainda, para angariar os restantes 10 mil contos...

7

Pequena notícia da presença de Carlos Carvalhas no Alentejo. O bastante para dizer (recordando a «graça» de Mário Soares segundo a qual um Presidente é o árbitro e um árbitro não mete golos nas balizas dos clubes...) que, se um árbitro não deve meter os golos, também não deve engolir o apito...

Aliás atravessava-se a época em que um árbitro estava na berlinda, acusado de favorecer um dos clubes...

8

Tempo de pré-campanha não é tempo de campanha - mas a garantia de um comportamento justo deve ser a mesma em qualquer dos casos.

No **Jornal de Domingo** foi, de facto, um acto de propaganda, com aquele debate entre Nobre Guedes (da campanha de Basílio) e M. J. Homem de Melo, da campanha de Soares. A má-fé do **Jornal** via-se num pormenor: com a legenda **analista político** Nobre Guedes assumiu-se abertamente como porta-voz de Basílio...

Foi propaganda? Foi. Em tempo de pré-campanha, propaganda... de contrabando.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Há dez anos...

Sebastião?

«DUAS HORAS e meia depois do acidente que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa, entrou em funções a primeira comissão de inquérito às causas da queda do avião que os transportava. Posteriormente, multiplicaram-se comissões, relatórios e pareceres, mas, ao fim de dez anos, ainda se mantêm todas as dúvidas sobre o que realmente aconteceu na noite de 4 de Dezembro de 1980.

Nomeada pela Direcção-Geral da Aviação Civil (DGAC), e liderada por António Viçoso, proferiu, três meses depois, um relatório, que, bem ou mal, acabou por marcar toda a polémica travada em torno deste caso, relativamente ao qual quatro nomes acabam por ser, ainda que por motivos diferentes, constantemente referenciados: Viana Baptista, Meneres Pimentel, Montalvão Machado e Augusto Cid.

Constituída por cinco elementos, entre os quais dois pilotos-aviadores, a comissão apontou, em Março de 1981, a causa provável do acidente: «Perda de potência de propulsão do motor esquerdo devido ao esgotamento inesperado do combustível nos depósitos da asa do mesmo lado...». De entre as conclusões apresentadas, sublinha também o estado deficiente da manutenção da aeronave e aproveita para recomendar uma «ampla divulgação», de uma síntese do relatório, tendo em conta as infracções cometidas no quadro do «normativo regulador da navegação aérea».

Este relatório, conhecido mais tarde pelo nome de Viçoso, numa espécie de homenagem ao seu principal autor, constituiu, por assim dizer, o *pontapé de saída* para a longa série de críticas e dúvidas geradas em torno de um caso que ainda hoje permanece em aberto. A falta de combustível realçada pelo próprio documento foi, desde logo, motivo de controvérsia, servindo, inclusivamente, de base para as primeiras suspeitas de que, afinal, o acidente de Camarate não teria passado de um atentado, hipótese prontamente desmentida pelos investigadores oficiais.»

(«Diário de Notícias», 4 de Dezembro)

Do 25?

«Sá Carneiro é hoje uma legenda, uma das figuras emblemáticas do 25 de Abril. Tendo iniciado a sua militância política como líder do «grupo liberal», no tempo do caetanismo, foi só depois do 25 de Abril, como fundador do PPD, que se tornou conhecido e mesmo uma referência insubstituível para todo o País.

No último ano da sua vida breve, como Primeiro-Ministro

ganhou, porém, uma nova estatura política e, sem deixar de ser polémico, granjeou o reconhecimento de grande parte do País.»

(Mário Soares, «Diário de Notícias», 4 de Dezembro)

Mas e a estátua, senhor?

«Dez anos depois da morte de Sá Carneiro, no próprio dia 4 em que morreu, sai este jornal. Levo o ano inteiro a protestar contra o silêncio a que é votado o processo de uma estátua a ser-lhe erguida, em Lisboa, na Praça que tem o seu nome. Levo o ano inteiro rodeada desse silêncio. Silêncio que permanece.

Inaugura-se no Porto uma aerogare chamada Sá Carneiro. Todos ou quase todos os jornais se debruçam sobre a vida e morte do líder que perdemos

(e choramos)

Até a opinião do homem que na altura era presidente da República, e seu adversário, surge, agora, a contradizer a pazada de terra que sobre o caso deitou até hoje. Todos conheceram Sá Carneiro. Todos têm pormenores para contar. Todos o admiravam ou dizem que o admiravam. Todos se ocupam em glorificar-lhe a memória. Desenterram-no à força, para o passear, impudicamente, em campanhas eleitorais, em busca de dividendos.

Mas, curiosamente, ninguém fala do monumento prometido para Lisboa. Tenho aqui feito perguntas desagradáveis e indiscretas. Não consigo respostas. Fizeram-se subscrições, homenagens, projectos, e chegamos à conclusão de que algo de muito grave, que não apenas a incúria, encobre o segredo.»

(Vera Lagoa, «O Diabo», 4 de Dezembro)

Cavaco e as Descobertas

«Público» — Recorda-se exactamente do dia em que conheceu Francisco Sá Carneiro e da circunstância em que o conheceu?

Cavaco Silva — Antes disso, recordo-me de outra coisa: do dia em que fui atraído para o seu projecto, logo a seguir ao 25 de Abril. Eu tinha acabado de chegar de Inglaterra e estava com a minha mulher a ver televisão. E lembro-me de lhe ter dito, depois de ouvir Sá Carneiro falar na RTP: «Este homem parece-me ser o único

político de bom senso na actual cena política portuguesa, gosto do que ele está a dizer». Isto é, ele pareceu-me ser o único que não se estava a deixar submergir pelo clima que então se vivia e que tinha uma ideia correcta de outro Portugal. Logo a seguir, em Maio desse ano, 74, filiei-me no então PPD.

P. — *Conheceu-o pessoalmente quando?*

R. — Passado pouco tempo fui contactado para participar na redacção do programa do PPD. Passei assim a ir por vezes à sede do Rato, ou à Rua Duque do Loulé. Aí, encontro Sá Carneiro ocasionalmente nos corredores, nas escadas ou por vezes nas salas onde uma equipa numerosa de gente preparava com muito empenho e entusiasmo a redacção do programa. Não passou de meros contactos ocasionais... Depois, mais tarde — bastante mais tarde — ele começou a pedir a minha opinião, a ouvir-me sobre questões económicas. Ou a chamar-me quando o partido tinha de receber personalidades estrangeiras, convidados, etc. Lembro-me assim de repente de uma reunião com congressistas norte-americanos, por exemplo.

P. — *Quando ele o ouvia sobre assuntos económicos, fazia-o a sós, chamava-o para isso?*

R. — Sim, a sós, ou por vezes telefonava-me. Mas tratava-se, nesse tempo, de uma colaboração esporádica. Além disso, nessa altura a minha vida centrava-se quase exclusivamente na Universidade e ele sabia isso. O que nunca excluiu que por vezes acedesse a participar num ou noutro comício ou a levar a cabo algumas sessões de esclarecimento. Tudo isso para lhe dizer que o meu contacto com Sá Carneiro até 1979 não foi muito frequente: limitei-me a dar-lhe, lealmente, uma ajuda quando ele me pedia.

P. — *No fundo começou apenas a colaborar mais intimamente com ele a partir de 79, é isso?*

R. — Sim. Nesse ano, já após a formação da AD mas ainda antes de ocorrerem as eleições, ele teve então uma longa conversa a sós comigo e de repente, no meio de outras coisas sobre as quais estávamos a conversar, diz-me: «Olhe que se eu ganhar as eleições você vai comigo para o Governo, vai ser ministro»...

P. — *Falou-lhe logo nas Finanças?*

R. — Falou. Mas lembro-me muito bem que lhe disse imediatamente: «Não pense nisso, estou neste momento concentrado no meu concurso para professor catedrático, que ocorrerá precisamente em Novembro deste ano e é uma prova fundamental da minha vida, para mim, passar esse concurso». E até acrescentei que não iria poder ajudá-lo muito — ou pelo menos como eu gostaria —, na própria campanha eleitoral. Recordo que colaborei alguma coisa no programa da AD.

P. — *Mas a verdade é que lá foi para o Governo e para as Finanças...*

R. — Bem, ele pediu-me para pensar, para não lhe dizer logo que não... Um dia, quase logo a seguir à realização das eleições, chamou-me a sua casa, à Rua D. João V, e convidou-me para o Governo. E esse foi então o primeiro verdadeiro encontro entre nós, uma conversa quase exclusivamente de natureza pessoal, longa.»

(«Público», 2 de Dezembro)

Damas

CCLXXXI — 6 de Dezembro de 1990

Proposição n.º 281

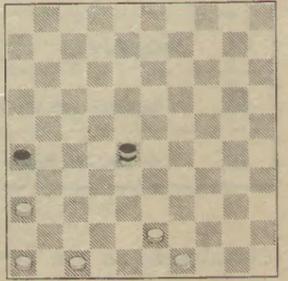
Por: PAUL DEGUÉE

— Agosto, 1925

In: À L'Ombre de mon Clocher, 1980

Pr.: [2]: 26-(28)

Br.: [5]: 36-43-46-47-49



Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 281

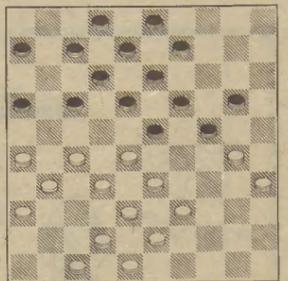
Por: Georges Labrosse

— 18.IV.1914

(em jogo!)

Pr.: [15]: 2-3-6-7-8-9-12-13-16-17-18-19-20-23-24

Br.: [15]: 26-27-28-30-31-32-33-35-36-38-39-42-43-47-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES

DO N.º CCLXXXI

N.º 281 (PD): 1. 46-41, (28x46); 2. 36-31, (26x37); 3. 47-41, (37-42); 4. 43-38, (46x43); 5. 48x47+
Golpe N.º 281 (GL): 1. 28-22, (17x37); 2. 33-28, (23x21); 3. 26x17, (comem); 4. 30-25, (comem); 5. 25x1=D e ganham

A. de M.M.

Xadrez

CCLXXXI — 6 de Dezembro de 1990

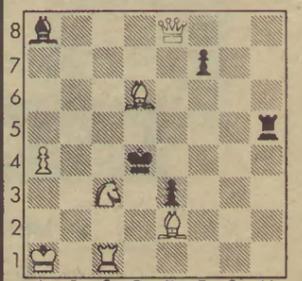
Proposição n.º 281/A

Por: Walther Jorgensen

1.º Prémio: Problemshack, 1953

Pr.: [5]: Ps.é3, f7-Ba8-Th5-Rd4

Br.: [7]: Pa4-Cc3-Bs.d6, é2-Tc1-Dé8-Ra1



Mate em 2 lances

Proposição n.º 281/B

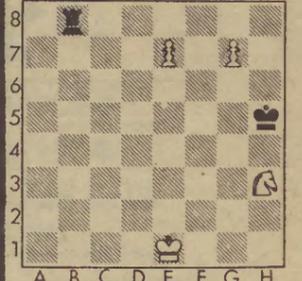
Por: Frederic Lazard

Menção Schachmatnoje

Obczrenije, 1911

Pr.: [2]: Tb8-Rh5

Br.: [4]: Ps.é8, g8-Ch3-Ré1



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCLXXXI

Proposição n.º 281/A — (W.J.): 1. Cd5 (ameaça: 2. Td1); 1. ..., B:d5; 2. Bc5++ 1. ..., T:d5; 2. Tc4+
Proposição n.º 281/B (F.L.): 1. Cf4+, Rh6; 2. C66, T68; 3. G8=D, T:D; 4. Cf8, Tg5; 5. Cg6++.

A. de M.M.